ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 47 — Série VII — N.º 202
9 de Dezembro de 1977

Preço: 6$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português ★ Red. / Adm. - Av. Santos Dumont, 57 - 3.º – Tels. 769725 - Telex - 13411 – Composição e Impressão - Heska Portuguesa - Distribuição –CDL, R. Pedro Nunes, 9-A Telef.43537-40605-41787

O PS VÍTIMA DA SUA PRÓPRIA POLÍTICA

O DIÁLOGO É NECESSÁRIO

A moção de confiança apresentada pelo Governo do PS à Assembleia da República foi derrotada. Mas a saída da crise é possível. Torna-se imperioso um esforço determinado e patriótico de todas as forças democráticas, nomeadamente socialistas e comunistas, a fim de que se chegue a um entendimento que permita defender a democracia, vencer as dificuldades e salvaguardar as conquistas da Revolução. O diálogo é necessário.

O camarada Joaquim Gomes lendo na Assembleia da República, ontem de madrugada, a declaração de voto do PCP (nas págs. 2, 3 e 4 os textos que fundamentaram a posição do grupo parlamentar comunista)

Pág. 6

GRANDE COMÍCIO EM BRAGA COM MILHARES DE PESSOAS

CONGRESSO DO MPLA

Decorre actualmente em Luanda o I Congresso do MPLA, acontecimento de transcendente importância na vida da pátria angolana. O PCP está representado no Congresso pelos camaradas Sérgio Vilarigues, do Secretariado e da Comissão Política, e Jorge Araújo, do Secretariado. Presente também em Luanda, Ruben de Carvalho, chefe de redacção do "Avante!" e enviado especial do nosso jornal, cuja primeira crónica hoje publicamos. Pág. 12

Avante!

O aumento do custo de vida das matérias-primas e a ausência de uma política governamental de apoio à Imprensa levou os jornais diários, como é do domínio público, a aumentar de 6$00 para 7$50 o seu preço, o que, naturalmente, determinará que os semanários – que actualmente custam, no mínimo, 10$00 – elevem também o seu preço.

Tem sido orientação do nosso jornal praticar os mesmos preços da imprensa diária, razão pela qual o "Avante!" – igualmente, como é óbvio, afectado por aquelas mesmas contigências – passará a partir de Janeiro próximo a custar 7$50, e não mais.

Sublinhe-se que o "Avante!" continuará a ser o semanário português que menos custa, não obstante praticamente não recorrermos à publicidade e o espaço útil de leitura ser indêntico ou mesmo maior do que o dos outros hebdomadários. Isto deve-se ao grande e entusiástico apoio dos nossos leitores e amigos – que faz do "Avante!" o semanário de maior tiragem. Um apoio que, não duvidamos, continuará a reforçar-se.

Promoção Conquistas de Abril

REFORÇA-SE
A CONFIANÇA NO PARTIDO

18 mil adesões
a um mês do fim
da Campanha

Pág. 5

Editorial

ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA PARA A CRISE ACTUAL

O Governo do PS caiu – uma nova página da política nacional foi virada.

Vítima da sua própria insensatez e obstinação política o Governo viu derrotada a moção de confiança que submeteu à Assembleia da República e vai agora apresentar a sua demissão ao Presidente Ramalho Eanes.

A apresentação e a derrota da moção de confiança culminam a falência da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista levada à prática ao longo dos dezasseis meses da sua existência, ao mesmo tempo que representa o fracasso da fórmula de governo PS sozinho aliado de facto à direita.

A queda do Governo é a consequência lógica de toda uma prática governativa orientada contra os interesses profundos do povo trabalhador, das conquistas democráticas de Abril e da própria independência nacional. Essa prática política insensata levou a água aos moinhos da reacção, abriu o flanco às actividades sabotadoras do grande capital e do imperialismo e só se tornou possível com o apoio interesseiro e aberto dos partidos da direita reaccionária – o PPD e o CDS – algumas vezes mesmo sob a sua iniciativa directa no plano legislativo, secundada de maneira leviana pelos deputados do PS na Assembleia da República.

A história destes dezasseis meses de Governo PS sozinho é uma triste história de promessas feitas e não cumpridas, de garantias dadas e não respeitadas, de propósitos afirmados de palavra mas não confirmados pela prática política dos dirigentes e governantes do PS.

O Governo e pessoalmente o Primeiro-Ministro persistiram até ao fim na defesa de uma política fechada e já duramente comprovada e comprometida no dia-a-dia do povo português trabalhador, nenhuma outra perspectiva abriram às forças de esquerda, em particular ao PCP que de maneira insistente se batia e se bate por uma plataforma democrática e por uma mudança de política e de governo. Os governantes e dirigentes socialistas colocaram os comunistas portugueses perante o dilema de recusarem a moção de confiança ou aceitarem o cheque em branco de uma política a que não podiam dar o seu aval.

Por isso, a derrota da moção de confiança na Assembleia da República não é motivo de regozijo para a democracia portuguesa em geral e os comunistas em particular que tenazmente, até ao derradeiro minuto, tudo fizeram para encontrar um terreno de entendimento com o PS e o seu Governo. O voto contra do PCP foi assim a única forma de os comunistas contribuirem para assegurar, nas condições criadas pela obstinação do PS, a defesa da democracia e das conquistas da Revolução e a possibilidade de um amplo acordo para arrancar Portugal da crise e defender e consolidar as suas instituições democráticas.

ACORDO ENTRE DEMOCRATAS É NECESSÁRIO

A necessidade duma plataforma democrática para sair da crise não desapareceu com a derrota da moção de confiança do Governo PS na Assembleia da República. Pelo contrário, o entendimento entre as forças democráticas e em primeiro lugar entre socialistas e comunistas é mais do que nunca imprescindível.

O PCP, ainda que obrigado a votar contra a moção de confiança ao Governo, regista como positivas as declarações e propósitos unitários e antifascistas do dr. Mário Soares afirmados no seu último discurso de 4.ª-feira na Assembleia da República.

O diálogo entre socialistas e comunistas com vistas a uma ampla plataforma democrática é um imperativo categórico da hora actual.

Como Salgado Zenha afirmou, a derrota da moção de confiança no Governo do PS não deve ser dramatizada nem impeditiva desse necessário diálogo entre as forças democráticas, entre a esquerda portuguesa, em especial entre socialistas e comunistas que são a força maioritária no xadrez político nacional com uma influência determinante entre os trabalhadores e progressistas do nosso país.

A gravidade da crise actual exige de todos os democratas e antifascistas portugueses um grande esforço unitário e patriótico para defender a liberdade e a democracia, uma grande tenacidade na busca de um largo entendimento, assente na defesa intransigente dos interesses das classes trabalhadoras e da independência da Pátria.

No momento em que a derrota da moção de confiança põe na ordem do dia a formação de um novo governo, o diálogo entre socialistas e comunistas é uma necessidade histórica para barrar o caminho à reacção e ao fascismo e defender as liberdades e as outras conquistas da Revolução de Abril.

GOVERNO DE DIREITA NÃO PASSARÁ

O voto contrário dos partidos da direita reaccionária na votação da moção de confiança tem outra leitura e outros objectivos! O PPD/PSD e o CDS mostraram nos debates da Assembleia da República as suas ambições de hegemonia política, indispensável ao restabelecimento de uma nova ditadura do grande capital e a submissão ao imperialismo.

A constituição de um governo com o PPD e o CDS seria uma autêntica calamidade para a democracia portuguesa e para Portugal; conduziria a um agravamento ainda maior da crise política, económica, financeira e social do país; abriria o caminho à completa supressão dos direitos e liberdades dos cidadãos, consagrados na Constituição da República; mergulharia o nosso país no caos económico-social.

Um governo com o PPD e o CDS somente poderia passar com os votos do PS e à custa da destruição do PS como partido democrático e de esquerda. Qualquer ilusão de deixar passar um governo PPD/CDS na Assembleia da República com os votos socialistas, como chegou a ser aventado por alguns dirigentes do PS, constituiria um perigo enorme para a democracia.

Depois de uma definição política essencial e do estabelecimento de uma plataforma democrática para sair da crise, independentemente da composição de um novo governo constitucional, os votos socialistas e comunistas garantirão uma sólida base parlamentar a qualquer elenco governamental que suceda ao que acaba de demitir-se.

Ao mesmo tempo uma ampla base social de apoio garantiria a viabilidade de um tal governo de plataforma.

Mas se um tal governo de plataforma fosse actualmente inviável, então, no entender do PCP, a saída deverá ser a realização de eleições gerais. Em tal situação, a unidade entre os democratas, designadamente entre socialistas e comunistas, poderia garantir nova derrota dos partidos reaccionários, nova vitória das forças democráticas e a criação de uma base para a formação de um governo democrático com um programa democrático.

As classes trabalhadoras da cidade e do campo, os intelectuais, todos os portugueses progressistas, constituiriam o sólido suporte de um novo governo, saia ele de uma plataforma negociada entre as forças democráticas ou da realização de novas eleições legislativas.

Contra a unidade de todos os democratas e antifascistas um governo de direita não passará!

OS DEBATES

Eram precisamente 5 e 47 da madrugada de ontem, dia 8 de Dezembro, quando os votos da maioria dos deputados da Assembleia da República derrubavam o Governo minoritário do Partido Socialista, no termo de um debate de dois dias sobre a questão da moção de confiança colocada à Assembleia pelo Primeiro-Ministro Mário Soares.

O debate iniciar-se-ia no dia 7, às 10 e 30 da manhã, com uma declaração sobre política geral proferida pelo Primeiro-Ministro. No seu termo, bem pode dizer-se que os deputados comunistas se mantiveram fiéis ao que sempre afirmaram, bem pode dizer-se que o PCP manteve com consequência as posições que desde há muito vinha anunciando: os deputados comunistas não passariam um cheque em branco ao Governo, mantendo-se, no entanto, e até ao último minuto, abertos ao diálogo e à procura de soluções para a crise.

O desenrolar do debate, e nomeadamente as afirmações proferidas por Mário Soares, tanto na declaração de abertura como naquela que o veio a encerrar, mostraram a disposição do Governo e do partido que o apoiava de prosseguir a mesma política sem alterações.

Por isso, o voto dos deputados comunistas, contrário à concessão de confiança a este Governo.

Os responsáveis do Governo e do Partido Socialista – apesar de várias declarações positivas que produziram ao longo do debate e nas quais, nomeadamente, concordaram com os perigos que, da direita e do fascismo, ameaçam a democracia portuguesa – obstinaram-se na defesa da política que, conforme o PCP múltiplas vezes tem salientado na Assembleia da República e fora dela, conduziram o País e o nosso Povo à beira do desastre.

Por seu turno, os partidos da direita reaccionária saíram pesadamente derrotados deste debate. Incapazes de apresentarem uma alternativa democrática para a actual situação, demonstraram ao longo das suas intervenções a distância que os separa do respeito pelos preceitos constitucionais, pelas conquistas saídas da Revolução de Abril, pelas massas trabalhadoras e pelos problemas reais do nosso povo, ao mesmo tempo que procuravam esconder e aliar as suas graves responsabilidades na presente crise.

Pressionando o PS, exigindo mais e mais cedências à direita, o PPD e o CDS não goraram a expectativa. Desde o primeiro momento que se adivinhava a sua posição e o seu objectivo: ocupar o poder, à custa do capitulacionismo do Partido Socialista.

Foram muitas vezes circulares, abordando esta questão central da sua política através de intervenções aritméticas e pretensamente oriundas das tão faladas competências. Mas depressa a serenidade caía. E foi curioso verificar como o PPD, por exemplo, de entre o exagerado número de protestos que proferiu, dedicou seguramente bem mais de 90 por cento à defesa do seu ex-presidente. Felizmente que um deputado deste partido, e conforme acentuou o presidente do Grupo Parlamentar do PCP, Carlos Brito, veio revelar à Assembleia o real lugar de Sá Carneiro dentro do PPD: não é ex-presidente, é chefe!

Este exemplo é bem ilustrativo do comportamento que os partidos da direita assumiram em S. Bento num debate crucial para a democracia portuguesa. O tom agitado com que proferiram a maior parte das suas declarações e intervenções demonstrou bem a inquietação que sempre reinou nas bancadas do PPD e do CDS perante a possibilidade de uma saída de esquerda para a crise.

Em contraste, a atitude serena assumida pelos deputados comunistas, levando o debate das questões centrais que se prendiam à discussão da moção de confiança solicitada pelo Governo minoritário do Partido Socialista a uma profundidade e abertura dignas de salientar, é bem demonstrativa da justeza das posições defendidas pelo PCP.

O Grupo Parlamentar comunista proferiu duas intervenções de fundo: uma pelo camarada Jaime Serra e outra pelo camarada Carlos Brito, que referimos noutro local. No entanto, nunca os deputados comunistas deixaram passar uma oportunidade de, ora pedindo esclarecimentos ora fornecendo explicações, suscitarem o diálogo e, quando foi caso disso, denunciar serena mas firmemente o comportamento da direita reaccionária.

Foi assim que se chegou à madrugada de ontem. E conforme salientou o camarada Joaquim Gomes, na declaração de voto que proferiu em nome do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, «o PCP confia inteiramente em que o povo português, neste momento difícil, saberá encontrar o caminho para vencer as dificuldades actuais, assegurar a saída da crise, o bem-estar do povo trabalhador, a consolidação e o prosseguimento do regime democrático, o respeito pela Constituição, a defesa da independência nacional».

Joaquim Gomes

«AS SEMANAS PRÓXIMAS EXIGIRÃO DAS FORÇAS DEMOCRÁTICAS UM ALTO SENTIDO DAS RESPONSABILIDADES»

Foi a seguinte a declaração de voto do PCP, pronunciada no final dos debates na Assembleia da República pelo camarada Joaquim Gomes, e na qual se sintetiza o fundamento da posição assumida pelo nosso Partido:

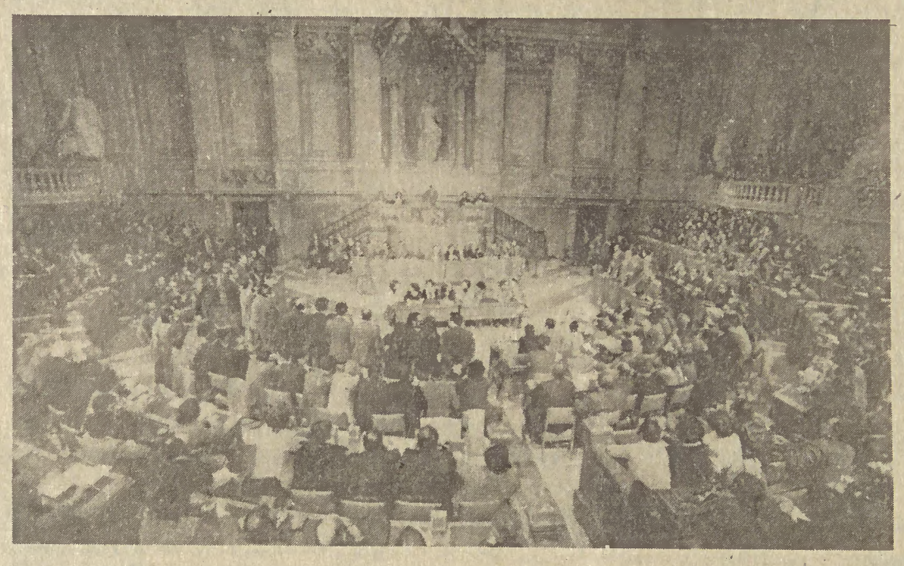
A votação da moção de confiança ao Governo culmina, como assinalava o Comité Central do PCP no último domingo, o fracasso político da recuperação capitalista, latifundista e imperialista, que conduziu o País à beira do desastre. Culmina também o fracasso da fórmula de Governo PS sozinho aliado de facto à direita.

Ao apresentar-se nesta Assembleia em Agosto de 1976, o Governo prometia então resolver os problemas económicos, financeiros e sociais do País. Prometeu entre outras coisas a defesa da Reforma Agrária, das nacionalizações e do controlo operário que declarou "irreversíveis", a redução dos défices das balanças comercial e de pagamentos, "a criação maciça de novos postos de trabalho".

O balanço de 16 meses de governação revelam que nem estas nem outras promessas foram cumpridas. Os resultados foram precisamente o contrário do anunciado.

As linhas mestras da política do Governo PS, aliado de facto à direita, têm sido de ataque sistemático às conquistas dos trabalhadores e à Revolução, têm sido de contínuas cedências às exigências do grande capital, dos grandes agrários e do imperialismo.

A restituição de terras aos grandes latifundiários e exploradores capitalistas, a entrega de grandes empresas ao patronato sabotador, tudo isto conduziu ao agravamento das condições de vida dos trabalhadores e do povo português.



A contra-revolução legislativa conduzida em aliança com os partidos reaccionários, levou à degradação da situação política, económica e social em que nos encontramos, conduziu-nos à beira do desastre financeiro.

Ao declararmos que não assinaríamos nenhum cheque em branco queríamos dizer que não daríamos, nem daremos, qualquer espécie de aval à continuação duma tal política.

Ante o agravamento da situação, o PCP tem vindo a insistir na necessidade de se discutir e aprovar uma plataforma. Considerámos como indispensável que se chegasse a acordo em pontos capitais, como sejam: manter o poder de compra do povo trabalhador, respeitar os limites entre as diversas formações económicas, assegurar a Reforma Agrária, as nacionalizações e o controlo de gestão, promover um grande esforço patriótico de recuperação económica tendo como bases fundamentais os recursos internos e a vontade e a intervenção dos trabalhadores, dos agricultores, das massas populares.

Convém afirmar aqui que não fizemos exigências quanto à composição do Governo. Entendemos e declaramos inúmeras vezes que para nós o fundamental era a aprovação duma plataforma, porque a partir daí todo o resto se simplificaria, mesmo a composição do Governo.

Aceitámos igualmente o Memorando do Governo como base de discussão. Salientámos que nele havia pontos positivos que podiam servir, em nosso entender, como base de exame conjunto e de possíveis acordos. Por isso fizémos propostas concretas. Insistimos na necessidade de acordos para se sair da crise. Porém, as respostas do Governo à nossa boa vontade e às nossas propostas nunca passaram de declarações de boas intenções.

Os discursos do sr. Primeiro-Ministro na abertura e encerramento do debate não deixam antever qualquer mudança de fundo na orientação. Não apareceu nesses discursos uma única nota que conduzisse à ideia de que estejam a ser encaradas medidas para evitar a continuação duma política cujos resultados desastrosos estão à vista. Isto sem prejuízo de algumas afirmações positivas feitas no discurso de encerramento.

Afirma-se a vontade de dialogar mas ao mesmo tempo recusa-se qualquer alteração na política até agora seguida.

Então há que perguntar: que diálogo é aquele que o Governo propunha? Com quem pretendia de facto dialogar? E para que política?

Consideramos positivo que se tenha podido dialogar, que se tenha podido mesmo avançar no exame de um ou outro ponto, ainda que o Governo se tenha mantido sempre na negativa em relação aos problemas avançados. Mesmo depois do Governo dar por findas as negociações, declarámo-nos dispostos a um entendimento como o Governo e com o PS. Por isso esperámos até ao último minuto para decidir a nossa votação. E por isso votámos contra a moção de confiança apresentada pelo Governo.

Os partidos da direita, ansiosos por intensificarem a ofensiva contra as conquistas da Revolução e por restaurar o poder económico e político dos monopólios e latifundiários, desencadearam violentos ataques contra o Governo. Com estes ataques os partidos reaccionários pretendem alijar as responsabilidades que têm de facto na política de recuperação capitalista e latifundista praticada pelo Governo e apresentar-se como alternativa.

As críticas dos partidos de direita ao Governo PS não são porque a Democracia esteja em perigo, mas antes porque ainda vivemos em Democracia. As críticas dos mesmos partidos ao Governo não são porque a Reforma Agrária esteja em perigo, mas porque ela subsiste. Não são porque a recuperação capitalista agrave a situação económica, mas porque continuam a existir os sectores nacionalizados e intervencionados e o controlo de gestão é ainda uma realidade.

Admitir, como o fez o sr. Primeiro-Ministro, a hipótese de passar nesta Assembleia um governo PPD-CDS, constitui em si uma declaração extremamente inquietante. Entregar o poder àqueles que querem liquidá-lo, aos que não votaram a Constituição ou que abertamente estão contra ela, seria atitude que o povo português não poderia deixar de recusar.

Um governo PPD-CDS significaria o agravamento brutal da crise política, económica e social, significaria pôr imediatamente em perigo todas as conquistas dos trabalhadores e da Revolução. Um tal governo só poderia constituir-se com o apoio do PS. Parece-nos inacreditável que o PS pudesse dar tal apoio.

A saída para a crise só pode ser encontrada com uma alternativa democrática para a política actual. E uma tal alternativa no quadro das instituições e da actual correlação de forças políticas, só é possível com os trabalhadores e não contra os trabalhadores, só é possível através do entendimento dos democratas, designadamente de socialistas e comunistas.

O fascismo e a reacção estão particularmente activos. Repetem-se campanhas, manobras e actividades de desestabilização. Multiplicam-se as ameaças. As forças da democracia estão porém em condições de lhes fazer frente com êxito e impedir que se concretizem os planos de restauração do poder económico e político dos monopólios e dos latifundiários, que significaria a liquidação do regime democrático e a instauração duma nova ditadura.

As semanas próximas exigirão das forças democráticas um alto sentido de responsabilidade.

O PCP espera que os acordos que não foram alcançados antes da votação da moção de confiança, o sejam futuramente.

Pela nossa parte faremos todos os esforços para que isso seja possível. Estamos prontos a prosseguir com todos os democratas, especialmente com os socialistas, o exame conjunto da situação e dos problemas nacionais, com vista a alcançar uma plataforma patriótica que, depois da votação da moção mais ainda do que antes, se torna não só necessária como indispensável.

O PCP confia inteiramente em que o povo português, neste momento difícil, saberá encontrar o caminho para vencer as dificuldades actuais, assegurar a saída da crise, o bem-estar do povo trabalhador, a consolidação e o prosseguimento do regime democrático, o respeito pela Constituição, a defesa da independência nacional.

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Propriedade
Partido Comunista Português
Av. António Serpa, 26-2.º Dt.º — Lisboa 1 Telf.: 769896/7

Administração
Editorial Avante, SARL
Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º — Lisboa 1 Tel.:769744/769751

Direcção e Redacção
Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º — Lisboa 1 — Tel.: 769725/769722

Distribuição
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL
Central: Rua Pedro Nunes, 9-A — Lisboa 1. Tel.: 769744/769751
Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C — Lisboa 1, Tel.: 769705
Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — Lisboa 2, Tel.: 372238
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — Porto, Tel.: 28938
Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. — Porto, Tel.: 310441
Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 6 — Coimbra, Tel.: 28394
Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 — Santarém, Tel.: 24564
Centro Distribuidor de Setúbal: Rua de Angola, 29-A — Setúbal. Tel 29493
Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarcova de Baixo, 13 — Évora, Tel.: 26361
Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 — Faro, tel.: 24417

Assinaturas
CDL, Departamento de Venda Directa
Av.ª Santos Dumont, 50 — Lisboa 1, tel.: 763701

Publicidade
Lisboa: R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa 1, Tel.: 41787

Composto e Impresso na Heska Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — Amadora

Tiragem média do mês de Novembro: 83 977

Carlos Brito

«DEFENDEMOS A URGÊNCIA DE SER DEFINIDA UMA REAL PLATAFORMA DEMOCRÁTICA, CONSTITUCIONAL E PATRIÓTICA»

No segundo dia dos debates, o camarada Carlos Brito pronunciou uma importante declaração de fundo, de que a seguir transcrevemos substanciais extractos:

A conhecida ou pressentida gravidade dos problemas económicos e financeiros, a degradação progressiva da qualidade de vida dos portugueses, as renovadas ameaças do fascismo e da reacção, as grandiosas acções populares em defesa da democracia, das conquistas da Revolução e da independência nacional, as conversações entre o Governo e os partidos da oposição e o reflexo destas nos grandes órgãos da comunicação social – tudo tem contribuído para que se aguardasse da palavra do Governo e do seu principal responsável, no momento em que jogam o seu destino, uma apreciação crítica, autocrítica, da política até agora realizada e a proposta de uma nova orientação, de uma nova política para enfrentar e vencer os grandes problemas que se colocam ao povo e ao país.

Afinal, ouvidas a declaração política do Primeiro-Ministro e as questões para que se reclama a confiança da Assembleia da República, tudo se passa como se o País, o povo, os trabalhadores, os partidos, todos estivéssemos redondamente engandos.

Afinal, tudo se passa como se tivéssemos a melhor política possível, o governo mais sábio e tão engenhoso que, sendo minoritário, produz todas as maiorias possíveis.

Afinal, tudo se passa como se urgentes, urgentes, fossem apenas estas duas questões: o Primeiro-Ministro e o Governo ficam ou vão embora; negociamos ou não com o FMI. O resto toda a orientação política, a estratégia económica que a comanda – o Orçamento, o Plano, a política social, tudo enfim, discutir-se-á depois.

restabelecer a «confiança» do grande patronato, que o Governo e o PS lançaram o 1.º pacote; fizeram aprovar a lei da delimitação dos sectores público e privado; a lei Barreto contra a Reforma Agrária e a lei dos senhorios ricos, a lei contra o controlo de gestão e os direitos das comissões de trabalhadores; a lei das indemnizações aos monopolistas e agrários; a lei da liberalização dos despedimentos, um vasto e apertado conjunto de medidas e legislação que se eram inteiramente coerentes em termos de estratégia de restauração do poder do grande cápital e dos agrários, nada tinham que ver com as necessidades e problemas objectivos da economia portuguesa, antes os contrariavam frontalmente.

(...) No curto espaço de alguns meses desvendaram-se, pública e abertamente, os verdadeiros objectivos e ambições da direita e da reacção: assaltar o poder ou forçar de imediato a sua partilha como forma de coroar e executar até às últimas consequências a contra-revolução legislativa, acelerar o ritmo e a violência da recuperação capitalista, agrária e imperialista, colocar toda a máquina do Estado ao serviço do esmagamento da legítima resistência dos trabalhadores e do povo a uma política de liquidação da democracia portuguesa, restaurar finalmente o poder económico e político do grande capital (associado ao imperialismo) e dos latifundiários.

A ampla, determinada, combativa e legítima resistência dos trabalhadores à ofensiva contra os seus direitos e contra as conquistas da Revolução, a crescente tomada de consciência por parte de largas camadas da população e vastos sectores democráticos das ruinosas consequências da política de recuperação capitalista e agrária; o sereno mas intransigente exercício dos direitos e liberdades democráticos pelo movimento operário e popular; a justa convicção dos militantes e eleitores socialistas de que uma coligação aberta do PS com a direita seria o seu completo suicídio como partido democrático – todos estes factores que no seu conjunto, exprimem de algum modo as forças poderosas que estão do lado da democracia portuguesa – representam para a direita um obstáculo intransponível para a realização da suas ambições, no quadro do respeito da Constituição e das instituições democráticas.

A arrogância que, nos últimos meses, a direita apresenta, as ameaças que brande, as intrigas que move, as pressões ilegítimas em que se desdobra, – sendo sinal da agressividade com que procura disfarçar o seu isolamento social, sendo ainda uma nova tentativa de chantagem sobre o PS, são sobretudo a expressão do seu combate, agora aberto e frontal, contra o regime e as instituições democráticas consagradas na Constituição.

(...) Formalmente, é a questão da confiança no governo que a Assembleia da República tem vindo a apreciar.

Mas o verdadeiro conteúdo deste debate é necessariamente muito mais amplo porque, mais do que decidir da confiança ou não da fórmula de governo – e insistimos que não é essa a questão que prioritariamente colocamos – se trata sobretudo de julgar uma política.

O Governo é parte altamente responsável, em virtude da sua política, pela gravíssima situação a que se chegou, mas o PPD, o CDS e toda a reacção não podem fugir às suas responsabilidades, como pretenderam ao longo do debate, porque a política do Governo foi, nos pontos essenciais, aquela que eles exigiram, reclamaram, apontaram, apoiaram e aplaudiram.

Não restando dúvidas que os eixos fundamentais da política do governo foram determinados em aliança com a direita, são em consequência também as próprias concepções da direita que estão hoje em julgamento quando se aprecia a situação económica, financeira e social do País.

Não venham, pois, hoje o PPD e o CDS falar candidamente de recuperação económica e oferecer-se como reserva de competências para a alcançar, porque está na memória dos trabalhadores e do povo o seu apoio a cada uma e a todas as medidas visando alterar violentamente as novas realidades económicas e sociais criadas pela Revolução e que são uma base indispensável para a recuperação económica do País.

Não venham, pois, hoje o PPD e o CDS chorar lágrimas de crocodilo perante as justas inquietações e preocupações dos portugueses, – a vertiginosa subida dos preços, a diminuição dos salários reais, o desemprego – porque está na memória de todos a lembrança de que apoiaram a liberalização dos despedimentos, a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, festejaram alegremente o 1.º pacote, triste símbolo de uma política orientada para o aumento do custo de vida, o crescimento do desemprego e a diminuição dos salários reais dos trabalhadores.

Não venham, pois, hoje o PPD e o CDS, fazendo ecoar nesta Assembleia a estratégia da CIP e da CAP, proclamar novamente que é preciso estabelecer (ainda mais!) a «confiança» do grande patronato reaccionário isto é não, venham dizer que é necessário triplicar as indemnizações, intensificar ainda mais os despedimentos e o desemprego, agravar as dificuldades e acelerar as falências de centenas de pequenas e médias empresas, colocar os dinheiros públicos ao serviço da restauração do poder económico e político dos que sustentaram o fascismo.

A apresentação pelo Governo

Carlos Brito no uso da palavra

(...) Aceitemos, porém, as duas perguntas do Governo como pontos de referência.

A pergunta sobre a manutenção do Governo e da sua fórmula actual leva em linha recta à abordagem da questão das alianças de facto do Governo e do PS com a direita. A questão das negociações com o FMI só pode ser encarada no quadro da definição de uma autêntica política de recuperação económica, no quadro de uma plataforma para vencer a crise.

(...) A teoria da cedência foi a cobertura ideológica para a prática da aliança de facto com a direita por parte do Governo e do PS e tem a sua expressão política na recuperação capitalista, latifundista e imperialista.

A violência que se ostenta nas recentes manifestações fascistas, o ódio que transborda de toda a imprensa reaccionária, a ofensiva generalizada da reacção contra a Constituição e as instituições democráticas, tal é o «apaziguamento» conseguido com a política de cedência à direita.

A quebra da produção provocada pelos ataques e destruições na Reforma Agrária e pela devolução de dezenas de empresas ao patronato sabotador, o agravamento de todos os indicadores económicos fundamentais, tal é um resultado patente da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista.

Foi em obediência às pressões e exigências da direita e em aliança com ela, que o Governo e o PS assumiram a responsabilidade do desencadeamento e desenvolvimento da contra-revolução legislativa, grande operação destinada a criar os instrumentos jurídicos de uma prolongada e persistente ofensiva contra as transformações económicas e sociais realizadas no processo da Revolução portuguesa.

Foi em obediência às pressões e exigências da direita, em aliança com ela, que o Governo e o PS lançaram as traves mestras de uma política económica e social desastrosa – a política dos pacotes – toda ela orientada para fazer recair sobre os trabalhadores e outras camadas laboriosas o preço da crise económica e financeira.

Foi em obediência às pressões e exigências da direita, e em aliança com ela, e a pretexto da recuperação económica e de política do Governo, designadamente o agravamento dos défices das balanças comercial e de pagamentos, a progressão do esgotamento das reservas e do endividamento externo, o agravamento brutal das condições de vida dos trabalhadores, a estagnação da produção nacional, – **por outro lado** apresentamos propostas concretas e urgentes para a resolução da crise, através de um grande esforço nacional baseado nos recursos e nas energias internas.

Não espanta assim que o PCP (que há longo tempo vem propondo e defendendo a urgência de uma plataforma que defina e integre uma nova política, que há longo tempo vem propondo as linhas fundamentais da alternativa democrática e de recuperação económica), tenha considerado e examinado atentamente o memorando; que o tenha aceite, na conjuntura presente como ponto de partida para uma imediata negociação com vista ao estabelecimento de um acordo até à data de 30 de Novembro; e, finalmente, que tenha apresentado um conjunto de propostas, dando sequência ao diálogo que se anunciava e formalizando os seus pontos de divergência e as omissões que encontrou naquele documento. (...) O Governo apresentou o seu memorando no pleno conhecimento e constatação do fracasso da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista. Apresentou o Memorando quando é evidente a total incapacidade dessa política para resolver problemas nacionais; quando se pode calcular o défice da balança comercial no corrente ano em cerca de 100 milhões de contos, o da balança de pagamentos (o dobro do previsto!) e a taxa de inflação em mais de 30% (também o dobro do previsto); quando o desemprego atinge cerca de meio milhão de trabalhadores; quando os encargos da dívida pública passaram de 14 para 25 milhões de contos; quando, depois de sucessivas vendas de ouro (60 toneladas estão definitivamente perdidas!), mais de metade do que nos resta já está hipotecado e se noticia que, na ausência do grande empréstimo e da aceitação das condições do FMI todo o ouro desapareceria no **prazo de um ano.** (...)

Só que, no decurso das negociações, o Governo e o PS não demonstraram, nem manifestaram — como se anunciava e se esperava — a real vontade e a imperiosa determinação política de chegar a acordos, mesmo que pontuais ou parcelares, que abrissem caminho à elaboração duma plataforma.

O senhor Primeiro-Ministro, na intervenção que aqui ontem produziu, passa por este assunto como gato por brasas. Limita-se a afirmar que tais acordos não foram possíveis, nada adiantando sobre as razões, incidentes e dificuldades que se apresentaram e que eventualmente pudessem justificar o impasse.

Nada diz — e seria isso o que se esperava que fizesse — sobre quais os pontos concretos de divergência entre as propostas contidas no Memorando e as respostas que recebeu de **cada um** dos partidos políticos.

(...)

Da nossa parte, esclarecemos que não fazíamos depender o nosso acordo com o Governo e com o PS e a assinatura duma plataforma da exclusão do acordo e da assinatura de quaisquer outras forças políticas ou sociais. Fizémo-lo na certeza de que se considerássemos poder subscrever uma plataforma era porque entendíamos que ela serviria os interesses do povo e do País.

Ao contrário, a direita reaccionária, os partidos PPD/PSD e CDS, fazem exigências e impõem condições sobre os participantes da plataforma, afirmam a necessidade de excluir o PCP e os trabalhadores.

Fazem-no, porque não querem servir o povo e o País, mas os interesses do grande capital, dos monopólios, dos latifundiários, do imperialismo.

O PPD/PSD e o CDS, ao mesmo tempo que exigem arrogantemente a partilha do Poder e procuram fazer capitular a direcção do PS, apontam abertamente para a liquidação das conquistas da Revolução de Abril e para a revisão da Constituição da República.

O PPD/PSD e o CDS não querem qualquer plataforma de saída da crise, não apresentam qualquer alternativa, querem **afinal e só** o conluio que lhes permita explorar e servir-se da crise em proveito próprio.

E só não vê isto quem não quiser ver!

Para os trabalhadores portugueses, para amplas camadas e sectores da população portuguesa, a **questão central** está colocada com clareza e evidência: ou se define uma **nova política,** na base da defesa das conquistas da Revolução, da defesa da Constituição e no respeito dos interesses e direitos dos trabalhadores — e então será possível a recuperação económica, na base de um grande esforço nacional —, **ou então** prossegue e aprofunda-se a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, com o agravamento da crise, a rotura cambial à vista, os perigos para a democracia e a independência nacional.

Aquilo que é claro para o Povo português não pode ser um equívoco para o Governo e o PS, não pode ser por eles iludido ou ignorado.

A teoria do lugar geométrico, de que nos falou ontem o Senhor Primeiro-Ministro, não pode levar o PS a ignorar o que reconheceu quando apresentou o Memorando: que a plataforma da saída da crise é uma exigência imediata e decorrente da gravíssima situação que vivemos.

O PCP apresentou propostas perfeitamente inseridas nos interesses do povo e do País e mostrou-se firmemente decidido e empenhado em esgotar as possibilidades de elaboração duma plataforma.

No **plano político**, aceitámos e propusemos que a base da plataforma fosse o respeito absoluto pela Constituição, o respeito pelos órgãos de soberania, a manutenção nos seus actuais limites das diversas formações económicas (nacionalizada, privada, cooperativas, empresas em autogestão e unidades colectivas de produção). Ao mesmo tempo que nos propúnhamos formular propostas concretas, formalizando os termos duma "pausa" relativa aos limites actuais das formações económicas, sublinhávamos que o acordo neste ponto tornaria extraordinariamente mais fáceis acordos na restantes matérias.

No plano económico e financeiro, rejeitámos a falsa alternativa colocada no Memorando, de que **ou** se aceitava o grande empréstimo do FMI e as condições que lhes querem pôr a reboque, **ou** fim de um ano teríamos esgotado totalmente as nossas reservas. Defendemos em contrapartida a possibilidade de adopção de uma política nacional e de um esforço nacional assente em duas direcções fundamentais: **o aumento da produção** (de forma a substituirem-se o mais possível artigos importados por artigos de produção nacional e a aumentarem as exportações) **e a redução das importações** (com prioridade para os artigos sumptuários ou cujo consumo possa ser facilmente dispensável). Aceitando declarar que seja considerado como objectivo prioritário a redução dos défices e a redução significativa do actual nível de inflacção, propusemos a inclusão na plataforma de objectivos da política económica e financeira: em 1.º lugar, a promoção da produção nacional (estimulando em particular os sectores assentes em componentes internas e a produção nacional de produtos importados e não fixando limite ao crescimento do produto interno); em 2.º lugar, uma política de comércio externo assente na contingentação das importações de bens não essenciais, acordos de compensação, compras a crédito, promoção e diversificação das exportações; em 3.º lugar, uma política de créditos ligada às linhas de promoção da produção nacional, com critérios selectivos, revisão das taxas de juro e bonificações para os sectores produtivos, designadamente pequenas e médias empresas, reforma agrária e pequenos e médios agricultores.

No que toca às negociações com o FMI, dada a situação a que chegámos, concordámos com o princípio de prosseguimento das negociações, na base, por um lado, da **aceitação** exclusiva da condição de redução dos défices (das balanças comercial e de pagamentos) e mesmo da redução do défice corrente do Orçamento Geral do Estado e do ritmo de inflação e, por outro lado, da **não aceitação** de condições relativas à limitação da expansão económica, à política de emprego, à liberalização no imediato das importações, à desvalorização do escudo, às taxas de juro, às estruturas socioeconómicas, ou a quaisquer outros aspectos da política portuguesa cuja decisão compete exclusivamente aos órgãos de soberania no nosso País. A rejeição, afinal, das condições que apontam e impõem uma política conducente ao agravamento da crise e que são atentatórias dos interesses, da independência e soberania nacionais.

Finalmente, **no plano social,** propusemos a manutenção geral do poder de compra dos trabalhadores, a resposta favorável a reivindicações mais urgentes, bem como a adopção de medidas contra os despedimentos e o desemprego.

(...)

O PS e o Governo conhecem os sentimentos que milhares e milhares de portugueses, designadamente os trabalhadores, manifestaram no sentido de ser definida uma **nova política.** Sabem que, sobre a necessidade e urgência destas medidas, existe uma forte corrente de opinião.

Não parecem ser seguramente assim as dificuldades que eventualmente existam em torno das questões postas que manietaram o PS e o Governo.

Amarrados aos compromissos e às consequências da sua política, cercados e vigiados pelos que lhes apontaram o caminho, o reclamaram, o apoiaram e aplaudiram, o PS e o Governo actual afinal como se não tivessem compreendido ainda a extensão dos perigos que pendem sobre a Pátria portuguesa e sobre a democracia, e constituem-se, pela ausência de uma vontade política clara, na grave responsabilidade de **facilitar** as manobras e provocações da reacção e as suas exigências para que seja constituído um governo abertamente reaccionário.

Ouvimos aqui ontem o senhor Primeiro-Ministro afirmar que o PS não faria obstrução de princípio e sistemática a um governo que chamou de "convergência democrática", um governo "PPD, CDS e independentes".

Ouvimos o senhor Primeiro-Ministro afirmar que se lhe fosse pedido, aconselharia a convidar o Presidente do PPD para formar governo.

Nós dizemos: esse é o caminho do capitulacionismo e do demissionismo.

Recusando um acordo possível com o PCP e com os trabalhadores, o Governo e o PS cedem de novo às exigências e chantagens da reacção e podem abrir-lhe objectivamente as portas do Poder.

Colocando a falsa alternativa de que "ou decide sozinho em relação a toda a política ou descarta-se das responsabilidades", o Governo e o PS põem em grave risco os interesses dos trabalhadores e do Povo português, da democracia e a independência da Pátria.

Senhor Presidente,
Senhor Primeiro-Ministro,
Senhores Deputados,
Senhores membros do Governo,

Confrontado com a crescente impopularidade da sua política, sujeito pela direita a um apertado cerco que ele próprio estimulou, o Governo procurou manifestamente nas últimas semanas alterar a imagem da real situação defensiva em que se encontrava, procurando passar de réu a juiz, de acusado a acusador, de responsável a vítima. Mas a verdade é que não bastam algumas palavras justas para modificar a situação e dar garantias de uma real mudança de atitude. A verdade é que os problemas são tão profundos, as responsabilidades do Governo no seu agravamento tão grandes, que algumas positivas declarações se chocam frontalmente com a realidade.

Colocando à Assembleia da República a moção de confiança e colocando-a nos termos que são conhecidos, o Governo pretendeu fazer crer que as responsabilidades são agora dos partidos da oposição, que é a Assembleia da República, no seu conjunto, que tem de fazer a sua opção.

Poder-se-ia dizer que o Governo, de algum modo, se comporta como se a questão que dominasse o quotidiano dos portugueses, como se a questão mais discutida nas fábricas, nos campos, nas empresas, no conjunto da vida nacional, como se as inquietações e as expectativas que percorrem a sociedade portuguesa, fossem, apenas e exclusivamente, uma questão de aritmética parlamentar.

Manifestamente, é outra a realidade. O que domina a vida nacional, o que se afirma nos sentimentos e convicções dos trabalhadores e dos democratas, o que se constitui rapidamente em grande aspiração nacional, é a ampla consciência da necessidade do encontro de soluções positivas para as soluções fracassadas, de definição e concretização de uma política democrática, fiel aos ideiais e realizações da Revolução de Abril, que substitua uma política que se desmonorou exactamente porque se voltou contra os valores, a experiência, as esperanças e as raízes da Revolução portuguesa.

E é por isso que, perante o Povo português e perante o País, na hora actual, quem tem de assumir as suas responsabilidades e fazer a sua opção é, não tanto esta Assembleia, mas o Governo e o Partido Socialista.

Ao Governo e ao PS, a necessidade de optar: ou a lúcida tomada de consciência da grave situação do País e das suas responsabilidades ou o prosseguimento no caminho das ambiguidades insustentáveis, das ilusões suicidas.

Ao Governo e ao PS, a necessidade de optar; ou a mobilização dos recursos e energias nacionais, as reservas inesgotáveis de patriotismo e generosidade dos portugueses, e o seu desejo de intervenção e participação na reconstrução do País; ou uma política rotineira, de feição administrativa, descrente, fatalista e subserviente perante as imposições externas, uma política vencida à partida porque temerosa da iniciativa popular, distante das aspirações populares, oposta aos interesses vitais do povo trabalhador e da democracia portuguesa.

Ao Governo e ao PS, a necessidade de optar: ou uma política baseada no respeito das formações económicas existentes, do seu peso e dinâmica próprias, voltada para a recuperação económica, para um grande esforço nacional para aumentar a produção, reduzir e substituir importações, garantir condições de vida digna aos portugueses; ou uma política voltada para a violenta destruição das nacionalizações, da Reforma Agrária, do controlo de gestão, em favor da restauração do poder do grande capital e dos agrários, para o agravamento das condições de vida dos trabalhadores, a desagregação do processo produtivo, a recessão e o desastre económico e financeiro.

Ao Governo e ao PS, finalmente, a necessidade de optar: ou o apoio dos trabalhadores e de todas as camadas laboriosas a uma política democrática, a cooperação e entendimento dos democratas e dos patriotas portugueses fiéis à Constituição e ao regime democrático; ou as pressões, ameaças e chantagens dos grandes capitalistas e agrários, do imperialismo, das forças que os representam no plano político e social, contra o regime e as instituições democráticas, contra a Constituição, contra o 25 de Abril.

São estas as opções que o povo e o País esperam e reclamam que o Governo e o PS façam no interesse nacional, no interesse da democracia portuguesa, no interesse do seu futuro como partido democrático.

Os trabalhadores e os democratas não compreenderão que o PS adie tais opções, por sujeição à campanha contra a "maioria de esquerda" movida pelos partidos da direita.

Os trabalhadores e os democratas não compreenderão que o PS aceite que personalidades que viram os seus sonhos e ambições políticasabruptamente frustrados e interrompidos com a madrugada libertadora do 25 de Abril venham decretar a proibição de os dois únicos partidos democráticos vindos da resistência ao fascismo, se entenderem e cooperem.

Os trabalhadores e os democratas não compreenderão jamais que os derrotados sucessivamente em três eleições gerais possam impedir a aproximação de pontos de vista e o encontro de soluções democráticas para os problemas nacionais entre os dois partidos que representam a maioria do eleitorado.

Os trabalhadores e os democratas não compreenderão que o PS, apesar de colocado nstes dias perante os ataques à Constituição, os planos, a intriga, as ameaças da direita, tarde em reconhecer que se é Governo o deve, não apenas a ter sido o partido mais votado, mas irrefutavelmente a que, das eleições de Abril de 1976, não saiu a maioria de direita que o PPD e o CDS davam como certa e segura, mas sim uma folgada maioria de socialistas e comunistas.

Senhor Presidente,
Senhor Primeiro-Ministro
Senhores Deputados,
Senhores membros do Governo,

Como tivémos ocasião de relembrar ao longo deste debate, a acção política do PCP determina-se pelo objectivo central de contribuir para o encontro de uma solução democrática que dê resposta à gravíssima crise económica, financeira, política e social que o País enfrenta.

No longo e difícil caminho percorrido até este momento, o que orientou as nossas propostas foi a consciência profunda de que os interesses dos trabalhadores e de todas as camadas laboriosas, e os interesses de Portugal como País livre, democrático e independente, exigiam, dia a dia com maior premência, a elaboração de uma plataforma democrática para vencer a crise, sair das dificuldades actuais, percorrer a larga estrada da recuperação económica, do progresso social, da construção de uma vida melhor e mais feliz para os portugueses.

Este debate dá mais razão à razão que nos move, dá ainda mais sentido aos nossos esforços, confirma inteiramente a justeza da nossa orientação.

Neste sentido, desejamos aqui declarar solenemente que, até ao momento da votação e depois dela e independentemente do seu resultado, o PCP manterá, de acordo com a sua posição construtiva e patriótica, a completa abertura e disponibilidade para prosseguir o exame dos graves problemas nacionais, para prosseguir as negociações, para prosseguir a busca de acordos concretos que abram caminho a uma solução democrática e patriótica, que corresponda às aspirações dos trabalhadores e do Povo português, ao objectivo da defesa e consolidação da democracia portuguesa, ao respeito e aplicação da Constituição da República e à salvaguarda da dignidade e indepedência nacional.

Entretanto, sublinhamos uma vez mais que se não obtiverem êxito os esforços que continuaremos a fazer para a elaboração de uma plataforma que consagre uma nova política e sirva de base à constituição de um novo governo, o PCP entende que a outra alternativa democrática e constitucional que garante os interesses do povo e a defesa da democracia é a formação de um governo de gestão e a realização de eleições gerais antecipadas que permita ao eleitorado pronunciar-se inequivocamente por uma política que salvaguarde a democracia, as conquistas da Revolução e a independência nacional.

Neste momento difícil da vida nacional reafirmamos solenemente a nossa confiança de que a iniciativa e a luta dos trabalhadores e das massas populares, a aproximação, o entendimento e a cooperação entre todas as forças e todos os portugueses devotados à causa da liberdade e da Pátria, manterão aberto para Portugal o caminho da construção de um presente melhor e de um futuro de liberdade, democrático e socialista.

Barreto e Portas riem descontraidamente num intervalo dos debates. Os trabalhadores portugueses não encaram com a mesma boa disposição a política agrária que ambos levaram à prática, profundamente contrária aos interesses nacionais. Nessa política e nas suas consequências, aliás, residiu uma das razões pelas quais o PCP votou contra a moção de confiança

Veiga de Oliveira interpelando o ministro do Plano

Jaime Serra

«O PCP CONTINUARÁ ABERTO AO DIÁLOGO»

A primeira intervenção importante dos deputados comunistas durante os debates foi feita pelo camarada Jaime Serra, logo no primeiro dia. Eis algumas significativas passagens do seu discurso:

A discussão da moção de confiança colocada pelo Governo do PS à Assembleia da República torna indispensável uma explicação que permita não só a esta Assembleia como a todos os portugueses julgar do seu significado e tirar as conclusões que se impõem.

Com efeito, para nós, comunistas, os trabalhos da Assembleia da República — e de uma forma geral a actuação das instituições democráticas — devem ser transparentes para que a democracia se não perca e as instituições sirvam o povo e não se contraponham a ele.

(...)

No debate do programa, o nosso Partido teve oportunidade de afirmar que considerava que a formação, composição política e o programa do Governo não correspondiam às exigências da situação, que o programa apresentado pelo Governo a esta Assembleia anunciava uma orientação que, a nosso ver, não dava resposta clara aos problemas políticos, económicos, sociais e culturais que atingem a sociedade portuguesa. Em muitos aspectos podia mesmo agravá-los.

O Governo chamado do PS sozinho formou-se sob o signo do indisfarçável aplauso do PPD e do CDS, com os seus elogios e o seu estímulo, com a colagem oportunista e calculista dos derrotados das eleições de Abril de 1976.

E na intervenção de encerramento do debate do programa do Governo PS o secretário-geral do PCP camarada Álvaro Cunhal sublinhava:

"Os socialistas deveriam sentir-se preocupados por ver que apoios, louvores, ofertas de apoio e cooperação às suas pessoas e à sua política lhes vêm de sectores que eles próprios têm afirmado serem reaccionários".

E prevenia:

"A democracia portuguesa não está interessada em que se acentue a guinada à direita do Partido Socialista, não está interessada em que este passe a ser um Partido que pelo seu programa e a sua prática política pouco se diferencie do PPD e do CDS, partidos que representam os interesses do grande capital e dos agrários.

"A democracia portuguesa não está interessada em que se concretizem os planos da reacção para formarem na base do anticomunismo uma grande aliança das forças reaccionárias e conservadoras contra o povo trabalhador de Portugal".

E concluía:

"Dir-se-ia que a direita, com a sua aprovação, os seus elogios e o seu estímulo empurra o PS para um beco sem saída para o qual ele próprio voluntariamente se dirige".

(...)

Apoiando as medidas que julgámos correctas votando contra todas as propostas de lei que claramente se inseriam numa política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, protestando vivamente contra os métodos administrativos e arbitrários e contra as violações das liberdades democráticas, o Partido Comunista Português, durante esses 16 meses, manteve coerentemente a posição então anunciada:

"O PCP — declarámos — não irá adoptar uma orientação que venha a facilitar o avanço das forças de direita.

"Medidas que o Governo venha a tomar contra as liberdades, os direitos dos trabalhadores, as conquistas da Revolução — terão o nosso combate.

"Medidas que o Governo venha a tomar que correspondam aos interesses dos trabalhadores, à defesa das liberdades e das conquistas da Revolução, terão o nosso apoio nesta Assembleia e fora desta Assembleia".

Esta posição resumia afinal as razões que levavam o PCP a não apresentar uma moção de rejeição, certo como estava de que essa atitude era a que melhor servia os interesses dos trabalhadores e da democracia e a que podia contribuir para manter viva e possível a perspectiva de uma política democrática, uma política de esquerda em Portugal.

Quando da realização do VIII Congresso do Partido Comunista Português em Novembro de 1976, decorridos apenas 3 meses de actuação do Governo PS, as nossas preocupações obtinham já confirmação, embora a proximidade das eleições para as autarquias locais impusesse uma certa contenção às medidas antipopulares e antidemocráticas para as quais o Governo do PS estava voltado.

(...)

As conversações que então se desenrolaram, entre o PCP por um lado e o PS e o Governo por outro, visavam pela nossa parte garantir a consolidação e desenvolvimento do sector nacionalizado, o prosseguimento e defesa da Reforma Agrária — com respeito pelo princípio constitucional da participação dos trabalhadores, — com a concretização das expropriações na área da Reforma Agrária, com a defesa das Unidades Colectivas de Produção e das Cooperativas dos trabalhadores e dos pequenos e médios agricultores.

Visavam, pela nossa parte, a fixação e controlo de preços e a garantia de abastecimento de bens essenciais e o estabelecimento de um cabaz de compras que defendesse efectivamente o nível de vida das classes mais desfavorecidas.

Visavam a manutenção do poder de compra e dos salários reais evitando que fossem os trabalhadores, e só eles, a pagar a crise. Visavam, também, medidas de justiça fiscal, nomeadamente impedindo a fuga ao fisco dos altos rendimentos e dos rendimentos do capital em geral.

Visavam, finalmente, a garantia da independência financeira dos municípios e uma melhor distribuição das receitas públicas entre o Estado e as autarquias.

Durante a interpelação feita nesta Assembleia sobre as medidas económicas de 25 de Fevereiro (o pacote 1), o meu Partido teve mais uma vez ocasião de sublinhar que tais medidas apontando prioritariamente e indiscriminadamente para a restrição de consumos e pouco ou nada adiantando em relação ao objectivo de aumentar a produção, não resolveriam a crise e se limitariam a penalizar com uma forte diminuição do poder de compra aqueles que vivem dos seus salários e vencimentos ou de rendimentos fixos, isto é, os trabalhadores, as classes médias, os reformados e pensionistas.

Era também evidente para nós que nada se exigia realmente aos capitalistas, que vivendo de lucros e rendas variáveis teriam cada vez mais dinheiro — mesmo se candidamente admitíssemos que as suas percentagens de lucros não sofreriam alteração.

Em resumo: contrariamente aos acordos firmados pelo Governo e pelo PS quando da aprovação do Plano e do Orçamento para 1977, o primeiro conjunto de medidas económicas do Governo viria a provocar o agravamento das condições de vida dos trabalhadores e das classes médias, o aumento dos lucros e da vida folgada dos capitalistas.

O aplauso claro e mesmo entusiástico do PPD/PSD e CDS viria a demonstrar que o Governo do PS enveredara completamente pela aliança de facto com a direita reaccionária.

O Presidente do CDS, Freitas do Amaral, exclamaria, referindo-se às medidas: "vieram tarde, mas vieram!".

E, triunfalmente, lembrava que o seu partido «já quando da formação do Governo e do debate do seu programa, já quando do debate do Plano e do Orçamento para 1977, reclamou e apontou essas medidas".

E a que medidas se referia o deputado Freitas do Amaral? Lembremo-las: a desvalorização, a "austeridade" para os trabalhadores, o aumento dos preços, o agravamento dos impostos. Uma só questão descontentava o CDS: serem as medidas assim aclamadas ainda insuficientes.

(...)

Mas o PPD/PSD não se mostrou menos entusiasmado, nem menos concordante, nem menos triunfante com as medidas do 1.º Pacote, congratulando-se com o que considerou o reconhecimento por parte do Governo da inadequação do Plano 77, classificando o 1.º Pacote de «plano realista».

(...)

Em Abril, o Comité Central do Partido Comunista Português constatava que o Governo do PS, pretendendo que a sua política visava a recuperação económica, escondia, na verdade, objectivos de recuperação capitalista e desde logo a tentativa de fazer pagar às classes e camadas laboriosas o preço da solução das dificuldades financeiras e económicas do nosso país.

A recuperação capitalista, com a entrega ao grande capital e aos grandes agrários das empresas que sabotaram e das terras que nunca cultivaram já então não oferecia dúvidas a ninguém.

O apoio da CAP e da CIP e de outras forças reaccionárias, a cooperação e entusiasmo do PPD/PSD e do CDS eram por demais evidentes e mostravam até que ponto o Governo do PS se havia transformado no instrumento de recuperação capitalista, latifundista e imperialista.

O Comité Central do Partido Comunista Português alertava para o risco de um desastre político que o PS corria ao prosseguir a sua aliança à direita, separando-se das massas laboriosas, perdendo a sua base de apoio, agravando os seus conflitos e divisões internas e arriscando-se a ser ulteriormente ultrapassado e posto à margem pelas mesmas forças reaccionárias que então o apoiavam.

(...)

Nas empresas, nos campos, nos escritórios ou descendo à rua, em defesa do direito ao trabalho e da produção nacional, contra a legislação antioperária, contra a repressão patronal, as suspensões e despedimentos, contra o agravamento do custo de vida, contra a entrega de empresas intervencionadas ao patronato sabotador, pelo cumprimento e aplicação da lei do arrendamento rural e dos baldios, em defesa da Reforma Agrária, das Unidades Colectivas de Produção e Cooperativas, bem como dos interesses dos pequenos e médios agricultores e rendeiros — centenas de milhares de trabalhadores, numa torrente de lutas, travadas em várias frentes, constituíram um potente movimento de massas, base real da defesa das liberdades democráticas e das outras conquistas de Abril.

Jaime Serra falando na Assembleia

A classe operária resistiu à entrega ao patronato de empresas que os trabalhadores recuperaram e salvaram da falência com o seu sacrifício e esforço criador de que são símbolos os casos da MUNDET e FACAR, escandalosamente desintervencionadas sem que os trabalhadores tenham sido consultados e contra a sua vontade. Na MUNDET os trabalhadores mantêm heroicamente a laboração sem qualquer apoio do Governo assegurando deste modo a produção, os postos de trabalho e o pão de cerca de um milhar de famílias.

(...)

Na zona da Reforma Agrária, os trabalhadores alentejanos responderam à ofensiva do MAP visando a destruição desta importante conquista da Revolução com grande dignidade e firmeza.

(...)

As grandiosas manifestações do 1.º de Maio e de 22 de Junho, assim como mais recentemente as manifestações das massas trabalhadoras em todo o País, com particular destaque para as de 18 no Porto e 19 em Lisboa, assim como no Alentejo, Braga, etc., ao mesmo tempo que confirmaram a unidade da classe operária e dos trabalhadores em volta da sua Central Sindical testemunharam a sua vontade de se oporem à política de aliança à direita do Governo PS, à recuperação capitalista e agrária e às tentativas já então claramente avançadas de formação de um Governo abertamente de direita.

(...)

A sua aliança de facto à direita incentivava a intriga reaccionária e fascista, a desestabilização, as actividades provocatórias e conspirativas da direita. Nova série de atentados bombistas e a subida de tom dos pasquins reaccionários comprovavam simultaneamente que a direita não se contentaria com cedências pontuais e acabaria por exigir o próprio Governo.

O Governo do PS, surdo a todas as propostas de diálogo dos trabalhadores e das suas organizações, surdo às análises, propostas e sugestões da Conferência Económica do PCP capitulou perante as exigências da direita e em aliança com esta fez aprovar na Assembleia da República um conjunto de medidas que constituem um instrumento jurídico que a reacção se propõe utilizar para a destruição das liberdades democráticas e das outras conquistas de Abril e para o assalto final ao Poder.

Foi no quadro destas alianças que a Assembleia da República legislou sobre a delimitação dos sectores público e privado, sobre o arrendamento rural, sobre a Reforma Agrária, sobre as indemnizações, sobre os despedimentos, sobre as comissões de trabalhadores e o controlo de gestão...

Foi neste quadro que a maioria PS-PPD/PSD-CDS fez votar a lei da contra-reforma agrária, destinada mais a restituir terras aos latifundiários expropriados do que a prosseguir e consolidar as medidas de reforma agrária já efectivadas e a assegurar o desenvolvimento da produção agrícola na qual as UCPs e cooperativas alcançaram brilhantes resultados.

Foi assim que essa mesma maioria aprovou a nova lei do arrendamento rural proposta pelo PPD que se destina não a proteger os rendeiros e a economia nacional, mas os senhorios ricos, anulando direitos alcançados pelos rendeiros depois do 25 de Abril e contrariando o investimento na agricultura e o desenvolvimento da produção agrícola.

(...)

Foi assim que foi votada a lei das indemnizações que, se integralmente aplicada, restituiria ao grande capital expropriado pelo 25 de Abril o seu poder económico e lhe serviria de base para reconquistar o seu poder político. Tudo isto entregando mais de uma centena de milhões de contos à classe mais reaccionária e mais responsável por quase 50 anos de opressão fascista.

Foi neste quadro que a mesma maioria votou a lei de delimitação dos sectores público e privado que deixa suficiente margem de manobra para que o grande capital possa tentar corroer o sector público, quer esvaziando-o de sentido pela gestão privada de empresas públicas, quer instalando-se em concorrência desleal nos mesmos ramos industriais, quer servindo-se dele como instrumento de compensação dos ramos deficitários e permitir mais altos lucros ao sector privado.

Foi assim também que se restringiu o direito de greve, que se alargaram os motivos de despedimento, que se votou a lei sobre as comissões de trabalhadores e controlo de gestão — esta declarada inconstitucional — e cujo sentido último era a limitação clara dos direitos constitucionais dos trabalhadores e das suas comissões.

Os despedimentos aumentaram, as leis — *mesmo estas leis* — são desrespeitadas pelas forças reaccionárias, os dirigentes e delegados sindicais, os membros das comissões de trabalhadores e, em geral, os trabalhadores mais activos e prestigiados por defenderem os seus direitos são perseguidos e despedidos.

Por isso estas leis não se limitaram a restringir os direitos constitucionais dos trabalhadores e das suas organizações mas promoveram e estimularam o aumento da exploração patronal e os ensaios de regresso aos métodos do passado.

(...)

O desemprego aumentou visivelmente não só pela procura do 1.º emprego, não só pelo regresso de portugueses das ex-colónias, mas como resultado claro da política do Governo.

Os salários reais dos trabalhadores sofreram uma diminuição que ronda em 1977, os 15 por cento.

O custo de vida aumentou brutalmente estimando-se em 30% a inflação durante o ano de 1977.

A desvalorização do escudo, de duvidosa contribuição para a melhoria da nossa competitividade externa, resultou seguramente no agravamento das balanças comercial e de pagamentos, no aumento da nossa dívida externa.

O endividamento externo aumentou brutalmente e colocou-nos nos primeiros lugares em valor percentual sobre o produto nacional bruto.

(...)

Reservas de ouro estão agora hipotecadas em mais de 50% e a nossa situação em matéria cambial está muito próxima de uma ruptura que faria o Banco de Portugal cessar pagamentos sobre o exterior, com consequências catastróficas para o futuro próximo dos interesses dos trabalhadores, da economia portuguesa e da independência nacional.

Às exigências e chantagens da reacção interna, juntam-se as tentativas de imposição de medidas económicas e políticas por parte do Fundo Monetário Internacional, medidas que nada têm que aver com os interesses de Portugal como pátria livre e independente e que — se aplicadas — resultariam num enfeudamento ainda mais grave e numa dependência ainda mais forte dos círculos mais reaccionários da finança internacional.

Face ao agravamento progressivo da situação económica e financeira, social e política e à capitulação do Governo do PS expressa na sua aliança declarada ou disfarçada com a direita, o Comité Central do PCP, reunido em 31 de Julho, tomou a iniciativa de fundamentar e propor saídas democráticas para a crise — ou governo de plataforma ou eleições gerais antecipadas.

As nossas propostas foram então duramente criticadas como inconstitucionais e mesmo desestabilizadoras.

Assim, o Presidente do CDS, o deputado Freitas do Amaral, classificou-a de "chantagem intolerável sobre o Sr. Presidente da República", acrescentando que as nossas propostas constituíam "injúria feita por um partido não democrático a um governo democrático"; que não aceitava "nenhuma das propostas do PCP" e que uma das nossas propostas além de "contrária ao interesse nacional" seria também "contrária à Constituição".

E concluía rotundamente que a saída única para as dificuldades eram as chamadas maiorias democráticas, acrescentando: "a convergência democrática entre o PS, PSD e CDS é possível e passa agora também a ser necessária".

Por sua vez, conhecidos dirigentes do PPD/PSD falavam de "uma vasta campanha contra o Estado democrático" (aludindo às propostas do meu Partido) acrescentando que com a nossa atitude mais não quereríamos afinal que impedir a democracia portuguesa de avançar, de estabilizar, de se consolidar, e chegavam ao ponto de declarar que a questão do governo "nem sequer se punha".

Da parte do PS as reacções críticas não foram menos severas, chegando até a falar-se em «derrotada histórica do PCP», exigindo-se que o PCP deixasse de poder continuar a «incomodar o Povo português» e garantindo-se de forma definitiva que o Governo socialista não se demitira e só deixaria de ser Governo «se o Presidente da República o entender ou se for batido por duas moções de censura aprovadas na Assembleia da República».

Nós perguntamos:

Como comentariam hoje estes críticos as suas afirmações de então?

(...)

O Comité Central do meu Partido reafirmava a urgência da necessidade de um profundo exame conjunto da situação por todas as forças sociais e políticas, sem discriminações, interessadas no processo democrático, com vistas ao estabelecimento de uma plataforma e a formação de um governo que respeitando a Constituição fizesse sair Portugal das dificuldades actuais.

Na referida reunião de 31 de Julho, o Comité Central do PCP insistia na necessidade e possibilidade da recuperação económica através de um grande esforço nacional com a indispensável participação dos trabalhadores, no respeito pela diversidade das formações económicas actualmente existentes.

Insistíamos nos perigos que para as liberdades democráticas advinham da cedência do Governo PS à direita. Insistíamos que a necessidade de recurso sistemático à medidas repressivas constitui por si mesma a condenação de uma política num regime democrático.

Insistimos particularmente na necessidade de travar o avanço da reacção e o recrudescimento da conspiração, das provocações, das actividades e propaganda fascista e das acções terroristas encorajadas pela cedência e aliança do PS à direita.

Insistíamos na necessidade de defender a independência nacional, ameaçada pela política de recuperação capitalistas e agrária que se alimenta e simultaneamente serve de apoio à recuperação do domínio imperialista sobre Portugal.

(...)

Fazendo um balanço da situação, o Comité Central do Partido Comunista Português podia com certeza afirmar em 24 de Outubro que a não serem antecipadas as eleições, a única alternativa democrática seria a elaboração de uma plataforma.

Os resultados de tantas hesitações, cedências e capitulações do Governo do PS face às pressões e chantagens da reacção e do imperialismo saldam-se neste momento, após 16 meses, por um quadro desastroso no plano económico, financeiro e político, pesado de consequências e de perigos para o bem-estar do povo trabalhador, as conquistas da Revolução, as instituições democráticas e a independências nacional.

(...)

Acaba o Senhor Primeiro-Ministro de afirmar que a predisposição ao diálogo e ao acordo que o PS julgava nessa altura encontrar nesse partido de direita se frustrou.

Pois bem. Num momento em que se consuma o fracasso da política do Governo PS, o estrondoso fracasso das receitas da direita que o Governo PS adoptou e aplicou, os efeitos desastrosos da política de recuperação capitalista, agrária e imperialista apoiada, apadrinhada e estimulada pelo PSD e pelo CDS — seria tempo, a nosso ver, de o PS extrair amplas e profundas ilações da sua longa prática de alianças com a direita.

Não o fazer representaria — isso sim — "um rude golpe para a democracia".

Insistimos uma vez mais:

Qualquer que venha a ser o resultado da votação, os acontecimentos mostram ser indispensável para sair da crise e resolver os graves problemas que Portugal defronta uma nova política e um novo Governo.

Os acontecimentos mostram também que uma alternativa democrática para a política actual e para o Governo actual exige o acordo, o apoio e a intervenção dos trabalhadores, exige o entendimento entre os democratas portugueses, designadamente entre socialistas e comunistas, com vistas à elaboração de uma plataforma que permita ao País sair das graves dificuldades actuais.

O PCP continua e continuará aberto ao diálogo e à busca de um tal entendimento qualquer que venha a ser a votação da moção de confiança agora em debate.

COMUNICADO DO COMITÉ CENTRAL APÓS A REUNIÃO DE 4 DE DEZEMBRO

1. No dia 4 de Dezembro realizou-se uma reunião plenária do Comité Central do Partido Comunista Português.

O Comité Central examinou atentamente a crise actual decorrente da política desastrosa do Governo e das actividades desestabilizadoras, chantagens, pressões e ameaças do PPD, CDS e outras forças reaccionárias.

2. O Comité Central examinou o desenvolvimento, nas últimas semanas, da situação económica, financeira, social e política e os problemas colocados pela apresentação pelo Governo à Assembleia da República da moção de confiança.

A apresentação da moção de confiança culmina o fracasso da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, que conduziu o País à beira do desastre. Culmina também o fracasso da fórmula do Governo PS sozinho aliado de facto à direita.

Qualquer que venha a ser o resultado da votação, os acontecimentos mostram ser indispensável, para sair da crise e resolver os graves problemas que Portugal defronta, uma nova política e um novo governo.

3. O Comité Central lembra que o PCP aceitou tomar como base o Memorando apresentado pelo Governo e fez propostas concretas para chegar a um acordo em questões essenciais. Encontraram-se delegações do PCP com delegações do Governo e do PS. Foram examinados em conjunto numerosos problemas. Podem considerar-se positivos o diálogo e a ampla troca de impressões e mesmo, em algumas questões, uma certa aproximação de pontos de vista.

O Comité Central regista também como positivas afirmações públicas sobre a legitimidade constitucional duma aliança PS-PCP e o repúdio de insinuações quanto a um eventual golpe de Estado que em tal caso teria lugar.

Entretanto, nas negociações, o Governo não manifestou vontade de chegar em nenhum ponto a acordos concretos que abrissem caminho à elaboração duma plataforma. Com tal atitude, o Governo PS e a direcção do PS continuam a facilitar as manobras e provocações da reacção e as suas exigências para que seja constituído um governo abertamente reaccionário.

4. O Comité Central insiste em que o PCP se encontra na disposição de retomar em qualquer momento as negociações (suspensas por iniciativa do Governo e do PS) acerca dos problemas nacionais e das medidas necessárias para resolvê-los. Esta disposição é válida tanto antes da moção de confiança como depois, e qualquer que seja o resultado da votação.

O PCP insiste em que não caucionará o prosseguimento da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista que tem sido seguida pelo Governo, nem dará um cheque em branco ao Governo PS sozinho.

O PCP reserva até ao último momento a decisão do seu voto.

O Comité Central mandata a Comissão Política para tomar no momento oportuno a decisão apropriada.

5. O Comité Central do PCP alerta para os perigos do demissionismo da direcção do PS, ao recusar por um lado um acordo possível com o PCP e com os trabalhadores, e ao colocar por outro a falsa alternativa de que, ou decide sozinho em relação a toda a política, ou descarta-se das responsabilidades, o que significaria de facto a abertura das portas do poder à reacção.

O Comité Central denuncia o recrudescimento das actividades abertamente fascistas e das campanhas contra a Constituição e reclama que lhes seja dado firme combate.

O Comité Central, qualquer que seja a votação da moção de confiança, alerta para os perigos da formação de um governo PS-PPD-CDS, de um governo PPD-CDS ou de um governo de direita de "independentes" ou de "competência".

Qualquer destas alternativas, que não se podem concretizar sem o apoio do PS na Assembleia da República, serviria apenas para agravar ainda mais os problemas nacionais, incluindo a crise económica e financeira, e poria em risco o regime democrático e a independência nacional, pelo recurso crescente à repressão e uma maior cedência às imposições do imperialismo.

6. O Comité Central insiste em duas saídas constitucionais para a crise política: ou a formação de um governo na base de uma plataforma democrática, ou a formação de um governo de gestão e a realização de eleições gerais antecipadas.

No quadro das instituições será em qualquer caso indispensável a elaboração de uma plataforma entre as forças sociais e políticas interessadas em impedir a restauração do poder dos grupos monopolistas (associados ao imperialismo estrangeiro) e dos latifundiários e em defender o regime democrático e a independência nacional.

O Comité Central sublinha que uma plataforma que permita sair da crise não poderá nunca ser uma plataforma de direita, reaccionária, contra os trabalhadores, contra as conquistas da revolução, mas sim uma plataforma estabelecida com os trabalhadores e com o PCP na base da consolidação das transformações democráticas realizadas desde o 25 de Abril, (como a Reforma Agrária, as nacionalizações e o controlo de gestão) que fazem parte integrante do regime democrático consagrado na Constituição.

Só nessa base poderia ter lugar o grande esforço patriótico, baseado fundamentalmente nos recursos nacionais e a mobilização das energias populares para realizá-lo.

A composição do Governo dependerá sempre inevitavelmente da plataforma e do programa.

7. Se não for possível uma plataforma no quadro da composição actual da Assembleia da República, o PCP continua a defender como saída constitucional a dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições no mais curto espaço de tempo. O PCP confia que, em tal caso, os partidos reaccionários sofrerão uma nova derrota e que os resultados poderão criar as condições para uma política democrática e um governo democrático.

8. O Comité Central do PCP chama a atenção dos membros do Partido, dos trabalhadores, de todos os democratas para a complexidade e os perigos da situação actual.

O Comité Central apela para que todas as organizações e todos os militantes se mantenham vigilantes, activos, firmes e confiantes.

O Comité Central alerta contra os perigos do oportunismo esquerdista que propõe soluções radicalistas e aventureiras que, apresentando perspectivas pseudo-revolucionárias, dividem trabalhadores e democratas e intervêm muitas vezes como autênticas provocações; e os perigos do oportunismo de direita que, cedendo à chantagem da reacção, defende a aceitação passiva do mal menor e de posições capitulacionistas.

O Comité Central saúda os trabalhadores, as massas populares, os democratas, pela sua firme determinação de defender os interesses do Povo e da Pátria, nas empresas, nos sindicatos, nos campos, nos mais variados sectores da vida nacional. O Comité Central saúda o êxito das grandiosas manifestações e concentrações no Porto, em Lisboa, Braga, Alentejo e outras cidades e regiões.

O Comité Central apela para a unidade da classe operária, de todos os trabalhadores, de todos os democratas, de todas as classes e camadas sociais interessadas em assegurar o prosseguimento do regime democrático e a independência nacional.

O Comité Central reafirma a sua confiança em que é possível encontrar uma saída democrática e uma alternativa democrática para o Governo actual e para a política actual.

Lisboa, 4 de Dezembro de 1977

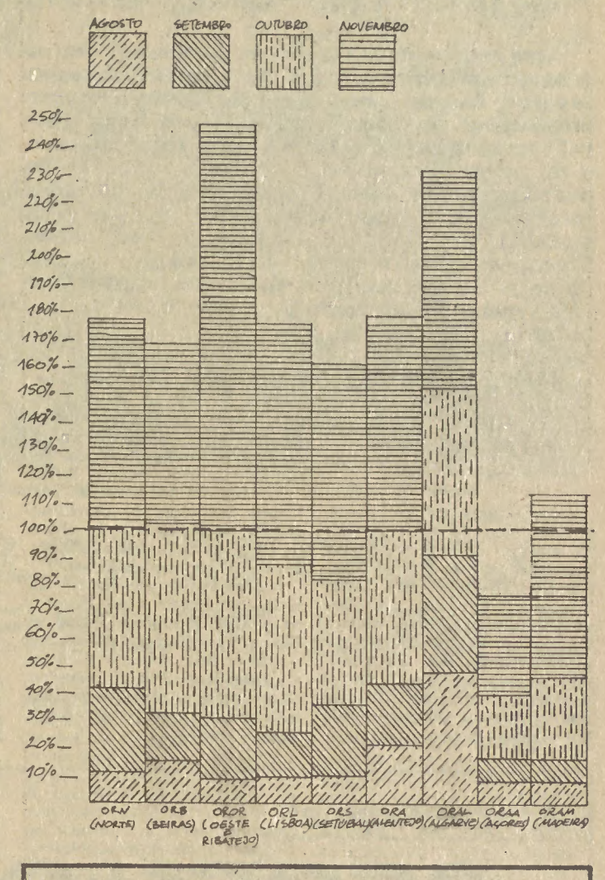
O COMITÉ CENTRAL
DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

A meta da Campanha era de 10 mil

18 MIL ADESÕES A UM MÊS DO FIM

Organizações Regionais ou de Região Autónoma	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Meta Total	Meta estabelecida
Norte	187	553	1137	1331	3 208	1 800
Beiras	89	141	502	443	1 175	700
O. e Ribatejo	63	158	486	1041	1 748	700
Lisboa	269	497	1624	2497	4 887	2 750
Setúbal	183	493	840	1370	2 886	1 800
Alentejo	383	375	1045	1416	3 219	1 800
Algarve	147	129	185	243	704	300
Açores	7	7	16	29	75	
Madeira	7	7	21	50	85	
TOTAL	**1335**	**2360**	**5856**	**8420**	**17 971**	**10 000**

Os números falam por si. Eles dão bem a imagem do grande sucesso da Campanha, o mesmo é dizer, da grande aceitação popular da política firme e coerente do PCP. Repare-se que todas as organizações regionais, excepto (por enquanto) os Açores, ultrapassaram já as metas previstas. Sublinhe-se também o grande salto em frente dado em Novembro no Oeste e Ribatejo, e a manutenção por parte do Algarve de uma posição destacada.



ULTRAPASSADAS TODAS AS METAS REGIONAIS EXCEPTO (POR ENQUANTO) NOS AÇORES

Redobrar esforços nas últimas semanas desta Campanha que é já um êxito. Redobrar esforços é aliás o que se tem verificado, registando os números um significativo salto em frente, de cada vez que se faz um balanço à actividade das organizações, nesta vasta mobilização que reforça o Partido em número, que reforça sobretudo o Partido na medida em que alarga a sua influência, em que o PCP se enraíza cada vez mais nos trabalhadores e no Povo.

As metas regionais foram todas ultrapassadas, exceptuando os Açores. A meta nacional já alcançada aponta para um estrondoso êxito no final do mês e do ano. No momento de crise que se vive, os trabalhadores compreendem a necessidade de fortalecer o seu Partido de classe, os democratas compreendem a necessidade de defender o futuro das liberdades, muitos homens e mulheres e jovens aderem porque querem promover e defender as conquistas de Abril. Os comunistas compreenderam na sua maioria o apelo do Partido e não poupam trabalho de esclarecimento e de organização para integrarem novos camaradas, para os chamarem à luta.

Já noutro local referimos o trabalho individual de camaradas que trazem às nossas fileiras os seus companheiros. Esses exemplos, que não é a primeira vez que aparecem nas páginas do «Avante!», repetem-se todas as semanas. Foi desta vez na Amareleja em que um novo inscrito recrutou em pouco tempo mais uma vintena de militantes. Foi em São Domingos — Vale de Água — Santiago do Cacém, em que um outro amigo inscreveu mais 16. Aqui houve possibilidade de pôr a funcionar um novo núcleo do Partido na freguesia. Na empresa «Móveis Dias», na Lourinhã, os novos inscritos deram origem a uma nova célula.

Nasce entretanto uma nova Comissão Concelhia. É no Sardoal. De lá nos chega a notícia:

Depois de mais de três anos terem passado sobre o 25 de Abril de 1974, foi possível a organização da Comissão Concelhia do PCP em Sardoal, um dos únicos concelhos onde a FEPU não concorreu nas eleições para as autarquias locais.

Integrados na Campanha «Promoção Conquistas de Abril» vieram já ao Partido 10 novos militantes. No entanto a Campanha está na rua e esperamos que este número aumente.

No concelho de Sesimbra, por outro lado, onde a meta foi ultrapassada em mais de 178,5 por cento, as adesões continuam a processar-se. Numa sessão realizada na freguesia de Maçã, daquele concelho, encontravam-se presentes 10 simpatizantes. Inscreveram-se todos eles. Foram unânimes em declarar que, ao fazê-lo, tinham a certeza, por tudo o que têm conhecido, que o Partido Comunista tem sido o único que tem sempre defendido os seus interesses de trabalhadores. E que *o Partido tem de ser ainda mais reforçado e apoiado para que o fascismo e a reacção não voltem a Portugal.*

Entretanto, mais opiniões de novos inscritos chegam até nós. Numa sessão de recepção realizada no Centro de Trabalho do Monte da Caparica, aos novos militantes, foram recolhidas algumas opiniões. O camarada Francisco Cortes, de 39 anos, pintor na Lisnave há 16, foi filiado no PS e chegou à conclusão que deveria pertencer ao PCP há mais de dois anos. E diz ainda:

Aderi ao PCP porque nós os trabalhadores, em conjunto com o Partido podemos sair da crise económica e porque acho que é um Partido que luta pelos trabalhadores.

Na mesma sessão, uma camarada, Maria Doninha, que é doméstica e tem 3 filhos, disse que já no tempo em que estava no Alentejo as mulheres se juntavam aos homens para combater o agrário. Por isso ela está no Partido.

Maria Augusta é manipuladora de conservas de peixe no Porto Brandão. Diz: *Nós, as mulheres, em conjunto com os homens, podemos encontrar melhor resolução dos nossos problemas.*

Maria Manuela, uma outra camarada que trouxera também o companheiro ao convívio e à militância do nosso Partido, está desempregada. Quando procura emprego e sabem que foi da Timex põem-lhe reservas. *Diz. Foi na Timex e com as lutas que lá se desenvolveram que abri os olhos, eu e muitas outras trabalhadores. Agora, com mais convicção, adiro ao Partido Comunista.*

Poderíamos continuar com os exemplos. Exemplos de que o Partido chega a novos locais, se organiza em sítios onde não estava organizado, alcança a consciência de muitos trabalhadores que durante algum tempo desconheciam o seu Partido.

São exemplos do êxito da Campanha. Sobretudo são exemplos de que a "Promoção Conquistas de Abril" tem todas as condições para trazer, nas últimas semanas que faltam, muitos mais comunistas ao PCP!

A BANDEIRA DA UNIDADE

Empunhada pelos militantes comunistas e os seus companheiros de luta a bandeira da unidade aí está, erguida bem alto, apontando o caminho do futuro

INICIATIVAS

A célula da Fundação Gulbenkian do PCP promove uma sessão de esclarecimento no próximo dia 14, pelas 18 horas, nas instalações do Campolide Atlético Clube. Esta sessão, que contará com a presença de um camarada do Comité Central, abordará a situação política e social.

No dia 13, pelas 18,30, realiza-se no refeitório de Santo Amaro, uma sessão de esclarecimento promovida pela célula da Carris, que contará com a presença do camarada Dias Lourenço.

●

Entretanto a sessão em que o director do «Avante!», camarada Dias Lourenço deveria ter participado, anunciada para o passado dia 2, foi adiada.

Assim deve realizar-se no mesmo local, Salão do Padre Cruz em Camide, 5.ª Zona do CLL, hoje 9 de Dezembro, pelas 21,30 horas.

●

Ainda na região da DORL. Oeiras. Sessão em Paço de Arcos, dia 9, pelas 21 horas. No mesmo dia, projecção de um filme em Algés.

Sector Público. Dia 10, o Sector Público e o Organismo do Comércio levam a efeito uma sessão de esclarecimento com Canto Livre e projecção de «slides» no Centro de Trabalho de Alfama. No dia 17, o organismo do MOP do PCP leva a efeito um almoço convívio no Mercado do Povo. Informações e inscrições podem obter-se no Centro de Trabalho de Alfama. No mesmo Centro de Trabalho haverá um convívio no dia 18, organizado pelas células dos CTT TLP e Marconi.

●

Vila Franca de Xira. Dia 10, sessão no Bairro Bragadas. Dia 9, sessão com filme dedicado aos agricultores de Cachoeiras.

Amadora. Dia 10, sessão promovida pelas células dos bairros Bosque e Falagueira, na Sociedade Filarmónica, às 21,30, com a participação do camarada Albano Nunes do Comité Central. No próximo dia 17, no Bairro Janeiro, pelas 17 horas, terá lugar uma sessão no Clube Recreativo, com a participação do camarada Raimundo Narciso, do Comité Central.

●

Comité Local de Lisboa. Dia 10, sessão no Centro de Trabalho da Ajuda pelas 16 horas. Dia 13, sessão no Grupo Desportivo da Companhia de Seguros Comércio e Indústria, pelas 18,30 horas, organizada pela célula da CSCI. Dia 14, sessão no Centro de Trabalho Vitória, promovida pelo Organismo da Previdência, sobre o trabalho do Partido na Assembleia da República. Dias 10 e 11 haverá a excursão a Ervidel para apanha de azeitona. Esta iniciativa de convívio e trabalho solidário é promovida pelo Organismo da Construção Civil. As inscrições são no Centro de Trabalho de S. Bernardo.

●

Cascais. Na Malveira da Serra, freguesia de Alcabideche, prevê-se para os dias 10 e 11 de Dezembro uma jornada cultural e desportiva cujo programa menciona, para sábado, provas de atletismo com início às 10 horas; futebol: o 1.º jogo terá início às 14 horas e o 2.º será pelas 15,30. Haverá também provas a Motopiper, com início previsto para as 18,30, sendo a inscrição, em princípio, de 20 escudos. No dia seguinte, domingo, o futebol para apuramento dos 3.º e 4.º lugares terá início às 9 e 30 da manhã. Às 11 horas será a final. Depois, à tarde, haverá cinema, pelas 15 horas. Uma intervenção política pela camarada Alda Nogueira, do Comité Central está prevista para as 16,30. A seguir haverá Canto Livre com o espectáculo «No Caminho de Abril» participando José Manuel Osório, Carlos Paulo e o Grupo de Teatro Ensaio. As provas desportivas terão lugar no Campo do Grupo Desportivo Malveira da Serra. O filme, o Canto Livre, assim como a intervenção política efectuam-se na Sociedade de Instrução e Recreio Janes e Malveira.

●

Ainda no concelho de Cascais se prevêem:

No dia 10, venda de produtos da Reforma Agrária e sessões de esclarecimento na freguesia de S. Domingos de Rana – em Caparide, Tires, São Domingos de Rana e Abóbada. No mesmo dia uma sessão no salão dos Bombeiros da Parede – a confirmar. E no dia 17, pelas 15 horas, em São Domingos de Rana, uma sessão de esclarecimento sobre a Reforma Agrária, com a presença do camarada Francisco Miguel.

●

DOROR. No seguimento de uma série de sessões e convívios levados a efeito no concelho de Abrantes, anuncia-se para amanhã, dia 10 de Dezembro um Encontro-Convívio nas Mouriscas, com jantar, projecção de filmes e uma intervenção política.

●

DORAL. No próximo dia 11, pelas 16 horas, realiza-se na Casa do Povo de Alte, Loulé, uma sessão de esclarecimento. Haverá ainda variedades, Canto Livre, venda de livros, Discos e Revistas.

●

Finalmente, na região de Setúbal. No dia 9 de Dezembro, no concelho do Barreiro, há uma sessão na freguesia de Palhais, especialmente dedicada a pequenos agricultores, pelas 21,30 horas. Amanhã realiza-se a prevista sessão de esclarecimento nos «Penicheiros», no Barreiro.

A CAMPANHA EM MARCHA!

Mais 100 na Carris

No passado dia 30 de Novembro os camaradas da célula da Carris contavam mais cem novos militantes inscritos desde o início da Campanha. E dizem-nos que este sucesso não deixará de impulsionar ainda mais a organização no sentido de que, dentro em breve, se alcance a meta de 135 camaradas que a célula prevê seja ultrapassada.

O Comité Local de Queijas, Linda-a-Pastora, por seu lado, publicou um comunicado dirigindo-se a todos os trabalhadores, pequenos e médios comerciantes e industriais, aos reformados, às mulheres e aos jovens, apelando à adesão ao Partido.

Álvaro Cunhal em Alenquer

As realizações no distrito de Lisboa somam todas as semanas muitos milhares de presenças. Assim em Merceana, um almoço com simpatizantes trouxe às fileiras do Partido 25 novos camaradas. Na Azambuja houve uma sessão com camponeses. Meia centena assistiram à sessão, tendo-se verificado 7 inscrições. Em Alhandra, no comício festa que teve lugar, com a participação de 600 pessoas, inscreveram-se 37 camaradas.

Entretanto em Alenquer o comício que contou com a presença do camarada Álvaro Cunhal teve a participação de 3 mil pessoas, entre as quais centenas de pequenos e médios agricultores.

Em Vialonga foram 50 as pessoas que assistiram a uma sessão de esclarecimento. Outra sessão, desta vez nas Furnas, promovida pela célula da TAP, contou com a presença da camarada Alda Nogueira, membro do Comité Central. Assistiram 200 pessoas. Entretanto o almoço de confraternização promovido pelos funcionários comunistas reuniu duas centenas de participantes, entre os quais se contava a camarada Georgete Ferreira, do Comité Central.

«O PCP aparecia a ajudar»

Azambuja e Lourinhã já ultrapassaram a meta. Entretanto nova célula nasceu da Campanha. A promover as conquistas de Abril, novos membros do Partido formam célula na empresa «Móveis Dias», na Lourinhã.

Também de Cascais se anuncia a ultrapassagem da meta respectiva! Neste concelho, onde já foi publicado o Boletim n.º 2 desta Campanha realizaram-se ultimamente sessões em Muches, Cobre, Parede, Rana e outras.

Na sessão de Cobre, depois da intervenção inicial, um recém inscrito no Partido explicou por que o fizera, dizendo que, quando lutava por melhores salários na Herdade do Rio Frio, antes do 25 de Abril, era o PCP que aparecia a orientar e a ajudar. Mas o CDS, o PPD e o PS, esses, só os conhecera depois do 25 de Abril. Esta intervenção levou outro novo militante a falar e, logo a seguir, um dos presentes que se inscrevera na sessão, pedia para explicar por que aderira ao Partido: «Quero mostrar a cara de militante do glorioso PCP!».

Professores na campanha

Promovido pela Organização dos Professores comunistas do Ensino Primário realizou-se no dia 3 de Dezembro, na Sociedade Guilherme Cossul, um convívio integrado na Campanha.

O camarada Rogério Fernandes fez uma intervenção sobre o Ensino na actual situação política, que foi seguida de animado debate. O camarada Manuel Pedro, membro do Comité Central, falou sobre os graves problemas da actual situação política, exprimindo a confiança do PCP na luta que os trabalhadores portugueses travam hoje pela defesa das conquistas de Abril..

Seguiu-se animado convívio com a participação de Carlos Paredes e Isabel e ainda do grupo «A Luta Continua».

A numerosa assistência pôde também apreciar a exposição fotográfica sobre o Ensino em Portugal e num país socialista, a RDA. Esteve ainda à disposição dos interessados uma banca de livros sobre educação, portugueses e soviéticos.

Durante a sessão foi aprovada por unanimidade uma moção repudiando um despacho governamental que contraria o espírito constitucional.

Sessões e convívios nas Beiras

A Comissão Concelhia de Espinho levou a efeito uma sessão de esclarecimento em que participaram cerca de 120 pessoas. Interveio o camarada Carlos Luís Figueiras, do CC e da DORB que se referiu aos aspectos da situação política actual.

Ainda na região das Beiras e desta vez em Pardilhó, Estarreja. No passado dia 3 do corrente a Comissão de Freguesia de Pardilhó promoveu um jantar de convívio com os leitores do «Avante!». Participaram 30 pessoas, a maioria das quais não eram militantes do Partido. O camarada Luís Costa, da Comissão Distrital de Aveiro esteve também presente e interveio sobre a situação política actual apelando no final para a adesão ao PCP.

Militantes inscrevem-se em Alferrarede

E agora na região da DOROR. No passado dia 1 realizou-se em Alferrarede, Abrantes, um encontro convívio que contou com a presença de 60 pessoas. Mais de metade eram simpatizantes do PCP. Houve uma intervenção política do camarada Hilário Teixeira da Comissão Distrital de Santarém, seguindo-se canto livre, com o grupo «Unidade na Acção», projecção do filme «Lenine em 1918» e ainda um magusto com castanhas assadas e água pé. No final do animado convívio inscreveram-se 10 novos militantes.

Festa Grande no Algarve

Do Algarve chegam-nos também notícias. Mais de 800 pessoas participaram na festa do Partido, em Vila Real de Santo António, no Cine-Foz. O organismo de cultura da Comissão Concelhia respectiva fez desfilar na passada 6.ª feira um espectáculo integrado na campanha «Promoção das Conquistas de Abril», evocando através da canção, da música e da poesia os mais belos momentos da revolução portuguesa.

A iniciativa teve grande êxito, tendo causado admiração a organização e a qualidade técnica e artística, bem como a representação do espectáculo, de tal modo que cresceu, a nível local, a admiração pelo trabalho dos comunistas que souberam fazer participar no espectáculo alguns artistas amadores, não ligados ao Partido, e encontrar formas de unidade entre todos. O espectáculo por certo irá ser transportado a várias localidades. Participaram nele os Pioneiros de Vila Real de Santo António, o grupo «Praxis», «Vozes de Abril», grupo «Análise» e ainda artistas como Felismino, Mascarenhas, João Tenório, Luís Neves, Joaquim Rogério e Carlos Bartolomeu.

No Alentejo

Ainda integrado na Campanha, realizou-se em Portel, mais precisamente em Monte-Trigo, um espectáculo de variedades que teve lugar no passado dia 7 de Dezembro, no Salão da localidade. Actuaram Samuel, Carlos Bartolomeu, José Matildes e António Carlos. A iniciativa teve também a finalidade de contribuir para a construção de um Centro de Trabalho local.

Do Alentejo ainda nos chega a notícia de que um camarada, na Amareleja, inscrito durante a Campanha, num esforço individual que demonstra a consciência da necessidade do reforço do Partido, recrutou sozinho mais uma vintena de camaradas!

Grande actividade de esclarecimento

Da região da DORS começamos por anunciar que em São Domingos, Vale de Água, concelho de Santiago do Cacém, 16 novos camaradas vieram ao Partido como resultado do trabalho activo de um camarada que, ao mesmo tempo pôs a funcionar novo núcleo do PCP!

Entretanto as sessões, nesta região, continuam a multiplicar-se. Algumas delas: no passado dia 3 o camarada Francisco Miguel esteve no Monte da Caparica. No dia 30 de Novembro último a camarada Ercília Talhadas interveio numa sessão levada a efeito na Sociedade Filarmónica União Arrentelense. Outra sessão se realizou no dia 3, no Barreiro, com projecção de *slides*. Nos Ferroviários, o Organismo do Sector de Serviços realizou também uma sessão no dia 3 de Dezembro. No dia 25 de Novembro houve uma sessão em Palhais e outra no Bairro das Palmeiras, Barreiro. No dia 28 do mês passado, a Comissão Concelhia de Palmela promoveu também uma sessão na sala do grupo desportivo da Cooperativa Agrícola do Zambujal. As camaradas Georgete Ferreira a Hermenegilda Pereira participaram na sessão de esclarecimento realizada no passado dia 26, nos «Leça», Barreiro.

De Almada dizem-nos os camaradas que se contavam já no final da passada semana 703 novos inscritos, para uma meta inicial prevista de 350 inscrições! Foi decidido envidar todos os esforços para que este número se transforme rapidamente e sejam alcançadas as 800 novas inscrições, para além de se continuar o recrutamento organizado até Abril de 1978, atingindo-se até lá os 1 500 aderentes, conforme foi resolvido na 2.ª Assembleia Concelhia realizada em Abril deste ano!

Mil e cem no Montijo

Realizou-se, no passado dia 2, no Cine-Teatro Joaquim de Almeida, no Montijo, uma sessão de esclarecimento e Canto Livre, que contou com a participação de cerca de mil e cem pessoas. Registou-se elevada percentagem de mulheres, sendo a grande maioria da assistência composta por não militantes do Partido. Depois de uma intervenção política do camarada Eugénio Rosa actuaram os grupos "Os Galés", de setúbal, a "Brigada Bento Gonçalves", do Seixal e, por fim, o camarada Samuel.

Entusiástico comício com milhares de pessoas

«GRITOU-SE EM BRAGA: O PARTIDO CRESCE, A REACÇÃO DESCE»

Uma enorme multidão encheu completamente, na passada sexta-feira, o Teatro Circo, em Braga, que se revelou exíguo para albergar todos quantos pretenderam participar no comício promovido pelo PCP, com a presença de Álvaro Cunhal. No átrio da sala e no exterior encontravam-se muitas centenas de pessoas que seguiram atentamente as diversas intervenções, frequentemente aclamadas pela multidão, através de aplausos ou de palavras de ordem, nomeadamente: "O Partido cresce, a reacção desce"; "Os trabalhadores são a força da Nação"; "Portugal não se vende"; "Amigo adere ao teu partido".

POVO DO MINHO DISPOSTO A DEFENDER AS CONQUISTAS DE ABRIL

Durante cerca de três horas, aquela sala de espectáculos foi cenário de uma grandiosa manifestação de determinação, combatividade e confiança. Entoando em coro canções progressistas, gritando consignas, sublinhando as passagens mais significativas dos discursos, desfraldando bandeiras do Partido e panos com inscrições, as mais de três mil pessoas traduziam o seu entusiasmo e firmeza.

Na mesa do comício encontravam-se os camaradas Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, Ângelo Veloso, membro suplente da Comissão Política do CC, António Lopes, membro do Comité Central, António Silva, José Manuel Mendes e José Duarte, membros da Comissão Distrital de Braga, representantes da UEC, da UJC, das células de empresa e dos comités locais.

A primeira intervenção foi feita pelo camarada João Duarte, membro da Comissão Distrital de Braga, que depois de saudar o camarada Álvaro Cunhal e a Direcção do Partido denunciou os processos usados pela reacção para tentar fazer do distrito o seu feudo, afirmando:

É com bombas, assaltos a sedes de partidos progressistas e Sindicatos; é com agressões a militantes progressistas, é com calúnias contra o nosso Partido e contra as conquistas da Revolução, nomeadamente a Reforma Agrária, as nacionalizações e o controlo operário; é com o desrespeito e oposição frontal à Constituição, que as forças reaccionarias e fascistas, provocando uma situação de terror e de insegurança que a população repudia e condena, pretendem fazer do distrito de Braga o seu feudo.

Salientando que os trabalhadores, as massas populares e os comunistas têm sabido responder *às provocações e aos ataques à democracia portuguesa*, o camarada João Duarte frisou que a grandiosa manifestação de 26 de Novembro, com mais de 25 mil trabalhadores, comparada com a *provocação capista*, que não reuniu mais de oitocentas pessoas, *demonstra a firme disposição das massas populares do distrito em defender as conquistas de Abril, em defender a Democracia.*

Se vos sentis irmanados connosco inscrevei-vos no PCP, tornai-vos membros do nosso glorioso Partido Comunista Português.

"MAIS DE MIL PARA DEFENDER ABRIL"

Após ter recordado as grandes jornadas de luta dos trabalhadores e das massas populares do distrito contra a política de direita do grupo dirigente do PS, João Duarte realçou o desenvolvimento, crescente da unidade, luta e organização dos camponeses, através dos seus movimentos de rendeiros e das suas organizações de pequenos e médios agricultores, por uma Lei do Arrendamento Rural de acordo com a Constituição, pela garantia de escoamento dos produtos, pelo fornecimento regular dos factores de produção.

De seguida, salientou a necessidade de ser cada vez mais alargado, *o movimento de unidade e luta das mulheres do distrito contra o aumento do custo de vida e contra a política dos "pacotes"*, apontando como um dos momentos mais altos desta frente o Grande Encontro Unitário de Mulheres do distrito de Braga, onde centenas de mulheres discutiram e criaram a sua organização para a resolução dos problemas que mais directamente as afligem.

A propósito da campanha de recrutamento em curso, o camarada João Duarte revelou ter sido ultrapassada em mais de duzentos por cento a meta estabelecida para o sector, acrescentando que tal nos dá *força e confiança para a luta pela defesa consequente dos interesses populares.* A finalizar a sua intervenção, frequentemente interrompida por aplausos e consignas (designadamente, "Mais de mil, para defender Abril"), o camarada João Duarte — dirigindo-se aos que ainda não se inscreveram no Partido mas com ele se identificam — afirmou:

GRANDE DISPOSIÇÃO DE LUTA

Os sentimentos de luta e a determinação dos trabalhadores para responderem à ofensiva do grande patronato, com a cumplicidade e apoio do Governo da direcção do PS foram explicitados na intervenção da camarada Maria Celeste, membro da célula da "Ribave" do Partido. Depois de salientar que *a disposição de luta dos trabalhadores é grande, porque grande é a ofensiva do patronato, a que não tem faltado a mãozinha do Governo, para retirar aos trabalhadores as grandes conquistas da Revolução*, aquela operária comunista fez várias perguntas com grande actualidade:

Algum governo poderá contar com o apoio dos trabalhadores permitindo que se despeçam e suspendam dezenas de trabalhadores, como acontece na Riopele, na Cárides, na TMG e em outras?

Algum governo poderá contar com o apoio dos trabalhadores permitindo a repressão sobre dirigentes sindicais, delegados sindicais, membros de comissões de trabalhadores como acontece na Lopes Correia, na Barcelense, na TMG e outras?

Algum governo poderá contar com o apoio de trabalhadores quando permite que à voz do patrão as forças militares e militarizadas reprimam os trabalhadores como aconteceu na Riopele, na Barcelense, na Barbosa e Machado, Maconde e como acontece com os heróicos trabalhadores da Reforma Agrária? Mas nada acontece ao sr. Manuel Gonçalves que despediu 17 trabalhadores ilegalmente, nem às dezenas de patrões que não cumprem as portarias, os contratos, sabotam as empresas e põem no desemprego centenas de trabalhadores.

Algum governo poderá contar com o apoio dos trabalhadores negando o apoio financeiro e a ajuda técnica a empresas que estão no risco de lançar no desemprego centenas de trabalhadores, como acontece no caso da Caneiro onde a miséria já bate à porta de muitas famílias ou ainda na Rainha do Cávado, mas ao mesmo tempo projecta leis que indemnizam em milhares de contos os grandes capitalistas?

Algum governo, poderá contar com o apoio dos trabalhadores, congelando os salários e permitindo o aumento constante do custo de vida, e a especulação que cada vez mais leva à falta de géneros de 1.ª necessidade nos mercados?

Algum governo poderá contar com o apoio dos trabalhadores da têxtil de Vermoim, permitindo que esta empresa salva economicamente pelos trabalhadores a partir de um empréstimo de 180 contos tendo hoje em caixa cerca de 1000 contos, seja entregue ao antigo patrão sabotador, como parece estar nos projectos do Ministério da Indústria e Tecnologia?

Reiterando que *nenhum governo poderá sonhar ter o apoio dos trabalhadores* para realizar uma política contra os seus interesses, a camarada Maria Celeste assinalou não ser *por acaso* que, hoje, *muitas dezenas de trabalhadores que, ainda há pouco tempo olhavam com desconfiança o nosso Partido, verificam a justeza da nossa política, vindo muitos deles inscrever-se no nosso Partido, trazendo consigo a confiança de que a nossa luta está no caminho certo e que a vitória, sendo difícil, há-de ser nossa.*

A última intervenção foi feita pelo camarada Álvaro Cunhal que, ao longo da sua intervenção analisou diversos aspectos da realidade política nacional e expôs a posição dos comunistas perante a actual situação. Frequentemente, a multidão interrompia as palavras do camarada Álvaro Cunhal, sublinhando com enormes aplausos as suas declarações. No final, cantando o hino nacional, o "Avante, Camarada!", o "Venceremos", ou gritando palavras de ordem, as mais de três mil pessoas traduziram o seu empenho em contribuírem, lado a lado com os trabalhadores e as massas populares de todo o país, para a ultrapassagem com êxito desta difícil curva do processo iniciado em 25 de Abril de 74.

Momentos antes do camarada Álvaro Cunhal abandonar a sala, um trabalhador ofereceu-lhe uma obra em talha.

Álvaro Cunhal

«SEREMOS SEMPRE FIÉIS AOS IDEAIS DA LIBERDADE E DO SOCIALISMO»

Do discurso pronunciado pelo camarada Álvaro Cunhal transcrevemos a seguir alguns extractos.

Peço aos assistentes a permissão para dirigir antes de mais algumas palavras aos comunistas deste distrito para lhes comunicar o alto apreço do CC do Partido pela sua actividade, pela sua coragem, tenacidade e confiança em condições tão difíceis e para lhes dizer: "parabéns, camaradas, os resultados do vosso trabalho estão à vista".

Creio também ser justo felicitar os trabalhadores e o povo de Braga pela grandiosa manifestação que teve lugar nesta cidade no dia 26, manifestação em que participaram (pelos números que conhecemos) cerca de 25000 pessoas, manifestação que, em contraste com o fracasso da concentração anticomunista da CAP do dia 25, foi uma clara demonstração de que **os trabalhadores e os democratas do distrito de Braga estão firmemente dispostos a defender os interesses do povo e do país, em combater a reacção, em defender o regime democrático e a independência da nossa Pátria.**

(Gritos: "Os trabalhadores são, a força da Nação!")

Os trabalhadores são tanto a força da nação que a revolução portuguesa mostrou bem que um país sem os trabalhadores não pode viver mas sem os capitalistas pode viver perfeitamente.

Permiti que saúde em particular: **a classe operária** do distrito, que ocupa a vanguarda da luta contra a reacção e em defesa do regime democrático; **os rendeiros** que continuam a sua luta corajosa em defesa dos seus direitos contra os senhorios ricos; **os intelectuais** que em oposição ao obscurantismo, continuam ao lado do povo; e **as mulheres** cuja participação na luta e cuja combatividade e iniciativa dão dia a dia uma nova força a todo o movimento popular no distrito de Braga e em todo o nosso país.

(Gritos: "A reacção desce, o Partido cresce!")

Eles, se ouvem isto, até são capazes de dizer que é mentira, mas o que nós vemos todos os dias é que ela está a descer e o Partido está a crescer.

A crise

O camarada Álvaro Cunhal aponta a seguir a gravidade do momento actual, da crise económica, social e financeira que tornou piores as condições de vida do nosso povo, o aumento do défice da balança de pagamentos, o endividamento externo sem que se vislumbre como Portugal poderá evitar a bancarrota.

Abordou depois as responsabilidades políticas particulares do governo do PS que pôs na Assembleia da República a moção de confiança.

Para o governo do PS tudo depende dos empréstimos externos, dos americanos e dos alemães, com condições gravosas para a nossa independência.

(...) Os trabalhadores do distrito de Braga, já aqui hoje foi dito a este microfone, pela sua própria experiência sabem bem que a recuperação capitalista nada tem a ver com a recuperação económica, e, que pelo contrário a recuperação capitalista provoca a degradação da situação económica.

É ou não verdade que a Rainha do Cávado entregue ao antigo patrão, se encontra numa situação difícil?

É ou não verdade que há outras fábricas que se encontram paralisadas, e que, por exemplo, a Gontil e a Progresso de Covas (Guimarães) correm o risco de pararem também?

Há aqui camaradas dessas empresas que podem certificar se assim é ou não.

E é ou não verdade que na Sólengos foram despedidos mais de 100 trabalhadores?

É ou não verdade que muitas empresas, como a Barbosa Machado, têm os salários em atraso e a maior parte não pagam segundo a portaria? Os camaradas podem dizer se assim é.

O PCP neste momento não reclama a nacionalização de todas as empresas. O que nós reclamamos é que o patronato, naquelas empresas que continuam a ser capitalistas, respeite as liberdades e os direitos dos trabalhadores.

(Gritos: "Vem ao Partido, é o teu amigo!")

Os camaradas têm razão. Nós comunistas não enganamos ninguém quando dizemos vem ao teu partido, que este Partido é o teu amigo.

Mas se há trabalhadores que não estão ainda preparados para vir ao nosso Partido, pois bem, não é por isso que nós não nos podemos entender, que nós não nos podemos unir, que nós não podemos lutar juntos e devemos lutar juntos. As nossas aspirações são iguais, os nossos objectivos são iguais. Vem amigo, vem ao teu Partido, se na verdade sentes que este é o teu Partido, se sentes que chegou o momento de vir. Mas se não vieres, pois continua cooperando com os comunistas continua cooperando com os teus melhores amigos.

Se digo estas palavras, camaradas e amigos, é porque nesta sala estarão pessoas que não são comunistas. Haverá alguns que, hoje ou amanhã, passam a ser comunistas, inscrevem-se no Partido Comunista. Mas haverá outros que são democratas, são trabalhadores, mas que não será ainda hoje ou amanhã que vêm ao Partido Comunista.

É necessário que todos saibam que na luta em defesa dos interesses populares, não fazemos exclusões pelo facto de não serem comunistas. Aliás muitos dos que não vierem amanhã acabarão por vir depois de amanhã.

Camaradas: Os trabalhadores do distrio de Braga sabem também, pela sua própria experiência, **que a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista,** precisamente porque atinge directamente os interesses e direitos vitais do povo trabalhador e provoca a sua resistência, **é acompanhada da restrição das liberdades e de medidas de carácter repressivo.**

Aqui, no distrito de Braga, conhece-se bem o que significa a repressão patronal que acompanha a recuperação capitalista.

Conhecem-se as discriminações, as perseguições, as violências contra dirigentes e delegados sindicais e contra trabalhadores fiéis à sua classe e defensores dos seus interesses.

Sabemos que há casos de eleições para comissões sindicais, como a de Lopes Correia de Guimarães, em que um dirigente sindical foi espancado e as urnas foram queimadas.

O PCP reclama que se ponha prontamente fim à repressão patronal e que sejam readmitidos os delegados e dirigentes sindicais despedidos ou suspensos, na Riopele, na Carides, na Fábrica do Bairro, na Têxtil Manuel Gonçalves, na Barcelense, na Pinto Lisboa, na Alvorada, na Lopes Correia e noutras empresas.

O que nós, comunistas, reclamamos é que **sejam respeitadas as liberdades e direitos consignados na Constituição, e que o Governo (este ou outro) meta na ordem aqueles patrões que julgam que estamos ainda antes do 25 de Abril.**

Também **os pequenos e médios agricultores** do distrito de Braga sabem bem que a política do governo PS aliado de facto à direita não tem resolvido nenhum dos seus graves problemas.

É a subida dos preços dos adubos, das sementes, dos insecticidas e herbicidas, das rações, do gasóleo, das máquinas agrícolas. É a falta de assistência técnica, a falta de crédito e os altos juros. É a falta de garantia de preço e do escoamento dos produtos agrícolas. São os atrasos no pagamento do leite, as vigarices na sua classificação e a restauração da categoria de **leite C,** que permite pagar a um preço diferenciado e menor aos pequenos produtores.

O PCP apoia firmemente os pequenos e médios agricultores, proprietários ou rendeiros, na luta pela solução destes e de outros graves problemas. A vida vai mostrando, que, ao contrário do que afirma a campanha anticomunista, os pequenos e médios agricultores compreendem cada dia melhor que **os comunistas são os seus melhores amigos e defensores.**

No que respeita aos **rendeiros,** sabemos bem como a lei do arrendamento rural de 1975, apoiada pelos comunistas, correspondia aos interesses e aspirações dos pequenos e médios rendeiros, que criaram grandes movimentações exigindo a aplicação da lei e que melhoraram em muitos casos a sua situação.

E sabemos também como a nova lei do arrendamento rural, proposta pelo PPD, que, em vastas zonas, se afirma defensor dos camponeses, e aprovada pela aliança do Governo PS com o PPD e o CDS, apenas serve a interesses dos senhorios ricos.

O que vemos agora; depois da aprovação dessa lei dos senhorios ricos?

Vemos os senhorios ricos desencadearem uma ofensiva contra os rendeiros, aumentando as rendas, levando a cabo agressões e actos de violência, despedindo caseiros como aconteceu por exemplo aqui no distrito em Briteiros, invadindo as terras arrendadas, estragando colheitas, roubando aos rendeiros o produto do seu trabalho, como aconteceu em Admite e Palmeira.

E quais são os resultados destas acções possíveis graças à política do governo?

Pois são prejuízos e sérios prejuízos para a economia nacional, porque os rendeiros, não se sentindo seguros, não tendo garantia para as suas benfeitorias, vendo-se roubados pelos senhorios ricos, produzem incomparavelmente menos do que se tivessem assistência do Estado e tivessem defendido os seus direitos.

O PCP apoia e apoiará os pequenos e médios agricultores, sejam proprietários ou rendeiros, luta e lutará para que sejam atendidas as suas justas reclamações e para que seja revogada a lei do PPD aprovada também pelo CDS e pelo PS ou seja a lei dos senhorios ricos.

Não são apenas os trabalhadores e os pequenos e médios agricultores que estão interessados a que seja posto fim a esta política.

Nisso estão também interessados, **os técnicos** cujos interesses se identificam cada vez mais com os da classe operária; **os intelectuais** que sempre estiveram no tempo do fascismo e continuam a estar depois do 25 de Abril, com o povo trabalhador, com a cultura, com a liberdade; **os pequenos e médios comerciantes e industriais** que sofrem já hoje duramente as consequências da política de recuperação capitalista. (...)

O camarada Álvaro Cunhal denuncia depois a falsa política de recuperação económica, a entrega das empresas intervencionadas ao patronato sabotador, os ataques à Reforma Agrária, reafirmando as propostas do PCP para sair da crise.

Aborda em seguida os factos que antecederam os últimos acontecimentos políticos e a questão da plataforma tal como foi proposta pelo CC na sua reunião de 31 de Julho.

O problema do défice da balança comercial foi depois atacado:

Nós compramos e vendemos, é aí que está o desequilíbrio. Nós compramos muito mais do que vendemos. As compras no estrangeiro são pagas em ouro, o ouro está hipotecado, o ouro está a ser vendido. No dia em que não haja ouro já não se pode comprar no estrangeiro.

E quando não se puder comprar no estrangeiro o que é que sucede?

Não se pode comprar trigo porque não temos ouro; não se podem comprar vacas porque não temos ouro; não se podem comprar porcos porque não temos ouro. Naturalmente que haverá então postos de abastecimentos e carências no mercado.

Se há esta situação, o que é que esta situação indica?

É a necessidade de procurarmos um equilíbrio, importando o que é essencial mas não importando o que é sumptuário; aquilo que não pode ser dispensado.

É pelos senhores que andam nas festas, nas pândegas, sem nada fazerem, sem nada produzirem para o nosso país, é por esses, por aí, que deve começar a política de austeridade, e não apertando mais e mais o cinto aos trabalhadores, com o 1.º pacote, com o 2.º pacote, já com o 3.º pacote que se espera, mantendo os salários e sempre a aumentar os preços. (...)

O camarada Álvaro Cunhal refere em seguida as negociações com o governo do PS:

Nas conversações que eu próprio, em nome do Partido, tive com o Primeiro-Ministro e que delegações do nosso Comité Central tiveram com o Governo, o nosso Partido **insistiu dia a dia na necessidade de se avançar no exame conjunto, (quer dizer entre nós e o Governo e o PS) das propostas do Governo e das nossas propostas, e de considerar ponto a ponto as possibilidades de uma aproximação de pontos de vista, de um compromisso e de um acordo, com vistas a uma plataforma.** (...)

Enfrentar e derrotar a reacção

(...) É um erro profundo pensar que se pode derrotar a reacção cedendo às suas exigências, às suas pressões e às suas ameaças.

Seria ainda maior erro pensar-se que se poderia esvaziar o balão triunfalista do PPD e do dr. Sá Carneiro submetendo-os à prova do Governo (...)

O fracasso das iniciativas da CAP e, em contraste, a adesão cada vez maior dos pequenos e médios agricultores às Ligas, aos movimentos de rendeiros e outras organizações de classe mostra bem que os agricultores portugueses já vêem o que significa a CAP, quais são os objectivos reaccionários que a CAP tem.

Também a manifestação fascista em Lisboa no dia 1/XII/77, que teve lugar depois de uma intensa propaganda em todo o país, fez muito barulho com gritos e bombas. Apareceram muitos meninos filhos de família, estendendo a mão à fascista e com gritos provocatórios. Mas o que é certo camaradas, é que essa demonstração, com uma mobilização nacional – lá se viam os ísticos: Guarda, Viseu; Castelo Branco, Beja – com toda esta mobilização, apareceram muitos com capacetes, com paus, com mocas, com gritos fascistas, mas o que é certo é que foi um miserável fracasso de alguns milhares de pessoas, que demonstra bem que **a reacção e o fascismo quando fazem voz grossa é para esconderem a sua fraqueza.**

(...) Falando da necessidade da unidade dos trabalhadores, dos pequenos e médios agricultores, dos intelectuais, dos pequenos comerciantes, da juventude, das mulheres, dos democratas e antifascistas, nós dirigimo-nos naturalmente a todos sem discriminações.

Mas se os camaradas me permitem gostaria de dirigir algumas palavras aos católicos e algumas palavras aos socialistas.

Algumas palavras aos católicos.

Esta região é conhecida pelos sentimentos católicos de grande parte da população. É quase certo que aqui neste comício estão católicos. Por isso gostaria de dizer algumas palavras em relação à posição dos comunistas face às crenças religiosas, ao culto e à Igreja.

O PCP respeita rigorosamente as crenças religiosas e a prática do culto.

Não se pode apontar ao Partido Comunista, aos comunistas, um acto de desrespeito pela crença dos outros.

Nas lutas que se desenvolvem em defesa dos interesses dos trabalhadores, em defesa das liberdades e das conquistas da revolução quando os trabalhadores se unem, quando os democratas se unem, quando lutam lado a lado, não são certamente os comunistas que perguntam aos seus companheiros se têm ou não têm uma crença. É com eles o terem ou não terem uma crença religiosa.

Quando mais um homem, mais uma mulher, faz a sua ficha de inscrição no Partido não há nenhuma pergunta acerca da questão religiosa. O Partido não pergunta se tem ou não tem uma crença religiosa, não pergunta se é ou não é católico.

A religião não deve ser um motivo de divisão entre os portugueses nas lutas sociais e políticas. Um trabalhador católico sem partido é tão explorado como um trabalhador comunista. E um explorador, um parasita/católico é tão explorador e tão parasita como aquele que não é católico.

O que divide a sociedade e provoca os grandes conflitos sociais e políticos, não é a religião mas a divisão da sociedade em classes exploradas e classes exploradoras.

O próprio respeito pelas crenças, pelo culto e pela Igreja torna necessário que a Igreja se não envolva na política e que, no exercício das suas funções religiosas, os sacerdotes não façam a propaganda de tal ou tal partido.

E a não façam directa nem indirectamente.

Não há nenhuma incompatibilidade entre o apoio político ao PCP e mesmo a militância no PCP e a crença religiosa.

No PCP há milhares de católicos e nunca na sua vida partidária alguém os censurou por isso, nem alguém desrespeitou as suas crenças.

Por isso, nós dizemos aos católicos, aos trabalhadores católicos, aos democratas católicos, aos católicos que têm a mesma aspiração de liberdade e de justiça social que nós temos: junta-te a nós comunistas, na mesma batalha, pelos interesses dos trabalhadores, pelas liberdades, pela democracia, pela independência da nossa pátria.

A situação interna do PS mereceu do camarada Álvaro Cunhal algumas considerações:

(...) Nós desejaríamos sinceramente que em Portugal existisse um PS, grande, sólido, unido, não naturalmente para contribuir para a restauração do poder económico e político do capital monopolista dos latifundiários, mas sim, para defender, junto com os comunistas, os interesses dos trabalhadores, as liberdades e os direitos do nosso povo.

Como se sabe, o CC do PCP, como qualquer outro órgão da direcção do nosso Partido, nunca pôs como não põe hoje quaisquer obstáculos aos seus militantes para a aproximação, o entendimento, a cooperação e a unidade com os socialistas.

Pelo contrário. A todas as nossas organizações, a todos os nossos militantes, a indicação que há dos organismos do nosso Partido é de tentarem aproximar-se nas fábricas, nos sindicatos, nas autarquias, em todos os locais de trabalho, onde quer que seja, procurarem aproximar-se dos socialistas, discutirem com eles, verem com eles as possibilidades de entendimento e de acção comum.

Aproveito a ocasião para, em nome da direcção do nosso Partido, **felicitar conjuntamente os membros do nosso Partido e os membros do PS que, no distrito de Braga, face aos perigos da reacção têm muitas vezes sabido ultrapassar diferenças de opinião e divergências e têm sabido unir-se em casos concretos para a defesa dos interesses dos trabalhadores, para a defesa dos interesses das populações, para a luta contra as forças reaccionárias.**

Nós desejamos, de todo o coração, que haja entendimento entre comunistas e outros democratas, designadamente socialistas, que se multipliquem em toda a parte e se tornem mais frequentes os casos em que comunistas e socialistas se unem e lutam em comum com as mesmas aspirações e os mesmos objectivos.

O Partido

O nosso Partido aparece como o único consequente defensor das conquistas da revolução, das liberdades e direitos dos cidadãos, do regime democrático, da independência da nossa pátria.

Podemos mesmo dizer: **Pela sua política e pela sua actividade, o PCP aparece aos olhos de uma grande parte da população portuguesa, neste momento, como o único grande partido da esquerda.**

Isto não significa que não haja muitos e muitos outros democratas, muitos e muitos socialistas, que são homens de esquerda. Mas significa que, pela orientação dos seus dirigentes e pela política do seu governo, o PS desmereceu o título de "partido de esquerda".

Por tudo isso, **vêm ao PCP muitos milhares de novos camaradas, e a campanha de recrutamento que intitulamos "Promoção Conquistas de Abril" (mais 10 mil membros até ao fim do ano) já foi cumprida como todos sabem.**

Até ao fim do ano, não é exagero prever, a meta será duplicada. Temos fortes esperanças em que, até ao fim do ano, não atinjamos só 15000 mas 20000 membros ou mais.

Em nome do CC desejo felicitar a organização distrital de Braga do nosso Partido e todos os seus militantes, pelo êxito que está conseguindo na "Promoção Conquistas de Abril".

Desejo felicitar e saudar, calorosa e fraternalmente, aquelas muitas centenas de novos camaradas, que, no distrito de Braga, se inscreveram no Partido nos últimos meses.

Podem os novos militantes do Partido estar absolutamente certos: entraram ontem ou hoje no Partido, como membros do PCP, têm precisamente os mesmos direitos e os mesmos deveres, que todos os outros membros do PCP.

A todos os novos membros do Partido Comunista, aqueles que agora entraram no nosso Partido, eu quero assegurar, uma vez que ainda não conhecem a vida interna do nosso Partido, que nós não fazemos distinções entre os militantes que têm mais ou menos anos de Partido. A direcção do Partido tem confiança naqueles que escolhem este momento de dificuldades e de perigo para entrar no Partido Comunista, para entrar na batalha na vanguarda do proletariado português. Estamos seguros de que todos e cada um serão dignos das tradições gloriosas de luta do Partido Comunista Português.

O reforço do Partido Comunista não é apenas do interesse dos comunistas. É do interesse de todo o nosso povo, é do interesse de todos os democratas.

Na situação actual e no quadro da política portuguesa, **todos os trabalhadores e todos os democratas têm a ideia da importância do reforço do PCP, como obstáculo ao avanço da reacção, como factor decisivo para defender o regime democrático e conseguir levar por diante o caminho do socialismo.**

Sem dúvida nenhuma, camaradas, que essa força resulta da nossa organização, da nossa ideologia, do nosso programa, das soluções que apresentamos para saírmos das dificuldades, da nossa experiência, da nossa combatividade. Mas, resulta também do facto de que este partido, o nosso, é um partido que nunca se serviu das situações, mas que pelo contrário, em todas as situações procura servir o povo, nas horas boas e nas horas más.

O nosso Partido não é um partido sectário. É um partido aberto ao diálogo, à discussão, ao entendimento, à busca de soluções comuns com todos os democratas. Nós somos um partido aberto às outras opiniões, não queremos impor as nossas às outras. Mas, somos um partido que não se afasta, nem nunca se afastará, de alguns princípios essenciais.

Nós, comunistas, seremos sempre fiéis à defesa dos interesses da classe operária, dos trabalhadores, dos pequenos e médios agricultores, de todos os explorados e oprimidos do nosso país.

Nós, comunistas, seremos sempre fiéis aos ideais da liberdade e da democracia.

Nós, comunistas, lutamos e lutaremos sempre em defesa das grandes conquistas da nossa revolução: da Reforma Agrária, das nacionalizações, do controlo operário.

Nós, comunistas, lutaremos sempre para que à democracia seja assegurado o rumo para uma sociedade sem exploradores nem explorados.

Nesta luta, os comunistas não poupam energias, não poupam sacrifícios e estarão dispostos a dar a vida se necessário, para assegurar que as aspirações, os objectivos, os ideais do nosso povo se venham a realizar, numa sociedade nova e melhor, a sociedade socialista.

Em defesa dos interesses do povo trabalhador, em defesa das liberdades e da democracia, em defesa das conquistas da Revolução, em defesa do regime democrático, em defesa da independência nacional.

ESTUDANTES COMUNISTAS DE COIMBRA ANALISAM NA SUA 1.ª ASSEMBLEIA AS VITÓRIAS E OS INSUCESSOS

A participação calorosa e actuante dos 120 delegados representantes dos diversos sectores da Organização do Ensino Superior de Coimbra, da UEC, caracterizou a 1.ª Assembleia daquela organização que teve lugar no primeiro dia de Dezembro. Algumas dezenas de convidados assistiram aos trabalhos que foram presididos por uma mesa composta por vários camaradas da União dos Estudantes Comunistas e por membros dirigentes do PCP, destacando-se os camaradas Ângelo Veloso, membro suplente da Comissão Política do Comité Central, Carlos Luís Figueira, membro do CC e da DORB, Pina Moura, membro suplente do CC do Partido e membro do Secretariado da Comissão Central da UEC.

Dois pontos constavam da Ordem de Trabalhos, que se iniciaram pelas 10 horas da manhã — o primeiro dedicava-se ao balanço de actividades e discussão de propostas de acção e o segundo ponto foi dedicado à eleição de nova Direcção da Organização do Ensino Superior de Coimbra.

O conjunto de trabalhos apresentados dentro do primeiro ponto abrangeu os aspectos mais importantes da actividade dos estudantes comunistas da Universidade de Coimbra. Assim, os problemas do trabalho do recrutamento — tarefa fundamental —, da gestão democrática nas escolas — posta em causa pelo decreto sobre gestão do MEIC —, da necessidade de uma acção unitária no Movimento Associativo — particularmente sentida em Coimbra devido à concentração das Escolas, bem como os problemas específicos da Organização foram objecto de viva discussão por parte dos delegados, tendo alguns projectos sofrido alterações significativas, nomeadamente o respeitante ao trabalho de recrutamento.

Procedeu-se à eleição da nova DOESC. A composição desta obedeceu à necessidade de maior participação de toda a organização na definição da orientação, tendo em vista um **maior dinamismo na política de selecção e promoção de quadros designadamente chamando aos cargos de direcção da organização os camaradas mais ligados às massas estudantis, mais enraizados nas estruturas e movimentos unitários dos estudantes da Universidade e, portanto, em melhores condições de contribuirem para uma formulação com maior rigor dos objectivos imediatos e propostas de acção que a UEC apresente ao movimento estudantil**, segundo afirmou o camarada Pina Moura na sua intervenção.

Integrada no trabalho de preparação do 1.º Congresso da UEC, a realizar em Janeiro próximo, a Assembleia deu um contributo positivo na busca de soluções que possam melhorar a orientação da organização, no sentido de encontrar respostas mais eficazes aos problemas económicos, de ensino, culturais, sociais e morais que se põem à juventude estudantil portuguesa.

De entre as numerosas saudações chegadas à mesa no decorrer dos trabalhos que se prolongaram por todo o dia, salientamos a de um grupo de jovens trabalhadores comunistas do distrito de Coimbra e uma outra enviada pela Organização de Professores do Ensino Superior e Coimbra do PCP, que afirma, a dado passo: **nas escolas cabe hoje em particular aos comunistas uma tarefa fundamental na luta pela defesa das conquistas alcançadas e pela democratização do Ensino como parcela da luta mais geral das massas populares pela consolidação e reforço dos direitos e conquistas fundamentais dos trabalhadores e pelo respeito do projecto constitucional.**

UEC UMA RIQUÍSSIMA EXPERIÊNCIA

Na sessão de encerramento, após terem usado da palavra os camaradas Adelino Besteiro e Carlos Luís Figueira, coube ao camarada Ângelo Veloso a última intervenção desta 1.ª Assembleia.

Começa a tornar-se notório — afirmou — **o esforço de revigoramento da organização em que a UEC está empenhada e que se associa a um vivo debate crítico e autocrítico do seu trabalho.**

Os documentos apresentados nesta assembleia inserem-se nesse esforço e nessa justa direcção. Eu estou convencido que esta assembleia constituirá, por isso mesmo, um marco importante para a UEC de Coimbra, apontando já para o vosso 1.º Congresso.

As grandes vitórias e os insucessos, as dificuldades, os desvios, os acertos e os erros da UEC constituem hoje uma riquíssima experiência que pode ser, e será, a base de um grande salto em frente no trabalho dos estudantes comunistas. É nessa perspectiva que desponta o Vosso Congresso.

E se é justo proceder com coragem e com grande objectividade à análise de toda essa rica experiência, não é menos justo nem menos importante não esquecer e mesmo sublinhar aqui, o importantíssimo papel que a UEC desempenhou primeiro na luta contra o fascismo, e depois nas diferentes e difíceis fases do processo revolucionário português.

Ao longo de vários anos, nas mais diversas condições, num processo político acidentado, a UEC ganhou raízes na luta do nosso povo e dos estudantes, tornou-se uma força poderosa e imprescindível, historicamente necessária, qualsquer que tenham sido os insucessos ou os erros, qualsquer que sejam as críticas necessárias ao seu desenvolvimento hoje.

Precisamente num momento de análise autocrítica, necessariamente viva e intransigente, eu creio que é essencial sublinhar que a UEC foi e é a única organização estudantil verdadeiramente consequente, a autêntica vanguarda política dos estudantes portugueses.

Os acidentes do processo revolucionário português, as curvas e contracurvas, os avanços e recuos dos últimos três anos e meio, constituiram uma rude prova para todas as forças políticas portuguesas.

Um tal processo desnudou a demagogia, o oportunismo, a capitulação, os interesses inconfessáveis, a duplicidade e a hipocrisia das forças políticas da burguesia. Mas também ajudou a tornar claros para o nosso povo a coerência e a intransigência, a honestidade e a clareza, a fidelidade aos interesses dos trabalhadores e de todo o povo, por parte dos comunistas portugueses.

Por isso mesmo, para a classe operária e os trabalhadores, para homens e mulheres progressistas da nossa terra, o Partido Comunista aparece cada vez mais como o único partido de esquerda, o único partido que, em todas as circunstâncias defende os trabalhadores, o único partido verdadeiramente democrático, patriótico e progressista.

Um pouco como durante o fascismo, o nosso Partido surge cada vez mais como o único partido dos explorados e dos oprimidos, a única força consequentemente progressista, firmemente enraizada nos trabalhadores e no povo.

Eu creio que o mesmo sucederá e cada vez mais com a UEC aos olhos dos estudantes portugueses. Daí a importância da luta que travais contra o sectarismo e contra o elitismo, contra o enconchamento e a estreiteza política.

Desenvolvendo e fortalecendo acções comuns que respondam aos grandes e vivos problemas e aspirações do conjunto da jovem geração estudantil, recusando a armadilha esquerdizante da partidarização e politização estreitas da vida académica, intimamente vinculada às massas estudantis, erguendo a bandeira da unidade, encarnando a generosidade, o amor à verdade, a pureza, a fraternidade e a alegria da juventude — a UEC é a única organização estudantil que continua e prolonga a luta generosa de dezenas de gerações de estudantes portugueses.

Antes de se debruçar, na sua intervenção, sobre os aspectos mais importantes da situação política actual, o camarada Ângelo Veloso exprimiu, em nome do Comité Central do PCP, a confiança no sucesso do esforço dos estudantes comunistas de Coimbra.

Depois de encerrados os trabalhos, à noite, com a participação de todos os presentes na Assembleia, decorreu um animado convívio em que actuou o grupo "Trovante".

Joaquim Gomes esteve presente na Assembleia dos comunistas do Arsenal

ASSEMBLEIA DE CÉLULA DO ARSENAL DO ALFEITE

Os trabalhadores comunistas do Arsenal do Alfeite realizaram recentemente a sua Assembleia de Célula, que contou com a presença do camarada Joaquim Gomes membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, que no final fez uma análise sobre o momento político actual e as grandes opções do Partido Comunista.

As intervenções dos diversos oradores versaram sobre a situação do Arsenal nos aspectos económico, político e social, as suas características especiais de estaleiro intermédio entre as grandes empresas construtoras e reparadoras e os pequenos estaleiros. No decorrer da reunião foi salientado: *Enumerar todos os aspectos negativos do Estaleiro, referenciar pormenorizadamente todos os factores que vindos do passado, persistem no presente, e se projectam no futuro, seria demasiado exaustivo. Fundamental será que olhemos à nossa volta, reformemos as mentalidades e deixemos de considerar apenas como prioritários os aspectos economicistas, e tomemos consciência que sem uma modificação profunda das estruturas será impossível acompanhar o progresso, manter um ritmo normal e evolutivo das construções e reparações, salvaguardar, simultaneamente os interesses do Estaleiro, numa perspectiva de Empresa do Estado e dos trabalhadores, defendendo os seus postos de trabalho. (...) É fundamental encontrar as soluções. Esta é uma tarefa necessária e urgente. Da nossa capacidade depende a definição e o progresso ou a manutenção de uma situação indefinida e de atraso progressivo.*

Os comunistas arsenalistas, como bons militantes, dignos sucessores de Bento Gonçalves, ele também arsenalista, apresentaram à Assembleia os novos militantes da campanha promoção «Conquistas de Abril», a quem foram distribuídos os respectivos cartões.

Esta reunião de comunistas terminou com um almoço de confraternização.

ASSEMBLEIA DE CÉLULA DA MOLDE MATOS

A Assembleia de Célula desta empresa, de acordo com a resolução do VIII Congresso do PCP, elegeu o novo organismo dirigente e fez o balanço de actividades desenvolvidas até agora.

Como se lê no relatório de actividades o trabalho político daquela célula nunca se furtou às suas responsabilidades, participando tanto nas manifestações de apoio à Reforma Agrária, como nas diversas campanhas do Partido, com especial destaque para a Campanha dos 50 000 contos.

Podemos ainda afirmar — acrescenta o relatório — *que em todas estas actividades fomos sempre apoiados pela maioria dos trabalhadores da empresa que são portadores de uma grande consciência de classe.*

Na informação relativa à informação e propaganda salienta-se que «o «Avante!» é distribuído segundo uma forma rotativa por todos os militantes cabendo a cada um a sua distribuição num mês completo ao fim do qual deverá entregar o dinheiro correspondente ao tesoureiro e este por sua vez faz a entrega do mesmo ao Partido».

Foi ainda salientada a necessidade de se criarem «condições que permitam realizar sessões periódicas de esclarecimento para que os trabalhadores em geral estejam permanentemente informados da situação em que se encontram.

Em Lisboa

I ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR DA UEC

O anfiteatro I da Faculdade de Direito acolheu as duas centenas de delegados que participaram no passado dia 3 de Dezembro na I Assembleia da Organização do Ensino Superior da UEC.

Procurando responder a três questões fundamentais — apontar perspectivas claras a todos os estudantes, apresentar propostas de acção da UEC nos diversos campos de actividade do movimento estudantil, reforçar a organização e eleger o organismo de Direcção da UEC de Lisboa, a Assembleia propôs-se por outro lado reforçar o trabalho de discussão e mobilização preparatório do Congresso da União dos Estudantes Comunistas, que se realiza a 21 e 22 de Janeiro próximo.

A mesa eleita para presidir aos trabalhos foi composta por vários camaradas da UEC e do Partido Comunista Português, destacando-se o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central do Partido, pelo camarada Domingos Oliveira, membro Suplente do CC do PCP e da Comissão Executiva da União da Juventude Comunista, pelo camarada Pina Moura, suplente do CC do PCP e do Secretariado da Comissão Central da UEC, Maria Eugénia Varela Gomes, do Secretariado da CC da UEC e João Leal do mesmo organismo dirigente da UEC.

Com um horário que ocupava o dia inteiro, foi aprovada a proposta de Ordem de Trabalhos, cujo primeiro ponto se debruçava sobre as perspectivas de trabalho da UEC na Academia de Lisboa e a discussão e aprovação do manifesto. Do segundo ponto constava da discussão do trabalho preparatório do I Congresso e finalmente o terceiro ponto compreendia a eleição da nova DOESL.

Os documentos apresentados na Assembleia tinham previamente sido distribuídos e discutidos nas escolas, durante os trabalhos preparatórios. Mereceram atenção aos estudantes comunistas de Lisboa vários temas, entre os quais a Política Social Estudantil. Começando por constatar a incapacidade governamental de resolver os grandes problemas que se colocam no campo da educação, este documento afirma que, **passados quatro anos do 25 de Abril a Universidade continua a ser fundamentalmente uma escola de elite dada a baixa percentagem de filhos de trabalhadores que nela ingressam, continuando a ser muito baixo o número de estudantes da província. Os filhos dos trabalhadores** — continua — **elementos das classes mais desprivilegiadas, continuam à espera de uma política social que lhes garanta o direito ao ensino.**

A mesa que presidiu aos trabalhos dos estudantes comunistas do ensino superior de Lisboa

Abordando depois os problemas das cantinas, das bolsas de estudo, das residências estudantis, dos serviços médico-sociais da universidade, o documento conclui pela inadequação de todos estes serviços. **A participação dos estudantes na resolução dos problemas que lhes dizem respeito é, pois, imprescindível** — afirma o documento, esclarecendo adiante: **A simples participação dos estudantes na elaboração das medidas que lhes dizem respeito não resolve, por si só, o problema. É necessário que o MEIC abandone a sua política antiestudantil, se abra aos verdadeiros problemas dos estudantes. No entanto, a presença de comissões representativas dos estudantes quando são tomadas decisões que lhes dizem respeito é, só por si, uma garantia de que os estudantes verão aí defendidos os seus pontos de vista e constitui forte contrapeso a medidas contrárias aos seus interesses.**

A Luta pela Gestão Democrática, outro dos documentos apresentados, analisa o trabalho realizado por cada um dos órgãos instituídos no decreto emanado do MEIC há um ano, verificando que, como de resto preveniam os estudantes comunistas, aquele se revelou afastado das realidades das escolas. E termina:

Os estudantes comunistas embora conscientes das limitações impostas pelo decreto e dos seus objectivos liquidacionistas — como ficou amplamente demonstrado ao longo deste ano — devem contudo desenvolver a sua acção dirigida em dois sentidos: exigir por um lado a alteração do actual decreto, por outro dinamizar os órgãos existentes impondo-lhes correcções e modificações na prática.

A Presença Política da UEC nas Escolas foi outro dos temas debatidos, incidindo o documento sobre duas formas essenciais da intervenção da UEC. **Uma, fruto do trabalho colectivo, quer a nível de célula quer a nível central, outra, não menos importante, que é desenvolvida individualmente por cada militante no contacto directo com os estudantes.**

Ambas se completam e contribuem decisivamente para a divulgação das nossas propostas, dos nossos objectivos, da nossa orientação, criando uma imagem que se quer aberta, dinâmica, virada para o sentir dos estudantes, para a resolução dos seus problemas e defesa dos seus interesses e aspirações.

Foram ainda analisados o Trabalho de Massas e o Movimento Associativo e também o trabalho de direcção e organização, após o que foi eleita a nova direcção da organização.

O camarada Carlos Brito fez uma intervenção durante a qual abordou as questões da situação política actual.

MANIFESTO AOS ESTUDANTES DE LISBOA

O manifesto aprovado, que se dirige aos estudantes de Lisboa, anuncia a realização, em 21 e 22 de Janeiro, do I Congresso da UEC e refere as importantes conclusões extraídas do longo debate que a Assembleia proporcionou.

Caracterizando a composição da Academia de Lisboa onde 50 mil estudantes lutam com as dificuldades agravadas pela política do MEIC, o manifesto constata o alargamento e o reforço do movimento estudantil, o isolamento das posições da direita. Considerando serem possíveis novos êxitos nas lutas desenvolvidas, os estudantes comunistas de Lisboa propõem, através da Assembleia, à discussão de todos os estudantes da Academia, os principais objectivos de acção.

- **Reforço do papel do Movimento Associativo enquanto instrumento e quadro orgânico da luta dos estudantes contra a actual política de ensino por uma nova política ao serviço das mais sentidas aspirações dos estudantes do povo e do país.**
- **Expansão e desenvolvimento da organização associativa de cursos, turmas e entre os trabalhadores e os estudantes.**
- **Enriquecimento e diversificação da actividade associativa nos terrenos cultural, desportivo e de convívio.**
- **Desenvolvimento da actividade das Associações de Estudantes no terreno da prestação de serviços.**
- **Reforçar o trabalho federado.**

Finalmente a luta pela gestão democrática e o reforço da UEC com 1 500 novos militantes são outras das propostas contidas neste manifesto.

O ALGARVE PROMOVE CAMPANHA DOS 500 CONTOS

Para fazer face às crescentes despesas da organização do Partido no Algarve, a DORAL, conforme o «Avante!» já noticiou, decidiu iniciar uma campanha de angariação de fundos em todo o distrito, para a qual fixa o objectivo de 500 contos.

A rica experiência adquirida durante a Campanha dos 50 000 Contos pelas organizações do Algarve, que recolheram mais de 1 000 contos, mostra que é possível atingir e ultrapassar a meta fixada.

A campanha dos 500 contos começou a 15 de Novembro. É necessário que desde já se programem iniciativas para a campanha e que desde já se comece a organizar uma ampla recolha de fundos.

A realização de sessões, de convívios, de almoços e jantares de confraternização, de rifas, de cabazes de Natal, de listas de camaradas e de simpatizantes a abordar, a recolha de objectos a leiloar, todas as iniciativas para a campanha dos 500 contos e para a Promoção ganharão em qualidade e serão realizadas com menor dispêndio de esforços se forem convenientemente programadas e organizadas.

Os comunistas do Algarve responderão a mais esta tarefa.

POR UMA NOVA SEDE PARA A DORA

Tendo em vista a utilização de uma nova sede a Direcção da Organização Regional do Alentejo (DORA) decidiu promover uma campanha de fundos no montante de 3000 contos, a qual começou no princípio do corrente mês e se prolongará até 30 de Junho de 1978.

A actual sede da DORA, em Évora, há muito que deixara de ter condições, devido à exiguidade do espaço, para o funcionamento regular dos diversos organismos que ali desempenham as suas funções. Por seu turno, os 1 800 novos militantes que nos últimos três meses vieram engrossar naquela região as fileiras do Partido tornaram ainda mais pequenas as já diminutas instalações do Largo de Camões, em Évora.

Assim, a DORA apela a todos os militantes e simpatizantes para a compreensão da importância política da nova sede, acentuando a necessidade de se constituirem comissões específicas em todos os sectores e organismos, que promovam e dinamizem realizações, como festas, convívios e outras iniciativas a fim de, como sucedeu em anteriores campanhas do PCP, antes do prazo marcado se cumpra a meta e se alcance o objectivo dos 3000 contos, cuja campanha decorrerá sob a palavra de ordem «Por uma nova sede para a DORA».

No Porto

PROSSEGUE A SOLIDARIEDADE COM A LIVRARIA «AVANTE!»

Continua o movimento de solidariedade para com a livraria "Avante!", a fim de serem cobertos os 200 contos de prejuízos provocados pelos bandos fascistas, no final da "homenagem" ao coronel Pires Veloso. Até há uma semana, ascendia a 44 contos o montante de fundos recolhidos por centenas de camaradas e amigos.

Através de abaixo-assinados ou individualmente, muitos têm sido aqueles que, exprimindo a sua revolta perante o vandalismo fascista, contribuem para minimizar os elevados prejuízos.

Entretanto, num documento encimado pela conhecida declaração do dirigente nazi Goebels – "Quando ouço falar de cultura, puxo logo da pistola" — 85 trabalhadores da delegação do Porto do Banco de Portugal, que recolheram 4380 escudos, exprimem a sua indignação perante a onda de violência fascista, registada no passado dia 19 de Novembro, e manifestam o mais vivo repúdio pelo assalto.

NOTÍCIAS • NOTÍCIAS • NOTÍCIAS

Para além do esforço que tem vindo a ser feito no sentido de que todos os militantes ponham em dia a sua quotização, a Comissão Concelhia de Palmela do PCP decidiu apoiar a recolha extraordinária de fundos do Natal e Ano Novo promovida pela DORS.

Apesar das dificuldades sentidas pelos trabalhadores, que são quem continua a suportar o fardo mais pesado, a Comissão Concelhia conta com a compreensão e o espírito de sacrifício dos camaradas, sugerindo a contribuição de 100$00 por cada militante ou simpatizante e aos camaradas com mais possibilidades a oferta de um dia de salário do 13.º mês.

Entretanto, será sorteado um cabaz de Natal.

•

A Comissão de Freguesia de Santo André do PCP recorda que ao aumentar o Partido, também aumenta o trabalho da Organização e, consequentemente, o aumento das despesas.

Deste modo a referida Comissão de Freguesia sugere a todos os seus militantes que sacrifiquem um pouco da sua gratificação do Natal a favor da campanha de fundos do fim-de-ano, recordando que a organização do PCP será tanto mais forte quanto mais forte for o apoio dos seus militantes.

•

A Comissão Concelhia da Moita realiza no período do Natal e Ano Novo um conjunto de iniciativas que têm como objectivo a recolha de 100 contos. Contando com a participação dos militantes, dos trabalhadores em geral e dos democratas do concelho, a Comissão de Freguesia lançou já entre outras as seguintes iniciativas: sorteio de um cabaz de Natal, lista de dádivas, espectáculos de canto livre nos dias 9, em Alhos Vedros, 10, em Sarilhos Pequenos e 16 na Baixa da Banheira.

•

Reuniu-se no passado domingo, no centro de trabalho «Alberto de Araújo», a Comissão Concelhia de Almada do PCP.

Em face da situação existente nas diferentes empresas do concelho, foi resolvido apoiar formas de luta por forma a fazer face ao avanço do patronato reaccionário.

O sector do Comércio e Seguros mereceu especial atenção do plenário, que apontou para um estudo profundo do sector e da necessidade de dedicar uma maior atenção ao sector terciário (serviços) que abrange cerca de 40 000 trabalhadores naquele populoso concelho da margem Sul.

A Comissão Concelhia de Almada aprovou também uma saudação ao Congresso do MPLA, onde se felicita a vanguarda revolucionária do povo angolano que *após longos anos de luta armada contra os colonialistas portugueses e outros grupos oportunistas ligados aos grandes grupos financeiros internacionais e à CIA, o MPLA soube levar o povo angolano à conquista da Independência depois de 500 anos de exploração, humilhação, genocídios e obscurantismo.*

•

No próximo dia 11, Domingo, inaugura-se o Centro de Trabalho do Partido na freguesia de Salvado, concelho de Beja.

Na festa da inauguração que começa pelas 10 horas da manhã com provas desportivas, haverá almoço de confraternização, espectáculo teatral e uma sessão de esclarecimento com a participação do camarada Diniz Miranda, membro suplente da Comissão Política do Comité Central. Finalmente prevê-se um espectáculo de Canto Livre.

•

Integradas na Campanha dos 500 contos que, conforme anunciámos, a DORA promove, realizam-se iniciativas no próximo fim-de-semana. Assim, no sábado, dia 10, pelas 16 horas, efectua-se no Centro de Trabalho de Faro um convívio organizado pela célula da Servissul. No dia seguinte, domingo, em Olhão, pelas 13 horas, inicia-se um almoço convívio promovido pela Comissão de Sede do Centro de Trabalho de Olhão.

•

A Comissão Concelhia do Montijo promove um espectáculo no próximo dia 9, integrado na sua Campanha de Fundos do Natal. Será no cinema de Alhos Vedros, pelas 21 horas, com a participação dos conjuntos «Jornada», «Brigada Bento Gonçalves», «Enigma», «Vozes na Revolução». Participam ainda os fadistas Carmen Garcia, Alberto Silva, acompanhados à guitarra e à viola por Carlos Soeiro e João Fernando.

GRANDE CONVÍVIO EM ABRANTES

Integrado na campanha para o novo Centro de Trabalho do PCP, realiza-se no próximo dia 12, pelas 21.45, em Abrantes, um grande espectáculo que contará com a participação dos seguintes artistas: Carlos Paredes, Nuno Gomes dos Santos, José Jorge Letria, Duo Tojal, Fernanda Lapa, Helena Isabel, Sérgio Ferreira Borges, José Alberto Marques, Grupo "Unidade na Acção" e Grupo "Manifesto". António Borga apresentará o espectáculo.

TRABALHADORES RURAIS E CAMPESINATO: ALIANÇA PARA A VITÓRIA

«É AO GOVERNO QUE COMPETE AJUDAR OS PEQUENOS E MÉDIO AGRICULTORES»

Manuel Alexandre é um pequeno agricultor de Ervidel, freguesia do concelho de Aljustrel, no distrito de Beja. Com as suas mãos de homem gasto pelos anos de trabalho que não abalaram uma vontade firme de luta, trabalha com a família 3 hectares que possui mais 10 hectares que arrendou aos seus sete irmãos. Nas suas palavras vibra a esperança de melhores dias, dias que não serão dados pelo céu mas conquistados pela força ainda adormecida, na zona, de pequenos e médios agricultores organizados, unidos e aliados aos trabalhadores das UCPs e Cooperativas Agrícolas.

A opinião de um pequeno agricultor alentejano recolhida pela reportagem do "Avante!"

«Nós, pequenos agricultores, fomos tão vítimas do fascismo como os trabalhadores rurais. Veio o 25 de Abril e os trabalhadores rurais organizaram-se com mais facilidade. Eu como pequeno agricultor tenho feito o possível para que os pequenos e médios agricultores sigam o mesmo ritmo e se organizem. Mas muitos continuam com uma mentalidade individualista e marcados pelos 48 anos de fascismo em que só podiam contar com eles próprios. Por outro lado, os grandes agrários fazem tudo para continuar a confundir os pequenos e médios agricultores, para os não deixarem ver onde está a defesa dos seus interesses. A CAP que até se infiltrou na Liga de Beja quer que as coisas voltem ao passado, ao tempo em que os grandes agrários estavam desejando a ruína dos pequenos e médios agricultores para se apoderarem de alguns bocados de terra que eles tivessem para sobreviver».

Interrogado sobre os efeitos da gravosa subida dos preços dos produtos fundamentais para a agricultura, (de que são exemplo, os seguintes aumentos: 100% da batata de semente, 25% dos adubos, 25% dos pesticidas, 500% das vacinas, 20% das rações, 300% das palhas), e sobre a ausência de garantia de preços e de escoamento de produtos, Manuel Alexandre diz-nos:

«É um problema. Tudo isso é resultado da política do Governo que serve o grande capital. Os pequenos e médios agricultores não vêem os seus problemas resolvidos, pelo contrário, a vida anda-lhes para trás depois de algumas melhorias sucedidas antes do VI Governo Provisório. Por exemplo, os pequenos agricultores têm uma, duas ou três vaquinhas, enfim têm o seu gado. Querem farinha e não a têm. Vão dando farinha de porcos a vacas. Muito pequeno agricultor que tinha 9, 10 vacas foi obrigado a vendê-las porque o preço das farinhas e das vacinas não compensa o seu trabalho. Pensamos: trabalhamos tanto, produzimos para quê? E somos obrigados a acabar com as vacas porque não tiramos para sobreviver. Acaba-se com uma produção importante porque a vaca não dá apenas o leite, dá ainda os vitelos o que representa mais carne. Mas o Governo não nos protege e prefere importar carne e leite do estrangeiro esbanjando assim o dinheiro que devia aplicar cá dentro do país. Outro problema dos mais graves é o aumento do aluguer das máquinas Como não estamos ainda suficientemente unidos e lutamos com grande falta de máquinas, ficamos à mercê do preço dos alugadores e estes, se o o gasóleo aumenta 1$00, aumentam 100$00 o trabalho à hora.

«Esta política do Governo vem rebentar connosco. Mas não é apenas com as suas medidas económicas que o Governo quer rebentar com a gente é com toda a sua atitude relativamente aos campos. Dou um caso: o senhor Portas e o senhor Campos dizem que querem dar terra aos pequenos agricultores. Pois claro que eu não fujo que se dê terra a quem dela necessita para fazer um pouco mais de cultura e ter mais defesas. Mas onde é que eles vão buscar a terra? Tirando-a às UCPs e Cooperativas e deixando inteiras as terras dos grandes agrários que ainda estão por expropriar! Isto só vem dar força aos agrários. E ai do pequeno agricultor que se insurgir contra isto! Eu como não desisto de lutar para que a minha filha e os filhos dos outros tenham uma melhor vida, sou perseguido pelos agrários. Ainda há pouco, um agrário que recebeu aqui uma reserva, para se fazer de bom com os pequenos e médios agricultores, ofereceu-se para armazenar o cártamo destes, num seu celeiro mas pôs como condição que não entrasse lá o meu cártamo. Como a gente não tem só inimigos, eu levei o cártamo para Aljustrel. Este e outros exemplos deviam mostrar aos pequenos agricultores como é manhosa a maneira de proceder dos reaccionários».

Em Ervidel existe a UCP «Freguesia da Unidade» que tem desenvolvido diversas formas de solidariedade com os pequenos e médios agricultores desde o empréstimo de máquinas e venda de produtos mais baratos até a concessão de alguma terra para semearem alguma fava, ervilha e batata. A este respeito, diz-nos a concluir Manuel ALexandre:

«A cooperação da UCP para com os pequenos e médios agricultores é boa. E isso é importante porque assim eles vêem que a formação da Cooperativa foi boa para nós. Alguns pequenos e médios agricultores entraram para a Cooperativa. Eram os mais conscientes. Eu não entrei não só por motivos de saúde mas ainda porque acho importante continuar a ser pequeno agricultor e lutar para que os pequenos e médios agricultores se organizem não numa falsa Liga como a de Beja mas numa verdadeira associação de classe. Voltando à questão da ajuda da UCP «Freguesia da Unidade» aos pequenos e médios agricultores, eu quero dizer que é muito importante para que nós, pequenos e médios agricultores sejamos cada vez mais aliados dos trabalhadores rurais, mas quanto a mim é ao Governo que compete auxiliar os pequenos e médios agricultorès e não esperar que as UCPs resolvam os problemas da classe. Não o poderiam fazer, não é esse o seu trabalho. É ao Governo que temos de exigir melhores condições para toda a lavoura».

O CAMPESINATO EM LUTA

Quando resolve o MAP a situação dos meloeiros do Tejo?

O MAP continua sem atender as reclamações dos seareiros das terras das lezírias do Vale do Tejo que, ao abrigo da Constituição, pediram a diminuição das rendas e o prolongamento do respectivo prazo de pagamento, a atribuição de subsídios de indemnização e o prolongamento do prazo de pagamento dos empréstimos concedidos através do crédito agrícola de emergência. Entretanto nos lares destes seareiros há já fome. Atingidos pela ruína, dada a quase total destruição das suas searas (por exemplo, 441 seareiros da zona de Alpiarça sofreram um prezuízo que vai de 20 a 90%), nas quais empenharam todas as suas economias e por causa das quais se endividaram, os seareiros vêem-se igualmente a braços com o problema do desemprego que, sobretudo nas zonas do latifúndio no Ribatejo, é já um verdadeiro flagelo, nomeadamente nos concelhos de Coruche, Glória do Ribatejo e Alpiarça.

Agricultores de Tarouca projectam encontro

Agricultores de Tarouca presentes na Assembleia Geral da Cooperativa Agro-Tarouca e Lamego encarregaram a direcção desta cooperativa de contactar outras organizações da lavoura com o objectivo de se constituir uma comissão que estude a realização de um encontro para discussão dos problemas dos pequenos e médios agricultores e da defesa dos seus intresses. Este encontro, projectado para meados de Fevereiro próximo, incluiria as orgnizações da lavoura e todos os agricultores das Beiras, do Minho, do Douro e de Trás-os-Montes. Entre as questões que os agricultores de Tarouca consideram de urgente debate incluem-se: "as dificuldades na venda dos produtos agrícolas de que é exemplo a batata; os baixos preços para os produtos agrícolas; o aumento constante dos preços dos produtos essenciais para a lavoura, adubos, rações, (fala-se em nova subida e as rações baratas e tabeladas faltam no mercado), os pesticidas, o gasóleo, as sementes, etc.; as dificuldades na obtenção de crédito e os altos juros; a necessidade de seguro de culturas e de gado que cubra os riscos do agricultor sujeito às desgraças do tempo, aos prejuízos que daí lhe são causados sem ter culpa disso".

Campanha de defesa dos produtores de leite

A Aliança das Ligas Agrícolas do Norte lançou uma campanha de defesa dos produtores de leite, no decurso da qual são realizados diversos encontros. Entre estes, destacamos o de Barcelos no próximo dia 11, às 12h e 15m, no Ciclo Preparatório para os produtores do distrito de Braga e o de Lousada, dia 18, pelas 12h e 15m, no ex-Grémio da Lavoura para os produtores do interior do distrito do Porto. O objectivo desta campanha é "esclarecer os produtores de leite sobre os seus direitos, reclamar e propor junto dos órgãos competentes medidas que resolvam alguns dos problemas mais agudos do sector". Esta organização que conta com a participação de 32 ligas legalizadas pretende, informar devidamente os produtores de leite sobre as condições de produção e de comercialização do produto".

Camponeses contra a "confederação dos abastados agrários"

Reunidos recentemente, em Pias, cerca de 50 pequenos e médios agricultores discutiram problemas relacionados com a comercialização dos produtos agrícolas, com a sua organização de classe e aliança com os trabalhadores rurais. Considerando que a CAP, "confederação de abastados agrários", "congrega todos aqueles que, durante dezenas e dezenas de anos, exploraram os trabalhadores do campo", "atacou até à sua destruição, a anterior lei do Arrendamento Rural, colocando-se, assim, contra a própria Constituição", os pequenos e médios agricultores de Pias apelaram ao Governo para que "procedesse à dissolução desta organização".

Juristas apoiam pequenos agricultores, proprietários e rendeiros

Com o objectivo de organizar formas de apoio a pequenos agricultores-proprietários e rendeiros – na base do aproveitamento máximo da actual Lei de Arrendamento Rural, juristas do distrito de Leiria ligados ao Movimento de Apoio aos Pequenos Agricultores, MAPA, reuniram-se recentemente. Entretanto, decorrem sessões de esclarecimento organizadas pelo MAPA em todo o distrito de Leiria e prepara-se um plenário de pequenos agricultores possivelmente a realizar-se durante este mês.

Os agricultores não querem promessas, querem realidades

A aliança das Ligas Agrícolas do Norte, denunciando as reformas de miséria, as graves deficiências da assistência social nos campos e a ausência de medidas por parte do Governo, exige «a actualização das pensões de velhice e invalidez sem discriminação de sexo; reforma aos 65 anos; abono de família para todos os agricultores, rendeiros ou pequenos e médios proprietários; pensões especiais para viúvas sem recursos; melhoria da assistência médica e medicamentosa; pagamento pontual das pensões e subsídios e integração do regime de previdência rural no regime geral até 1976, tal como estabelece o Decreto-Lei 560/76 de 16 de Julho». No mesmo documento, em que dá conta das muitas promessas do Governo de realização sempre adiada no domínio da previdência rural, a Aliança das Ligas do Norte, exige igualmente "a saída imediata da Lei Orgânica das Casas do Povo, depois de consultadas as organizações dos agricultores incluindo as Casas do Povo". "Os agricultores não querem promessas, querem realidades" acrescenta o documento.

PCP promove reunião de rendeiros

No Pombalinho, Santarém, realizou-se um encontro de rendeiros e seareiros cujos trabalhos foram orientados pelos camaradas Raimundo Cabral e engenheiro Carlos Amaro. No decorrer do encontro com cerca de 50 participantes, verificou-se que alguns rendeiros, enganados pelos senhorios, já pagaram as rendas para

a campanha de 1978 a preços superiores aos anteriormente contratados e com diminuição das áreas. Foi alertado que os senhorios desejam a diminuição das áreas para 2 hectares, o que face a nova lei os desobriga do contrato escrito, deixando os rendeiros à mercê das suas arbitrariedades. Para tratar convenientemente deste problema foram criadas comissões de rendeiros para Reguengo de Alviela e para Pombalinho, as quais passarão a dinamizar e organizar os pequenos rendeiros e seareiros nas respectivas localidades. Incluem-se neste trabalho uma reunião conjunta das duas comissões e diversos plenários a realizar na zona.

REFORÇAR A ALIANÇA GANHAR A DEMOCRACIA

Avançar com a aliança entre os trabalhadores das UCPs e Cooperativas e os pequenos e médios agricultores é abrir os caminhos para uma vida melhor nos campos. Que o digam os pequenos e médios agricultores que têm recebido auxílio das UCPs, em produtos e empréstimo de máquinas que quantas vezes representaram a salvação de uma colheita (caso dos pequenos e médios produtores de arroz e de tomate) ou a realização de uma sementeira a tempo e horas e em melhores condições. Que o digam também os trabalhadores das UCPs que têm encontrado os pequenos e médios agricultores a seu lado, num mesmo corpo de resistência à ofensiva destruidora e violenta do MAP em relação à Reforma Agrária.

Outrora atingidos pela mesma exploração capitalista e latifundista, atirados para fora da sua terra pela falta de terra, de trabalho e pão, (entre 1950 e 1970 mais de 550 mil assalariados e pequenos produtores foram obrigados a «ganhar» a cidade ou terras estrangeiras para sobreviverem), enfrentando hoje, os mesmos inimigos, cada vez mais «os operários agrícolas e os pequenos e médios agricultores se apercebem dos seus interesses comuns e das necessidades de procurarem em conjunto soluções concretas para muitos problemas que podem ser resolvidos com grande proveito para uns e para outros» (das conclusões da II Conferência da Reforma Agrária).

No entanto, esta compreensão mútua da identidade dos seus interesses, e através dela da necessidade de uma aliança firme, não é ainda geral. Nos lugares onde ainda é frágil esta aliança, não é somente a vida de cada um, trabalhador da terra, pequeno proprietário ou rendeiro que é mais difícil, mas toda a Reforma Agrária se encontra mais indefesa pois as camadas sociais que devem constituir o seu mais poderoso alicerce nem sempre se encontram unidas ou simplesmente vivem alheadas uma da outra. Quem lucra com esta situação são precisamente os exploradores de ontem, os saudosistas de hoje, os que pretendem ser coveiros do projecto de uma vida melhor nos campos. Reforçar a aliança dos trabalhadores é uma das formas de fortalecer a sua luta importante e urgente não só para defender a Reforma Agrária das investidas dos inimigos como ainda para a consolidar e fazer avançar. A reacção tem clara consciência dos perigos que para os seus desígnios representa a aliança entre os trabalhadores rurais e o campesinato pobre. Por isso a CAP tenta pescar vontades indecisas, mentes pouco esclarecidas na multidão tão duramente explorada dos pequenos e médios agricultores.

Ao contrário de certos partidos que enchem a boca com rasgados elogios ao campesinato, procurando fazer dele uma força eleitoral e uma base social de apoio aos seus sinistros planos de regresso do fascismo ou, os mais amenos, de vitória da social-democracia, o Partido Comunista Português não descobriu agora o campesinato. Desde o primeiro momento, desde a sua fundação encontramos na teoria e na prática do PCP, e denúncia das condições de vida do campesinato entre nós, a luta pela melhoria das suas condições de trabalho e de vida, o combate pela sua aliança com o proletariado rural, condição para a vitória da Reforma Agrária e da democracia.

Na aurora da sua vida, o PCP dizia: «Atrair, os camponeses pobres ou pequenos proprietários é para nós não só uma necessidade política mas também uma necessidade económica importante e urgente».

Hoje, o CC do PCP diz: «Os pequenos e médios agricultores, proprietários e rendeiros asseguram uma importante parte da produção agrícola e pecuária. A recuperação económica do País exige que finalmente sejam atendidas as suas justas reclamações. Assegurando-lhes completo apoio e solidariedade, o CC do PCP sauda calorosamente os pequenos e médios agricultores pela sua luta corajosa e pelos consideráveis progressos realizados na sua organização, unidade e acção». (Resolução do CC do PCP, reunião de 24 de Outubro de 1977).

Cada militante do PCP, e muito particularmente os que vivem e trabalham nos campos, os que são trabalhadores de UCPs e Cooperativas têm de desenvolver um grande esforço de solidariedade para com os pequenos e médios agricultores, aliando-se com eles para que melhores dias num futuro democrático e de liberdade nasçam no nosso País. Lutar pela consolidação e reforço da aliança entre trabalhadores das UCPs, entre o proletariado rural e os pequenos e médios agricultores é ganhar a vitória da Reforma Agrária e da democracia.

O exemplo de Aveiro

ASCENÇÃO E QUEDA DE UMA MANIFESTAÇÃO FASCISTA

Conhecer as formas de mobilização e de organização das manifestações fascistas constitui meio caminho andado para, reconhecendo-as, não embarcar nelas. Ainda que muitos e variados sejam os recursos «imaginativos» das organizações fascistas, utilizados de manifestação em manifestação, alguns ingredientes da sua propaganda permanecem inalteráveis: o profundo anticomunismo, o boato, o incentivo à violência, a «preocupação» paternalista com os problemas reais da população (que bem conhecem porque muito contribuiram para o seu aparecimento e agudização) e a promessa de soluções mágicas a sair da manga da reacção.

Como exemplo recente, temos a manifestação da CAP em Aveiro, realizada no passado dia 25 de Novembro. Mobilizando meios excepcionais para esta concentração, a CAP utilizou, por um lado, um circuito subterrâneo de propaganda através dos caciques locais ou carta particular assinada onde pedia a vinda de tractores. O padre Garrido da freguesia de Pardilhó, entre outros, aproveitaria a missa do domingo anterior à manifestação para apelar do altar à mobilização de agricultores para irem «defender a liberdade» à manifestação da CAP. Por outro lado, a CAP utilizaria uma profusa agitação, da qual se conhecem pelo menos seis textos diferentes, alguns com menção de tipografia (por exemplo, a «Minerva» de Aveiro, a «Ideal» de Braga) distribuídos praticamente em todo o distrito e estendendo esta distribuição até aos distritos de Viseu, Guarda e ao Norte de Coimbra. Carros de som percorreram diversas localidades, designadamente Oliveira de Azeméis, Ovar, Águeda, Gafanhas, Oliveirinha e arredores de Aveiro. A propaganda surgiu, em força, três dias antes da manifestação, privilegiando-se o contacto pessoal e iniciando-se uma campanha de boatos nos quais se incluiam projectos de assalto ao Centro do PCP e a escritórios de advogados progressistas, referindo concretamente os democratas Seiça Neves, Neto Brandão, Carlos Candal e Flávio Sardo. De notar que só na véspera os panfletos fascistas referiam o local de concentração junto ao «Pão de Açúcar». Acentuou-se o anticomunismo na propaganda reaccionária («Vamos a Aveiro esmagar os comunistas!») ao mesmo tempo que se começou a inflectir a agitação para os problemas da lavoura, nomeadamente da batata.

«Horário» da manifestação fascista da CAP

13 horas do dia 25 — Junto ao «Pão de Açúcar» não há ninguém. Aos poucos chegam-se a juntar seis tractores. O que supõe um local diferente de concentração, hipótese comprovada pelo facto de terem começado a passar grupos que iam directamente para o Rossio;

14.45 horas — Mobilização na zona de Canelas, Salréu, Estarreja, Valega, S. Martinho e Murtosa: cerca de 50 carros, três dezenas de tractores, 2 ou 3 panos, algumas camionetas abertas, mas nenhum autocarro, num total de cerca de 400 pessoas: por volta da mesma hora, em Oliveira de Azeméis, um agente de seguros do CDS, que funciona no mesmo edifício do Centro de Trabalho do PCP, encerra as suas portas. João Moreno e Mário Poeira, empresas de construção civil, encerram para os trabalhadores virem a Aveiro. Concentram-se em seis carros chefiados por um cacique local e tomam o caminho da cidade;

15 horas — De uma camioneta de carreira do Caramulo distribui-se propaganda; à mesma hora começam a juntar-se pessoas no Rossio. Virão a ser cerca de 1 000. Haviam chegado algumas camionetas cheias. Ouvem-se gritos «Abaixo o comunismo», «Viva o CDS e o PPD», que não «colam». Cerca de 50 tractores, alguns homens de boa idade com aspecto de camponeses. Um letreiro grande de Vale de Cambra, donde parece ter vindo muita gente (os bilhetes era a 60$00 e os padres não se pouparam a anúncios sobre esta «democrática» manifestação...)

15.45 horas — Os organizadores, todos «bem aperaltados», mandam avançar os tractores para a praça e para trás do palco. A concentração fica com um ar «mais composto» parecendo o Rossio mais cheio. O «representante do Alentejo» avança com o primeiro discurso: anticomunismo cerrado. Poucas palmas.

Até às 17 horas — Ao som da música inglesa, são chamados para a mesa, entre outros, os representantes das Cooperativas de Oliveira de Azeméis e de Oliveira do Bairro; pede-se a comparência de João Tavares e de José Moreira Pandeirada. Fala um tal Augusto que pede «respeito pela propriedade privada e pelo Evangelho». Depois um Ferreira dos Santos, gritando que «temos de isolar os comunistas do nosso convívio», «faremos outro 25 de Novembro», «portugueses é preciso salvar Portugal dessa corja de malfeitores». Prosseguindo no mesmo estilo, Tavares da Cooperativa de Oliveira de Azeméis faz um apelo ao MAP para «defesa da propriedade privada», «a Reforma Agrária é um luxo, ali vivem apenas 6% dos homens que trabalham na agricultura». Fala ainda um representante da Associação de Agricultores do distrito de Aveiro.

17 horas — Casqueiro toma a palavra com gente já a debandar. Faz anticomunismo, anti-soarismo, antigoverno com louvas-louvas a Barreto. Ameaça pôr o país a comer parafusos: «Não é com centenas de milhares de manifestantes em Lisboa que ganham, porque somos muitos e podemos pô-los a comer parafusos se pararmos». Perante o movimento de abandono, Casqueiro diz que aguentem porque vai ser votada uma moção.

17.15 horas — Casqueiro começa a lê-la com a debandada em pleno. A moção não chega a ser votada por falta de gente... Ficam as últimas estrofes do hino nacional sós no Rossio. Cabeças murchas tomam o caminho da estação, um ou outro carro passa, dizendo vivas à CAP. Em pouco tempo, da presença dos fascistas e daqueles que eles arrebanharam ao engano, não resta senão um Rossio solitário, de chão mais sujo, de ar ainda poluido...

Como se luta contra as manifestações fascistas

Exemplo da luta contra esta manifestação de CAP e contra todas as manifestações fascistas foi dado em Aveiro. Uma intensa contrapropaganda das forças democraticas, em documentos e tarjetas denunciavam as intenções da CAP, esclarecia os mais incautos. Desta propaganda destacam-se os documentos das seguintes organizações e grupos: «Comissões da Lavoura», «Agricultores Unidos dos Baldios de Vale de Cambra», «Um Grupo de Agricultores de Estareja», num «Grupo de Agricultores de Águeda», «Associação de Agricultores da Bairrada», «Arado» e um comunicado da Comissão Concelhia de Aveiro do PCP.

A receptividade das populações ao esclarecimento das associações de classe dos pequenos e médios agricultores e das forças democraticas foi evidente não só no seu interesse pela propaganda distribuída como ainda e, sobretudo, no fracasso da manifestação da CAP: alguns dos que vieram em camionetas, ficaram-se pela cidade fazendo compras; os que foram até ao Rossio somariam talvez pouco mais de mil no cálculo mais largo. O desinteresse da multidão viu-se na recepção ao líder da CAP, Casqueiro, no desprezo pela «importante» moção não votada. Nem com patrões a dar folga, senhores locais e prometer benesses, bilhetes ao preço da chuva e certos padres a utilizar o altar para propaganda reaccionária a CAP consegue já levar muita gente...

CONCELHO DE SINES: QUE FUTURO?

Situado *no extremo* sul do distrito de Setúbal o concelho de Sines é hoje quase um *estranho na* nossa memória ainda impregnada de toda a amena beleza que era possível *disfrutar* numa das praias mais privilegiadas de Portugal.

A *praia* desapareceu e em *seu lugar* surgiram as obras do *controverso* Complexo de *Sines*, cuja viabilidade é tão *duvidosa* que nos leva *a* pensar se terá valido a pena sacrificar um óptimo local de veraneio acessível a grande parte da população.

Embora não seja desta gigantesca obra que nos iremos ocupar, mas sim do próprio município de Sines, do seu trabalho e das suas perspectivas, torna-se impossível dissociar estas duas realidades, de tal modo o primeiro viria a condicionar o segundo.

Segundo o censo essecialmente da pesca, da pequena agricultura de subsistência e um pouco de turismo na época de Verão, Sines, que segundo o censo de 1971 contava com uma população de cerca de seis mil habitantes, viu este número triplicar com a construção do Complexo, enquanto o decreto de Marcelo Caetano que formava o Gabinete da Área de Sines retirava à respectiva Câmara Municipal todo o seu poder administrativo. Entretanto, como a implantação de um grande centro urbano com implicações no desenvolvimento regional e local (previsto pelo Gabinete), não viria a ser acompanhado pela necessária criação de infra-estruturas que proporcionassem um desenvolvimento harmonioso, os problemas existentes no concelho agudizaram-se.

Enquanto a Câmara Municipal ficava reduzida ao trabalho burocrático de passar certidões, atestados e similares, ao Gabinete da Área de Sines (GAS) cabiam todas as decisões quanto a urbanização, saneamento, electrificação, etc. Das arbitrariedades exercidas pelo GAS pode salientar-se, a título de exemplo, as expropriações de terrenos conseguidas através das mais torpes formas de coacção e que liquidaram completamente a pequena agricultura; ou ainda a proibição da autoconstrução que, como não foi acompanhada pela construção de habitações cada vez mais necessárias, viria a tornar-se num verdadeiro incentivo à construção clandestina e à especulação dos senhorios.

Com o 25 de Abril a situação modificou-se um pouco, ainda que os problemas estejam longe de estar resolvidos. A Câmara Municipal recuperou autonomia administrativa, ficando a sua área de actuação circunscrita a Sines, Porto Covo e Senega (englobadas nas freguesias de Sines e Santiago do Cacém).

Apesar de todas as dificuldades encontradas, a gestão democrática do município (inicialmente uma Comissão Administrativa e posteriormente a FEPU, que dispõe de maioria absoluta no concelho) permitiu resolver bastantes problemas. Desde a construção de fogos ao fornecimento de projectos gratuitos para autoconstrução; do melhoramento no sistema de esgotos aos arruamentos e estradas construídas por todo o concelho; da electrificação ao apoio das organizações populares, muitas têm sido as realizações que permitiram melhorar as condições de vida das populações, cuja participação na vida local é não só estimulada como considerada indispensável para uma verdadeira gestão democrática.

FALTA DE HABITAÇÃO O MAIOR PROBLEMA

Nos dias que correm é manifestamente impossível alugar uma casa em Sines. Na melhor das hipóteses, consegue-se um quarto, pela "módica" quantia de três a quatro mil escudos!

As responsabilidades do GAS nesta matéria não são pequenas. Segundo os seus planos, St.º André virá a ser a futura cidade do concelho, e Sines tornar-se-á no "Cais do Sodré" local. Projectado para receber 100 mil habitantes na fase final, o novo centro urbano deveria ficar com condições para funcionar com 50 mil habitantes a partir de 1980/82.

Mas o que se passa na realidade? Estando inicialmente prevista a construção de 4500 fogos até fins de 1978, o número para que actualmente se aponta não execede os 1200 e os mais realistas crêem que nem oitocentos estarão prontos nessa data. Por outro lado, o futuro centro urbano continuará a ser durante bastante tempo ainda apenas um dormitório dos trabalhadores do Complexo, dado que não foram criadas quaisquer infraestruturas. Não existem escolas, nem postos médicos, nem telefones, nem cafés, nem cinemas. Existem locais para dormir. E poucos.

As consequências de tal estado de coisas recaiem, evidentemente, sobre Sines. Uma vila superlotada, onde a construção clandestina alastrou (os barracões alugam-se a bom preço), onde o custo de vida subiu em flecha.

O problema habitacional de Sines poderia ser em parte resolvido se o plano geral de urbanização, que prevê a construção de cerca de dois mil e duzentos fogos fosse aprovado. Acontece porém que o referido plano, à espera de aprovação desde Junho do corrente ano, parece ter-se "perdido" nas gavetas do Ministério da Habitação... Porque, se não se perdeu, que se poderá pensar da operacionalidade de um Ministério que ao fim de meio ano ainda não teve tempo de se pronunciar sobre um projecto com um tal carácter de urgência?

O número de fogos previstos no plano esgota as possibilidades de desenvolvimento de Sines. Para além deste projecto, a expansão no concelho só é viável em St.º André. De que está à espera o GAS? Ou será que para o Gabinete é mais importante construir "self-services" como o existente em Sines, onde foram gastos 50 mil contos (dos dinheiros públicos)?

Refira-se a propósito, como "curiosidade", que o mesmo GAS gastou na construção de 52 fogos apenas 17 mil contos. Quantos fogos não teria sido possível construir com os 50 mil esbanjados no "self-service"?

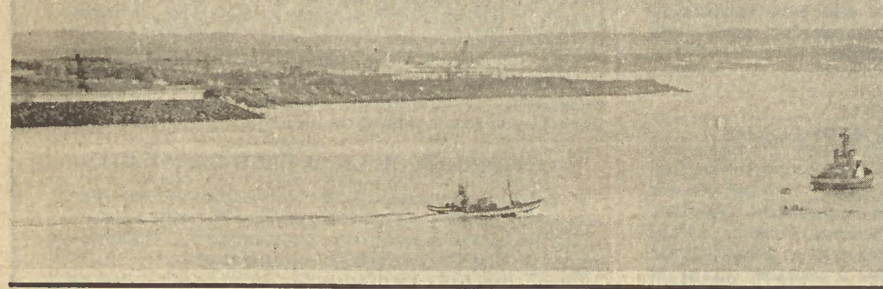
Como se refere no Programa de Acção da Câmara Municipal de Sines, é indispensável **acelerar ao máximo a correcção dos desequilíbrios existentes e conseguir harmonizar a médio prazo o desenvolvimento do concelho com o desenvolvimento do próprio complexo industrial.**

Mas para que tal seja possível, para que a concentração de esforços dos democratas responsáveis pelo gestão do concelho consiga os seus elevados objectivos, é indispensável que pratique uma política de efectiva descentralização financeira.

Para quando a lei das finanças locais de que as autarquias continuam à espera?

O Programa de Acção da Câmara Municipal de Sines, onde o problema habitacional ocupa o primeiro plano, logo seguido pela resolução de problemas de equipamentos (mercado municipal, ampliação do parque de campismo, limpeza e higiene pública), criação de condições para o desenvolvimento de actividades culturais e desportivas e melhoria da rede viária é, segundo os seus autores, apesar de ambicioso, realizável.

Mas o apoio das populações, o trabalho e o espírito de sacrifício que caracteriza os que levam à prática uma gestão democrática não bastam para vencer todos os obstáculos. Ao Governo cabe uma cota-parte das responsabilidades.



ELEITOS DA FEPU NO NORTE REUNIDOS SÁBADO E DOMINGO NO PORTO

– entrevista com Cassiano Abreu Lima, membro da Comissão Organizadora e da Assembleia Municipal do Porto

O Grande Encontro de Eleitos da Frente Eleitoral Povo Unido, que se vai realizar, sábado e domingo, no Palácio de Cristal, no Porto, vai contribuir seguramente para o reforço da unidade de todos quantos lutam em defesa das grandes conquistas populares do 25 de Abril, para o seu aprofundamento e para a construção de um Portugal novo, democrático, próspero e independente.

Com estas palavras Cassiano Abreu Lima, membro da Assembleia Municipal do Porto e da Comissão Organizadora daquela iniciativa, concluiu em entrevista ao «Avante!«, a propósito da importante reunião que terá lugar na nave central do Palácio, para onde convergirão milhares de pessoas interessadas na superação das inúmeras carências da população e na transformação das autarquias locais numa eficiente alavanca para a construção de uma vida melhor.

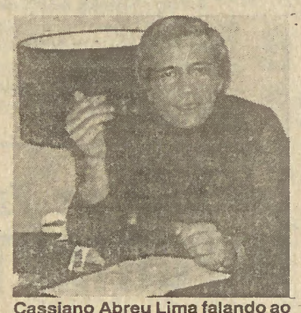
ANÁLISE E BALANÇO DE UM ANO DE TRABALHO

Segundo revelou o nosso interlocutor, o objectivo fundamental do Encontro é a *análise e o debate da vasta gama de experiências recolhidas ao longo de um ano de participação na administração democrática das autarquias locais da região. Como sabe,* acentuou, *há uma grande diversidade de situações no plano político, económico e social no Norte que, obviamente, acarreta uma grande diversidade das experiências acumuladas pelos membros da FEPU que integram os órgãos do poder local.*

Explicitando, Cassiano Abreu Lima acrescentou:

Como é sabido, a correlação das forças políticas é distinta de distrito para distrito, de concelho para concelho e, dentro destes, de freguesia para freguesia, assim como é diferente a influência dos que têm como lema servir os interesses das populações e dos que, ao contrário, se procuram servir do povo para defender os seus interesses, os seus privilégios e os seus desígnios. Ali, é ampla a unidade de todos os que se batem pela resolução dos problemas das populações e pela melhoria das suas condições de vida, ultrapassando na luta por objectivos comuns as divergências secundárias. Ao contrário, noutra terra, essa unidade é dificultada pelo sectarismo e pelo preconceito, com prejuízos enormes para o bom trabalho das autarquias.

Prosseguindo, acentuou que, nuns casos, *a tarefa priorirátia é a satisfação de inúmeras necessidades e carências primárias, sentidas há muitos anos — a abertura de uma estrada ou do caminho, o abastecimento de água. Noutros, há que atacar e vencer questões muito mais complexas, como seja o planeamento urbano, os transportes públicos, a reconstrução de grandes áreas de habitação degradada. Além disso, como é do domínio público, nesta região são variáveis os meios materiais e humanos ao dispor das autarquias, assim como distinto de local para local é o grau de consciência política e social e de organização das populações locais, bem como o seu empenhamento e participação na resolução dos problemas concretos.*



Cassiano Abreu Lima falando ao "Avante!"

Esta enumeração, necessariamente sumária, de vários dos parâmetros que condicionam a actuação dos eleitos da FEPU traduz a necessidade e a importância da realização do Encontro, acentuou o nosso interlocutor. *Nos dois dias,* acrescentou, *vamos procurar fazer um balanço de um ano de actividade, do que se fez e do que deve ser feito, dos êxitos e dos insucessos, visando — através da generalização do que for generalizável — orientações para o futuro.*

O acto eleitoral que se realizou em 15 de Dezembro de 1976 contribuiu para a consolidação e estabilização do regime democrático. Depois de ter salientado o facto da realização do Encontro de Eleitos do Norte quase coincidir com aquela importante efeméride, e de ter realçado o sentido comemorativo do facto, o nosso interlocutor revelou-nos que a reunião será preenchida com comunicações, mesas-redondas, cursos, entrevistas com eleitos, exposição fotográfica e documental, culminando com um comício festa de encerramento, aberto à população do Porto e arredores.

De seguida Cassiano Abreu Lima declarou que a reunião terá dois tipos de participantes: eleitos e convidados. *Os primeiros,* revelou, *são todos os que as populações dos cinco distritos do Norte elegeram, no ano transacto, para os órgãos das autarquias locais, por intermédio de listas da FEPU ou de listas propostas por grupos de cidadãos eleitores integrados no mesmo espírito unitário.*

Por outro lado, como convidados poderão participar na reunião os membros das comissões e organizações que apoiaram e apoiam aquelas listas e os eleitos; os membros das citadas listas que não chegarama ser eleitos; os membros (em representação ou não) de organizações populares; todos os que, lado a lado, com os eleitos da FEPU ou pelas listas de cidadãos eleitores, nos diversos órgãos autárquicos, lutam pela resolução dos problemas da população e pelos progressos das suas terras.

Depois de ter salientado a importância de uma grande participação nos trabalhos, o nosso interlocutor revelou que as despesas com o Encontro devem ascender a várias dezenas de contos. Apelando para o bom acolhimento das iniciativas de recolha de fundos programados pela Comissão Executiva, Cassiano Abreu Lima realçou a necessidade dos participantes procurarem obter fundos nas suas localidades e de os remeterem, com brevidade, à organização a funcionar na Rua de Santa Helena, 86-A, no Porto.

Regulamentar liberdade de expressão é anticonstitucional

A pretexto de "limpar" e de "retirar o aspecto anarquisante" com que, na opinião de alguns, tem sido feita a propaganda política nas cidades e vilas do nosso país, assiste-se de a algum tempo a esta parte a diversas tomadas de posição de certas autarquias locais tendentes a "regulamentar" a liberdade de expressão dos cidadãos portugueses.

Escudando-se por detrás de "preocupações de limpeza" mas nada fazendo na realidade para salvaguardar a saúde pública dos perigos que representam as inúmeras lixeiras que se amontoam e proliferam por todo o lado; afirmando pretender defender os monumentos públicos mas atacando apenas a propaganda das forças progressistas e das organizações de trabalhadores e populares, tais medidas visam um objectivo muito claro — limitar a liberdade de expressão!

Mas, para além de tudo o que se pretende atingir com essas "regulamentações" tão em voga, importa perguntar que direito têm as autarquias de deliberar sobre tal assunto. A resposta é uma só — nenhum!

A Constituição da República Portuguesa é bem clara quanto a este assunto. Não só afirma no seu 37.º artigo que *todos têm o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento (...) sem impedimentos nem discriminações,* como o *exercício destes direitos não pode ser impedido ou limitado por qualquer tipo ou forma de censura.*

Por outro lado, também o Artigo 167.º da Constituição não deixa qualquer margem para dúvidas, pois diz expressamente que *é da exclusiva competência da Assembleia da República legislar* sobre (entre outras matérias) direitos, liberdades e garantias.

As "regulamentações" do exercício das liberdades, sejam elas quais forem, pelas autarquias locais é inconstitucional.

Que tenha sido o PS a dar o exemplo, a cometer tal inconstitucionalidade, é de lamentar. Mas a Constituição está em vigor. Nenhumas "regulamentações", sejam a pretexto de limpezas sejam a que pretexto forem podem ser consideradas legais. Lutar pelo cumprimento do que está consignado na lei geral da República é um dever de todos os democratas.

Defendamos a Constituição.

Casa de convívio em Moscavide para a terceira idade

Por proposta da FEPU, a Assembleia de Freguesia de Moscavide aprovou na sua última reunião, por unanimidade, a criação de um centro de convívio para reformados e terceira idade e ainda a instalação provisória da Comissão de Reformados local na parte vaga do edifício onde está instalada a Recebedoria dos Serviços Municipalizados de Água e Electricidade e Saneamento de Loures.

A Assembleia de Freguesia, que decidiu ainda exigir da Câmara Municipal de Loures uma tomada de decisão que ponha termo às especulações e fraudes que estão a ser cometidas em torno das vendas de andares com mais de vinte anos, voltará a reunir no próximo dia 14, às 21.30, no Pavilhão do Atlético Clube de Moscavide.

Apoio aos moradores "ocupantes"

A Assembleia de Freguesia do Coração de Jesus aprovou recentemente uma moção de apoio à Comissão de Luta pelo Direito à Habitação, cujo objectivo, recorda-se, é conseguir a suspensão dos despejos e fazer aprovar um novo decreto-lei que tenha em consideração as necessidades dos moradores naquelas condições.

Na moção, proposta pela FEPU, a Assembleia de Freguesia solicita ao ministro da Justiça que receba a Comissão de Luta e atenda os seus justos anseios, e alerta os grupos parlamentares para a importância de que se reveste a aprovação, pela Assembleia da República, de uma amnistia para os casos de ocupação verificados após 14 de Abril de 1975.

Gasómetro de Benfica contestado pela população

A construção de um gasómetro no Calhariz de Benfica está a provocar a justa indignação dos moradores da freguesia, que o consideram um atentado à integridade das pessoas e do ambiente.

Levado o problema à Assembleia de Freguesia, esta viria a deliberar, após longo debate (os eleitos do PS e do PSD afirmam opor-se à construção do gasómetro e consideram não estar ainda suficientemente esclarecidos dos perigos que este pode acarretar) criar um grupo de trabalho que deverá contactar a Câmara Municipal de Lisboa e as entidades competentes para impedir a construção daquele depósito de gás.

Por proposta da FEPU, o grupo de trabalho será constituído por um representante da Junta e outro da Assembleia de Freguesia e por toda a Comissão de Moradores, mandatada pela população para defender os seus interesses.

Abolir resquícios do fascismo

As placas toponímicas de uma povoação devem constituir uma galeria onde se dê o devido destaque aos nomes daqueles que se tenham distinguido através do seu exemplo e da sua dignidade do comum dos portugueses — afirmou o primeiro-secretário da Assembleia Municipal do Porto, do PS, ao alertar na última sessão deste órgão autárquico a Câmara e os munícipes para a existência de placas toponímicas que representam resquícios do fascismo.

Num momento em que as forças da direita antidemocrática triunfalisticamente se manifestam à luz do dia, com todo o cortejo de saudações nazis, à mistura com as brigadas organizadas de caceteiros, no assalto à democracia e à legalidade democrática — sublinhou — *este alerta encontrará eco em todos aqueles que se encontram atentos e vigilantes. Trata-se de repor a justiça, cultivar os exemplos verdadeiramente democráticos e através de um saneamento criterioso abolir os resquícios do fascismo. A democracia não pode ser por mais tempo tolerante para com os inimigos da democracia.*

Reforçando a importância deste alerta, Cassiano de Abreu, da FEPU, recordou à Assembleia que a vigilância é tanto mais necessária quanto se verifica que algumas autarquias começaram a repor nas ruas os nomes do fascismo que a população havia substituído após o 25 de Abril.

Já na ordem de trabalhos, a Assembleia Municipal do Porto elegeu para seu representante na Assembleia Distrital do Porto o presidente da Junta de Freguesia da Foz.

LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
PORTO
COOPERATIVA ÁRVORE
Rua Azevedo Albuquerque, 1
COIMBRA
FACULDADE DE LETRAS
EVORA
MAGISTÉRIO PRIMÁRIO

15% DESCONTO

4 500 TITULOS
• LIVROS TÉCNICOS
• HISTÓRIA
• SOCIOLOGIA
• LITERATURA
• ECONOMIA
• LIVROS INFANTIS
DISCOS

2FU
FEIRA UNIVERSITARIA DO LIVRO
12/DEZ. A 17/DEZ./77

Exposição-Venda de Natal
no
Centro de Trabalho Vitória

A partir do dia 10 podes fazer as tuas compras de Natal.

No Centro Vitória, encontrarás tudo o que desejas para os teus familiares e para os teus amigos.

ALGUMAS SUGESTÕES PARA AS TUAS OFERTAS:

Desenhos da Prisão (Álbum)	300$00
Desenhos da Prisão emoldurados (cada quadro)	300$00
Os Dez Dias que Abalaram o Mundo	150$00
Obras Escolhidas de Lénine – I vol.	250$00
Tela de Lénine	500$00
Uma Certa Maneira de Cantar	250$00
A Nossa História é a Luta do Povo	100$00
Até Amanhã Camaradas	120$00
A Saída da Crise	60$00
A Revolução Portuguesa, o Passado e o Futuro	100$00
Biografia de Marx	25$00
Biografia de Engels	90$00
Biografia de Lénine	50$00
Biografia de Dimitrov	25$00

OFERTA
Compra as nossas sugestões, apresenta esta talão no Centro Vitória e receberás a nossa oferta-brinde!

LENINE E A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO
Albert Williams

O testemunho da queda do antigo regime e da vitória da grande revolução russa numa descrição do jornalista Albert Williams que assistiu à marcha triunfante do poder soviético em todo o país.

edições Avante!

Amanhã em Ovar

AS GRANDES MANIFESTAÇÕES CONTINUAM

O carácter nacional e patriótico das manifestações populares acentua-se. Os trabalhadores descem à rua nas próprias localidades. Não precisam de ser arregimentados pela província, como tenta fazer sem êxito a direita reaccionária. As manifestações pelos objectivos nacionais não se fazem apenas em Lisboa e no Porto. Braga, Viana do Castelo, Tramagal, Samora Correia, Marinha Grande, Portimão viram na rua milhares de trabalhadores. A luta prosseguirá – garante o Movimento Sindical.

A próxima manifestação está marcada para amanhã, em Ovar.

Centenas e centenas de milhar de trabalhadores têm-se manifestado em defesa dos seus interesses. A foto documenta o que se passou no Tramagal

Em Portimão, perante cerca de 2500 manifestantes, Raimundo Pedro, em representação da União dos Sindicatos de Faro, afirmava: «Os trabalhadores têm alternativa para a saída da crise. Mas ela será em defesa dos direitos conquistados e da Constituição. Não em benefício do capitalismo».

Na Marinha Grande os mesmos objectivos, a mesma luta. A denúncia pública da repressão patronal, do desprezo pela Constituição, de actuações dignas do fascismo, como a do patrão da Grandarte, que impediu, com tentativa de agressão, que fossem distribuidos aos trabalhadores da empresa os comunicados relativos à manifestação.

Em Ovar, amanhã, contra os despedimentos selectivos, que atingem dirigentes e delegados sindicais, trabalhadores dedicados à defesa dos direitos dos seus colegas de trabalho. Aí se concentrarão trabalhadores de todo o distrito, ao apelo da União dos Sindicatos e pelos mesmos objectivos das manifestações anteriores.

Por sua vez, a União dos Sindicatos e a Cintura Industrial, ambas de Lisboa, garantiam, entretanto, que a luta prosseguirá, enquanto se mantém a abertura dos trabalhadores ao diálogo com os órgãos do poder para a saída da crise.

No Porto, a última Reunião Geral de Sindicatos, na sede da União, apelava, por seu turno, para o reforço da luta dos trabalhadores em defesa dos direitos alcançados e das conquistas de Abril. Campanhas de solidariedade para com os trabalhadores vítimas de repressão patronal é uma das linhas do rumo a seguir, exigindo a reintegração dos despedidos e fortalecendo a luta nos locais de trabalho.

O PCP e as nacionalizações

PROSSEGUE A PREPARAÇÃO DA CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE A DINAMIZAÇÃO DO SECTOR

A Constituição em vigor, que não pode ser revista antes de 1980, considera «irreversíveis» as nacionalizações. Mesmo daqui a três anos nenhuma revisão pode atacar essa conquista de Abril.

Mas a Constituição é uma coisa e a prática do Governo é outra. Por isso, os inimigos das nacionalizações se infiltram em algumas das mais importantes empresas e bancos desse sector. Por isso, na Portucel se tramam nas costas dos trabalhadores as readmissões e indemnizações a antigas personalidades legalmente afastadas do controlo da empresa. Por isso, nesse e noutros casos, as organizações dos trabalhadores são impedidas de qualquer gesto eficaz no âmbito do controlo de gestão — outra conquista consagrada na Lei de Abril que os recuperadores monopolistas tudo fazem para tornar impraticável.

É neste contexto, aqui apenas aflorado, que o PCP prepara activamente a Conferência Nacional sobre a dinamização do sector, que reunirá em princípios do próximo ano.

Acelerar o ritmo da preparação é a palavra de ordem para todos os militantes ligados às empresas e bancos nacionalizados. A tarefa não é pequena. Em linhas gerais, trata-se de examinar as soluções e os métodos para fazer frente a quaisquer tentativas directas ou indirectas de destruir ou reprivatizar as empresas nacionalizadas. Trata-se de «melhorar a eficiência económica do sector nacionalizado e dar-lhe o papel que lhe cabe na recuperação económica e no desenvolvimento», definindo «as formas de intervenção dos trabalhadores para alcançar esse resultado». Como assinalou o Comité Central do PCP, no documento saído da sua reunião de 24 de Outubro findo, **o sector nacionalizado tem um papel determinante a desempenhar na saída da crise, na recuperação económica, no desenvolvimento do País e na defesa do regime democrático.**

A Conferência Nacional sobre a Dinamização do Sector Nacionalizado abarcará um leque muito vasto de temas e problemas. Entre eles figurará o controlo de gestão que, ainda segundo aquele documento do PCP, «representou um papel de relevo na defesa das empresas contra a sabotagem económica do patronato reaccionário e na laboração e reanimação de numerosas empresas que, sem o controlo operário, teriam falido ou encerrado as portas».

Reconhecido na Constituição pelo nome de controlo de gestão, o seu exercício pertence por direito às Comissões de Trabalhadores e é parte integrante do regime democrático português.

A AMEAÇA DA FALÊNCIA ATINGE PROFUNDAMENTE O PEQUENO COMÉRCIO

Os pequenos e médios comerciantes e industriais são duramente afectados pela política económica do Governo. A perspectiva da falência a curto prazo atinge milhares de pequenas lojas e oficinas.

«Como verdadeiros aliados das classes trabalhadoras, os pequenos e médios comerciantes e industriais comunistas entendem que pode e deve ser assegurada uma verdadeira política de recuperação económica e nacional com a actualização dos salários, a contenção dos preços e a redução do desemprego como factores do alargamento do mercado interno, de estímulo à produção e de aumento das energias produtivas» — afirma, num comunicado à população, o Organismo dos Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais da Organização Concelhia do Barreiro do PCP.

Uma política com os trabalhadores e nunca contra os trabalhadores é apontada pelos comerciantes e industriais comunistas como indispensável para sair da crise que aflige milhares de pequenos patrões falidos ou ameaçados de falência.

O comunicado «chama a atenção para a responsabilidade governamental que, com a sua política de cedências à direita reaccionária», só tem agravado as «condições de vida das classes trabalhadoras, que se reflectem no nosso sector, vítima também dos interesses de um número reduzido de grandes capitalistas sabotadores e especuladores, que se traduz por um aumento brutal do custo de vida, pelo bloqueamento dos salários e das pensões, pela subida vertiginosa dos impostos, principalmente daqueles que atingem as classes trabalhadoras, pelo aumento dos despedimentos e do desemprego, pelo recurso à repressão».

Sair da crise — lembram os comerciantes — nunca será possível com o «prosseguimento da política dos pacotes, reflexo dos empréstimos da 'Europa Connosco!' *e quejandos, que põem em perigo a democracia, a economia e a independência nacional*».

Eleições sindicais

LISTAS UNITÁRIAS CONTINUAM A VENCER

As eleições sindicais continuam a demonstrar a implantação da unidade entre os trabalhadores portugueses. Semana a semana, nos últimos meses, dezenas de sindicatos escolheram a unica via capaz de manter o Movimento Sindical ao serviço da classe operária e das restantes classes trabalhadoras. A unidade, factor comum da vitória, tem tido expressão activa em listas com representantes de várias correntes políticas. A maioria dos trabalhadores vota nelas porque os seus programas unitários lhes merecem confiança, porque sabem que serão respeitados os princípios da unidade, independência, democracia e liberdade que presidem ao Movimento Sindical português.

As últimas vitórias da unidade registaram-se no Sindicato dos Trabalhadores na Imprensa e no Sindicato dos Rodoviários de Coimbra. Neste último, concorreu uma única lista sob a sigla «Por um sindicato ao serviço dos trabalhadores». No da Imprensa, a lista divisionista foi batida.

almanaque
agenda popular 1978
CDL
O ALMANAQUE INDISPENSÁVEL PARA TODOS
datas, acontecimentos e figuras da história e da cultura portuguesa
factos salientes da luta do povo português
15 temas políticos da actualidade nacional
figuras e factos da luta revolucionária dos povos de todos os continentes
ciência * arte * cultura * desporto
um dicionário político
mais de 300 assuntos
mais de 300 fotografias
passatempos
informações úteis
À VENDA NOS PRÓXIMOS DIAS
FAÇA JÁ A SUA ENCOMENDA
NAS LIVRARIAS DA CDL

CAMARADAS FALECIDOS

JULIANA DIAS COELHO

Realizou-se ontem, para o cemitério de Benfica, o funeral da grande amiga do nosso Partido que foi Juliana Dias Coelho. A sua morte causou profunda magoa entre comunistas e antifascistas que, sobretudo nos tempos do fascismo, em sua casa foram acolhidas como se da família fossem, entre os que lhe conheceram o alto espirito de solidariedade e a coragem com que enfrentou as dores e perseguições que a atingiram. o assassinato pela Pide,de seu filho José Dias Coelho, a clandestinidade a que foram forçados outros dos seus filhos e familiares, a constante vigilância, os roubos, buscas e insultos a que a polícia política submeteu durante mais de duas décadas a sua casa e os seus.

À família agora de novo atingida, por intermédio do 'Avante!' o Partido Comunista Português apresenta sentidas condolências.

VICTOR DA COSTA

Quando regressava do Festival Cinematográfico de Leipzig, onde se deslocara no exercício da sua actividade profissional, faleceu em Burgos, no passado dia 3, vítima de doença, o conhecido director de produção cinematográfica Victor Costa, de 61 anos de idade.

Natural de Lisboa, Victor Francisco Teodoro da Costa foi militante activo da Juventude Comunista e do Socorro Vermelho Internacional e conheceu pessoalmente na Guerra Civil de Espanha entre outros, Palmiro Togliatti e o actual Presidente Tito.

Persistente lutador antifascista, sofreu diversas prisões nos anos 30 e 40.

A partir dos fins da última guerra mundial, começou a trabalhar na actividade cinematográfica, primeiro no sector da distribuição de filmes, que conhecia profundamente, e depois como chefe de produção e director de produção, estando o seu nome ligado a inúmeros filmes nacionais e estrangeiros.

Foi um dos promotores do movimento que em 1969 apeou da direcção do então denominado Sindicato Nacional dos Profissionais de Cinema a direcção fascista, tendo feito parte dos respectivos corpos gerentes até depois do 25 de Abril de 1974.

Era, actualmente, director de produção da Unidade de Produção Cinematográfica n.º 1/Jornal Cinematográfico Nacional, onde promoveu e orientou a produção de boa parte do que de mais válido se fez cinema no nosso país depois do 25 de Abril.

O desaparecimento deste camarada veio causar dolorosa consternação entre a generalidade dos seus camaradas de profissão e numerosos círculos do mundo do trabalho, onde era conhecido e estimado pela sua grande experiência, generosidade de carácter e espírito combativo.

JOÃO MIGUEL

Causou profunda mágoa a morte do camarada João Miguel, operário agrícola de 71 anos, natural de Canha — Montijo.

Velho militante, preso em 1949 e condenado em 4 anos de prisão, depois do 25 de Abril foi entusiasta lutador pela Reforma Agrária e grande animador das Comissões de Moradores da sua região, Craveira do Sul.

JOAQUIM PEDRO RAMALHO EUGÉNIO

Causou profunda consternação entre os seus camaradas de trabalho e os que com ele conviviam o recente falecimento do camarada Joaquim Pedro Ramalho Eugénio, trabalhador da firma Levitex, conforme o testemunham as diversas manifestações de pesar entretanto recebidas pelos seus familiares.

Aos familiares e companheiros destes camaradas falecidos e colectivo do «Avante!» apresenta as suas mais profundas condolências.

MUNDET

UMA DATA E UM NÚMERO

«E agora, senhor ministro, que vai o MIT inventar?» – perguntam os trabalhadores da Mundet, ao apresentarem, em conferência de Imprensa um saldo positivo de mais de 33 mil contos durante a gestão a seu cargo no período que medeia entre 1 de Janeiro e 30 de Setembro de 1977.

E porquê esta data para prestar contas? Porque foi em 30 de Setembro findo que a grande empresa corticeira, com sede no Seixal, tomou conhecimento em plenário de trabalhadores do texto da desintervenção e decidiu «não permitir a entrada do patronato que havia arruinado a empresa, prosseguir a laboração apenas sob a orientação da Comissão de Trabalhadores e formar piquetes de vigilância e protecção das instalações».

O caso Mundet é conhecido. Aqui mesmo, nas páginas do «Avante!» demos várias vezes o merecido destaque a esse esforço exemplar dos trabalhadores na gestão de uma empresa que o Governo quer destruir. Por isso, nos limitamos hoje a sublinhar uma data e um número: o dia 30 de Setembro, que os trabalhadores da Mundet não esquecerão, e um saldo positivo de 33 106 155$08, em 3/4 de um ano de trabalho, com o qual a sua Comissão prova o contrário do que caluniosamente foi dito em nota oficiosa do Ministério da Indústria e Tecnologia – calúnia provada que é alvo de um processo em tribunal.

LUTAS E TAREFAS DO MOVIMENTO SINDICAL

VAGA DE REPRESSÃO NAS EMPRESAS INTERVENCIONADAS

Convocado pela União dos Sindicatos de Lisboa (USL) e pelos Secretariados das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa (CIL), um plenário das empresas do concelho de Loures, denunciou no último sábado, em Santa Iria de Azóia, a escalada da repressão nas empresas desintervencionadas, que tem conduzido a numerosos despedimentos, suspensões e processos disciplinares. Representantes dos trabalhadores afirmaram que o patronato reaccionácio «usa a repressão, provoca despedimentos selectivos e colectivos, limita as liberdades sindicais e recomeça com a prática de vícios velhos, desviando matérias-primas e lucros em proveito próprio, com prejuízo para a produção e para a economia nacional».

SEGUROS DO NORTE: DIRECÇÃO PROPÕEM ABANDONO DA «CARTA ABERTA»

Em assembleia geral a realizar hoje, na Cooperativa dos Pedreiros, no Porto, os trabalhadores filiados no Sindicato dos Seguros do Norte vão discutir e votar uma proposta da direcção para abandonar o grupo divisionista da «Carta Aberta». Justino Santos,presidente da direcção do Sindicato afirma que «as atitudes de certos sindicalistas que aderiram aos princípios da «Carta Aberta», e que lá permaneçem, levam este movimento a uma política divisionista, enfeudada a forças partidárias, políticas e económicas do capitalismo nacional e internacional».

MESSA: 1700 TRABALHADORES EM RISCO DE DESEMPREGO

Numa exposição aos órgãos do poder, as organizações de trabalhadores da fábrica de máquinas de escrever MESSA (na falência) pedem que seja esclarecido urgentemente o futuro da empresa, no sentido de assegurar todos os postos de trabalho.

PERFILADORA: UNIDADE CONTRA A REPRESSÃO

Os patrões desta empresa do Porto preparam-se para castigar, ou despedir, um delegado sindical por ter mostrado à Delegação de Saúde as carências que põem em risco a segurança dos trabalhadores. A célula do PCP na Perfiladora protestando contra a arbitrariedade patronal, chama os trabalhadores à unidade contra as manobras divisionistas, para impedir a punição ou o despedimento do delegado sindical, que se limitou a cumprir o seu dever na defesa dos seus colegas de trabalho.

TRABALHADORES DEFENDEM SEMANA INGLESA

Noventa e sete por cento dos trabalhadores do comércio retalhista do Porto cumpriram as decisões do plenario geral de 25 de Novembro findo recusando-se a trabalhar na tarde do último sabado. A direcção do respectivo Sindicato afirma que «a resposta dos trabalhadores foi categórica e constitui uma afirmação inequívoca de que a classe não abdica dos seus direitos e conquistas».

PRT PARA OS ASSALARIADOS RURAIS

À semelhança das associações sindicais congéneres, de Lisboa, Centro e Norte do País, o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Coimbra tem vindo a promover plenarios com participação considerável em várias localidades do distrito e inscrições de associados. Nota saliente e comum é a exigência da publicação de uma Portaria de Regulamentação de Trabalho (PRT) para os assalariados, de acordo com as reinvidicações ja apresentadas ao ministério competente.

CONSTRUÇÃO CIVIL DE CASTELO BRANCO

Este sector sindical do distrito tem efectuado plenarios em vários locais para elevar a quotização, aprovar o regulamento eleitoral e aderir à Federação Nacional dos sindicatos de trabalhadores da construção civil.

PARARAM 98% DOS FERROVIÁRIOS DA CP

Cerca de 27 mil trabalhadores, em luta pela revisão do ACT, pararam por completo, decididos a mostrar ao Governo que «uma revisão contratual é feita para progredir e não para retroceder». A Comissão Negociadora Sindical, considerando a paralisação «uma vitória da unidade dos trabalhadores» faz votos para que o Governo abandone «a sua inqualificável atitude discriminatória em relação aos ferroviários» e aceite as suas reivindicações que são justas e realistas.

ASSEMBLEIA DOS MÚSICOS

Reúne amanhã, dia 10, na sede da Casa Pia Atlético Clube, no Largo do Conde Barão, 52, em Lisboa, pelas 14 horas, a Assembleia Geral do Sindicato dos Músicos com a seguinte ordem de trabalhos: «apreciar e deliberar sobre o orçamento geral para 1978, proposto pela direcção; construção da sede sindical; Portaria de Regulamentação de Trabalho; Federação dos Sindicatos dos Espectáculos»

COIMBRA PARTICIPA NA LUTA CONTRA OS DESPEDIMENTOS E O DESEMPREGO

Uma comissão eleita em pleario no último sábado, em Coimbra, por iniciativa da União dos Sindicatos, vai coordenar a luta contra o desemprego e os despedimentos no distrito, estabelecendo contactos com trabalhadores de outras regiões e desenvolvendo esforços junto das entidades governamentais, designadamente no sentido da execução de uma política económica que assegure a criação de novos postos de trabalho.

PREVIDÊNCIA EM LUTA PELO CONTRATO

83,2 por cento de adesão a nível nacional é o resultado altamente positivo da paralisação dos trabalhadores da Previdência, que voltarão a paralisar, em luta pelo contrato, segundo decisão aprovada no último sábado.

Uma proposta da Comissão Sindical Negociadora, nesse sentido, será apresentada hoje, em plenario de sindicatos, «para ratificação das formas de luta e responsabilização pela execução da greve». Ainda segundo a proposta, a CSN deve informar os trabalhadores e os beneficiarios, até ao próximo dia 12, sobre a data da paralisação.

DEVE 15 MIL CONTOS AOS TRABALHADORES E AUMENTA OS ADMINISTRADORES

A Sociedade Industrial de Gouveia (SIG), no distrito da Guarda, acaba de aumentar os ordenados de três administradores, num total de 17 contos mensais, enquanto a administração deve aos trabalhadores cerca de 15 mil contos de salários e a empresa se encontra em situação económica difícil. O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Lanifícios dos distritos da Guarda e Viseu considera essès aumentos uma provocação para que os trabalhadores «percam a cabeça» e a entidade patronal possa «ter uma saida airosa». As sugestões dos trabalhadores para solucionar os problemas da empresa têm sido desprezadas, tanto pela administração como pelas entidades governamentais do sector.

CGTP-IN em França

IMPORTANTES CONVERSAÇÕES COM A CGT

● Destaque para a defesa dos imigrantes

Num comunicado conjunto assinado em Paris pela CGT de França e pela CGTP-IN de Portugal, as duas centrais sindicais acordaram em desenvolver a cooperação em numerosos domínios. Entre eles, assinala-se a "defesa dos trabalhadores portugueses imigrados em França".

A delegação portuguesa, que incluia um responsável pelo sector de emigração da CGTP-Intersindical Nacional, regressou a Lisboa no domingo passado depois de uma a semana de visita a convite da CGT. Os delegados da central única dos trabalhadores portugueses tiveram importantes conversações com o bureau confederal da CGT (direcção) e com representantes dos vários departamentos confederais, incluindo o da mão-de-obra imigrada.

"A CGT – acrescenta o comunicado – reafirmou a sua inteira solidariedade à CGTP-IN, aos trabalhadores e ao povo português no seu combate contra as tentativas que visam destruir as conquistas democráticas alcançadas em Portugal depois de 48 anos de fascismo".

CONTRA O PLANO BARRE

"Vamos reforçar a defesa contra o Plano Barre", disse, ao regressar a Lisboa, Orlando Laranjeiro, do sector da emigração da CGTP-IN, que sublinhou ter encontrado entre os imigrantes "grande insatisfação perante a falta de apoio do Governo francês, nomeadamente no campo da educação". Falando aos jornalistas, Laranjeiro referiu-se à actividade de esclarecimento da CGT francesa junto dos imigrantes para que não recebam a indemnização destinada a afastá-los do país.

A delegação que, além do responsável pela emigração, incluia Álvaro Rana, da Comissão Executiva do Secretariado Nacional, e José Santana e Costa, membro do mesmo Secretariado, teve oportunidade de manter numerosas conversações com os trabalhadores portugueses imigrados em França, quando se deslocou a várias regiões para visitar organizações sindicais.

O comunicado conjunto assinala ainda que a delegação portuguesa, recebida pelo camarada Georges Seguy, secretário-geral da CGT, convidou uma delegação da central francesa a visitar Portugal.

UM ENCONTRO EXTREMAMENTE POSITIVO

"Extremamente positivo", o encontro, durante o qual foi reafirmada pelas duas organizações a solidariedade "com os povos da Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique em luta pelo reforço da sua independência nacional", serviu ainda para reforçar a cooperação, no que se refere às lutas operárias na Europa e à posição de repúdio pelas "agressões dos racistas da África do Sul" e pela "política neocolonialista das potências imperialistas da Europa Ocidental, entre elas a França e também a América do Norte".

Sector cooperativo e em autogestão

OS TRABALHADORES RECLAMAM REGULAMENTAÇÃO E APOIO

Um documento com as resoluções do último plenário das empresas em autogestão e cooperativas (EAG-COOPs) vai ser entregue aos órgãos do poder. Reunidos em Lisboa e no Porto no último sábado, os representantes dos trabalhadores reclamam a aprovação da lei para o sector. Uma das reivindicações é a de acabar com a possibilidade de, num período de dois anos, os patrões exigirem a restituição de empresas que sabotaram. Os plenários reafirmam o seu inteiro apoio ao Projecto de Lei 41/1 apresentado pelo PCP à Assembleia da República, que foi elaborado com base nas resoluções anteriormente aprovadas em plenários das EAG-COOPs.

As promessas do Governo continuam por cumprir. Os trabalhadores lutam com imensas dificuldades. Não podem ficar indefinidamente à espera da regulamentação do sector. O apoio técnico é imprescindível. Deve ser criado urgentemente um organismo para a formação técnica e profissional que permita uma gestão mais eficaz por parte dos trabalhadores. A viabilização ou reconversão dessas empresas deve ser estudada. O relançamento económico do sector exige o estudo e a aplicação de formas de financiamento adequadas.

Mas os trabalhadores das EAG-COOPs não estão dispostos a aceitar "qualquer legislação que ponha em causa os seus legítimos direitos, a sua capacidade de gestão e a posse legítima dos meios de produção das empresas que, com trabalho esforçado e elevada consciência de classe, mantiveram em actividade contra todas as formas de boicote e contrariedades".

A legislação a aprovar deve respeitar a Constituição. Deve defender os trabalhadores.

SEMANA INTERNACIONAL

RSA E RODÉSIA: UM CRESCENTE ISOLAMENTO

Rodésia e África do Sul constituem, neste momento, dois focos de luta libertadora, pela decisiva liquidação do «apartheid», dois pontos de tensão e de agressão, e um verdadeiro quebra-cabeças, um teste para a capacidade de manobra do mundo do capital. Aí choca-se a necessidade de não aparecer na defesa clara de políticas hoje indefensáveis e simultaneamente conseguir, no mais curto prazo de tempo possível, arquitectar e consumar uma solução com que fiquem aprecatados os interesses das multinacionais que operam em ambos os países e que constituem o suporte dos regimes de Smith e Vorster. Os factos complicam-se ainda com as divergências no melhor caminho a seguir entre os regimes que hoje imperam em Pretória e Salisbúria e as várias capitais do imperialismo.

Na Rodésia, Smith continua a bater-se pela sua «solução interna», que se traduz no arranjo de um arremedo de governo de maioria negra através da cumplicidade dos dirigentes colaboracionistas negros Ndabaningi Sithole, Jeremiah Chirau e Abel Muzorewa. «Solução» que passa por um recrudescer da violência repressiva contra o movimento de libertação e mesmo novas agressões às fronteiras de Moçambique, como recentemente e mais uma vez se verificou.

O ataque das forças rodesianas a Moçambique fez ressaltar o carácter agressivo do regime de Smith, o perigo que constitui para a paz, demonstrou uma vez mais o apoio popular à ZAPU e à ZANU, foi aproveitado de forma diferenciada pelas várias forças em presença, que de facto partilham objectivos idênticos.

O ataque saldou-se numa centena de mortos entre refugiados da Rodésia, na sua maioria mulheres e crianças, e foi rechaçado pelas Forças Armadas de Moçambique, com apoio popular. A todos os títulos, surgiu como um fracasso para Smith: as notícias falseadas de morte de milhares de guerrilheiros foram acolhidas com profundo desgosto pela população negra da Rodésia, o que deixa claro o apoio popular à Frente Patriótica; registou-se uma condenação universal, em que também os Estados Unidos e a Inglaterra tiveram que alinhar. Quanto aos interlocutores de Smith, os dirigentes colaboracionistas Sithole e Chirau aceitaram prosseguir as conversações como se nada tivesse acontecido, possivelmente tentando conquistar a posição de interlocutores preferenciais. Por seu lado, o bispo Abel Muzorewa, promoveu manifestações religiosas em memória dos refugiados assassinados e declarou não reatar para já quaisquer conversações, tentando angariar um apoio popular que não tem.

Na África do Sul, Vorster recorreu à farsa eleitoral para reforçar o Partido Nacional, no poder desde 1948. As «eleições» tiveram participação de dois milhões de brancos, sendo negado o direito de voto a 18 milhões de negros, 2,5 milhões de mestiços e um milhão de indianos. Assim, uma pequena minoria esforça-se por consolidar posições, unir-se, sendo de prever o recrudescimento da repressão contra a maioria africana.

Uma outra farsa – a do julgamento do caso do assassinato do dirigente pacifista negro Steve Biko na prisão, levou à absolvição previsível dos polícias implicados no crime, em que naturalmente está em causa todo o sistema – com o protesto igualmente previsível dos Estados Unidos que teriam dificuldade em apoiar internacionalmente uma sentença por demais escandalosa.

Tanto no caso da Rodésia como da África do Sul o imperialismo tem-se esforçado por valorizar problemas existentes no que respeita ao caminho a seguir, afundar uma separação fictícia de objectivos entre Smith e Vorster, e a Casa Branca, por exemplo. Isso é claro na agressão a Moçambique como no julgamento de Biko. E pretende funcionar como cortina de fumo por detrás da qual se encobrem os interesses reais em jogo. Há apenas alguns dias foi denunciado na ONU que cinco companhias petrolíferas continuam a furar o bloqueio do fornecimento de petróleo à Rodésia. Nunca é demais frisar a implantação das multinacionais com sede em Washington, Londres ou Bonn, na Rodésia e na RSA. Entretanto, a condenação pública de Pretória e Salisbúria contribui ainda mais para o isolamento dos regimes racistas, isolamento que no fundo reflecte.

DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E A BULGÁRIA

Durante dois dias esteve de visita oficial ao nosso país o ministro búlgaro dos Negócios Estrangeiros, Petar Mladenov, que foi recebido pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes e pelo primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros, dr. Mário Soares.

A sua chegada a Lisboa, onde era aguardado no aeroporto pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e pelo embaixador em Lisboa da República Popular da Bulgária, Petar Mladenov sublinhou aos jornalistas o significado da sua visita, manifestando-se confiante no encontro de novos caminhos para o desenvolvimento das relações bilaterais luso-búlgaras.

Durante a recepção oferecida pelo seu homólogo português, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Bulgária saudaria a Revolução Portuguesa, recordando que a Bulgária foi um dos primeiros países a reconhecer o novo Portugal e sublinhando posteriormente a importância da Conferência de Helsínquia.

Ao terminar, Petar Mladenov afirmou: *Sinto o prazer de assegurar que o povo búlgaro mantém os melhores sentimentos de amizade pelo povo trabalhador de Portugal e saúda com alegria sincera todos os seus êxitos na construção pacífica do país.*

Entretanto, no comunicado final luso-búlgaro, salienta-se que no decurso das conversações foi posta em relevo a *convicção de que a realização de um encontro já acordado entre os chefes de Estado da República Popular da Bulgária e da República Portuguesa será um factor importante no desenvolvimento das relações entre os dois povos.*

O documento salienta igualmente a necessidade de serem feitos esforços no sentido de se intensificar as trocas comerciais e de utilizar a cooperação industrial. De acordo com isto é considerada positiva a actividade da comissão mista luso-búgara para a cooperação económica, industrial, científica e técnica.

O comunicado luso-bulgaro, para além de realçar o interesse das conversações de Viena sobre a redução das forças armadas e armamentos na Europa Central e que os *progressos efectivos nessas negociações seriam uma contribuição vital para a causa da segurança europeia,* debruça-se ainda sobre a questão do Médio Oriente, manifestando-se Portugal e a Bulgária favoráveis a uma *solução justa, duradoura e pacífica do problema na base da retirada de Israel dos territórios ocupados em 1967, da concretização dos legítimos direitos do povo palestiniano, incluindo o direito a uma pátria, e da garantia da independência de todos os Estados da região dentro das fronteiras seguras e reconhecidas.*

Entretanto, em conferência de Imprensa, o ministro Petar Mladenov assinalou que o intercâmbio comercial com Portugal ascende actualmente a 10 milhões de dólares e que *Portugal produz mercadorias que a Bulgária está interessada em comprar e a indústria búlgara tem produtos que interessa a Portugal.*

O camarada Petar Mladenov salientou ainda a qualidade técnica dos estaleiros navais portugueses, onde barcos de pesca búlgaros já foram reparados, sendo intenção incrementar-se essa utilização.

No decorrer da visita foram assinados três acordos, um dos quais prevê o intercâmbio turístico entre os dois países.

RELAÇÕES LUSO-POLACAS

Organizado pela Câmara do Comércio e Indústria, Associação Comercial de Lisboa, em colaboração com a Câmara Polaca de Comércio Externo, realiza-se nos dias 13 e 14 um colóquio sobre relações económicas luso-polacas, seguido de um *cocktail* oferecido pela Câmara Polaca do Comércio Externo e de contactos dos representantes dos ramos específicos de actividade comercial e industrial.

Os temas de intervenção centram-se no papel do comércio externo na indústria polaca, a promoção e acesso ao mercado polaco, as relações económicas luso-polacas.

No que respeita aos ramos de actividade com que se estabelecerão os contactos, vão desde a indústria têxtil e de madeira às indústrias navais e de máquinas ferramentas.

CURSO DE HISTÓRIA E CULTURA DA RDA

Chegou a Lisboa, no dia 5, F. Zech, da República Democrática Alemã, que estará entre nós até dia 11. F. Zech dirigiu o 3.º seminário do Curso de História e Cultura da RDA, subordinado ao tema «bases económicas da Sociedade Socialista Avançada».

ESPANHA: UMA POLÍTICA ECONÓMICA SEM FUTURO

A vida política espanhola distingue-se, neste momento, por grandes movimentações de massas, por uma contestação de facto, generalizada, do Pacto de Moncloa, assinado entre o Governo e os diversos partidos da oposição, e que desde já provou não corresponder às realidades nacionais e ainda menos à defesa necessária dos interesses dos trabalhadores.

Na província basca de Biscaia, conforme tinha sido anunciado em Novembro pelos sindicatos, está em curso uma greve que mobiliza milhares de operários, paralisando os estaleiros navais e as fábricas de aço do porto de Bilbau. A greve é de protesto contra o desemprego (14.000 trabalhadores desde o início do ano) que vem na sequência da grave recessão económica que já motivou o encerramento de 624 empresas, em 1977.

Uma greve de polícias municipais prevista para o dia 2 foi compulsivamente cancelada pela colocação dos agentes policiais sob disciplina militar.

Em ambos os casos, são reivindicados aumentos salariais em conformidade com a taxa de inflação de 30% (para além da ajuda do Estado a pequenas empresas e a criação de mais postos de trabalho para os trabalhadores bascos), enquanto o Pacto de Moncloa estabelece que os aumentos salariais terão que ser limitados a um máximo de 22 por cento, nitidamente inferior à taxa de inflação.

Por outro lado, por toda a Espanha, desde a região andaluza, no sul, até à Galiza, no Norte, realizaram-se grandes manifestações (segundo as autoridades espanholas participaram nestas manifestações, só na Andaluzia, mais de três milhões de pessoas), de apoio à autonomia das respectivas províncias, e em que foi vincada a oposição à política económica do Governo. Em Málaga, na sequência do assassinato a tiro, pela polícia, que interveio violentamente na manifestação autonomista realizada nesta cidade, de um jovem militante das "Comisiones Obreras", foram convocadas assembleias de trabalhadores em todas as empresas do sul de Andaluzia para se votar uma greve geral para todo o dia na província de Málaga e de uma hora nas outras províncias de Andaluzia.

Estes são factos que demonstram e assinalam a capacidade de mobilização, a vontade de luta de largas massas de trabalhadores espanhóis, o que também se reflecte, por exemplo, nos resultados das eleições sindicais realizadas em Novembro em 149 empresas, em que a grande maioria dos delegados eleitos são das Comisiones Obreras, já com grande implantação entre os trabalhadores nos anos mais difíceis do franquismo.

VIDA ACIDENTADA DO PACTO DE MONCLOA

O Pacto de Moncloa, versão espanhola dos "pactos sociais", visa um "equilíbrio económico" assente no sacrifício de interesses fundamentais dos trabalhadores. Assim, à partida, os limites impostos aos aumentos salariais ficam em que é posta em causa a política económica do Governo, confirmam e evidenciam o carácter antipopular do Pacto.

Os restos do franquismo ainda não foram completamente varridos do solo espanhol

claramente abaixo do crescimento previsto da taxa de inflação; na perspectiva da impossibilidade de suster a subida de preços de bens essenciais, o "cabaz de compras" é reduzido de 60 para 30 artigos; de acordo com o decreto-lei sobre o desenvolvimento económico aprovado no âmbito do Pacto, é suspensa a revisão automática dos contratos colectivos de trabalho, deixando assim ao patronato a possibilidade de protelar as negociações de novos acordos com os trabalhadores; ao traduzir-se em novas vagas de desemprego, pela recessão a que a sua aplicação tem vindo a dar lugar, o Pacto reflecte-se também, de uma forma muito negativa, no nível de vida dos trabalhadores espanhóis.

As greves e manifestações dos trabalhadores espanhóis, A oposição ao Pacto regista-se também a outros níveis: porque não satisfaz as ambições do capital; porque em muitos casos se traduz numa recessão económica que leva à liquidação das pequenas empresas; porque não resolve os problemas da economia nacional. Assim, o Pacto também é atacado pelo patronato. O próprio Banco de Espanha declarou que a política económica do Governo é inviável. No seio do Governo e da União do Centro Democrático, no poder, reflectem-se igualmente as discórdias à volta de Moncloa, como ficou evidenciado com a ordem de autodissolução dos quinze partidos representados na União, passando a UCD a partido, com Adolfo Suarez como dirigente único.

A vida política espanhola é mais rica e complexa que a batalha e as contradições ligadas ao Pacto de Moncloa. Passa pelas contradições com uma Igreja ciosa de manter privilégios impossíveis depois de Franco; passa por dificuldades no seio da esquerda; passa pelas contradições normais no âmbito das forças do capital, que se reflecte por exemplo nas manifestações fascistas antigovernamentais.

Mas o Pacto de Moncloa reflecte e polariza esses vários aspectos da vida política em Espanha. E é um exemplo claro de mais um falhanço da política do "pacto social", da sua oposição aos interesses das massas trabalhadoras, da sua inoperância na solução dos problemas económicos de um país.

Bomba de neutrões

CONSELHO PORTUGUÊS PARA A PAZ E COOPERAÇÃO LANÇA CAMPANHA DE DENÚNCIA

O Conselho Português para a Paz e Cooperação iniciou no passado dia 5 uma Campanha de esclarecimento e mobilização da opinião pública portuguesa contra a bomba de neutrões, que se prolongará até ao dia 19 de Dezembro.

Esta Campanha, que decorrerá sob o lema «Em nome da vida, não à Bomba de Neutrões!», integra-se num amplo movimento de protesto a nível mundial que tem congregado os esforços de todas as pessoas, organizações e países amantes da Paz, independentemente de credos religiosos ou opções ideológicas.

O Conselho Português para a Paz e Cooperação convocou uma conferência de Imprensa no passado dia 5, tendo presidido aos trabalhos o general Costa Gomes e os drs. Carlos Candal e Silas Cerqueira.

A Bomba de Neutrões, que os Estados Unidos da América tencionam industrializar, é considerada em todo o mundo como uma ameaça peregosíssima para a Paz e sobrevivência do nosso planeta. Sendo uma arma atómica, apresenta todavia características bem mais ameaçadoras que as bombas nucleares convencionais – tendo o mesmo poder de destruição destas, apresenta a originalidade de apenas eliminar os seres vivos, deixando intactas as fábricas, as cidades, enfim, todos os objectos, para além de ser infinitamente mais manejável que qualquer bomba atómica convencional.

Quando em Belgrado se procura encontrar um caminho que conduza à limitação efectiva dos armamentos e proporcione à Humanidade a garantia irreversível de Paz através do desanuviamento, surgem os EUA com a sua Bomba de Neutrões. Esta nova arma, com a qual se pretende apetrechar a NATO, apenas poderá lançar o Mundo numa nova corrida armamentista e fazer renascer o clima de "guerra fria", onde o equilíbrio mundial voltará a funcionar em termos de terror.

Por outro lado, caso a produção da Bomba de Neutrões se concretize e com ela se apetreche a NATO, teremos a Europa minada com este temível engenho e a todo o momento sugeita à destruição pois, como bem sublinhou o general Costa Gomes, o deflagrar duma única Bomba de Neutrões provocaria, de imediato, o holocausto nuclear, que se traduziria no aniquilamento total da vida sobre o nosso planeta.

Ao cidadão comum cabe um papel importante no alerta a esta ameaça que paira sobre a Humanidade, afirmaria o dr. Carlos Candal, assim como importa definir que os países subdesenvolvidos como o nosso são quem arca com a parte mais gravosa na corrida aos armamentos.

A Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 7.º, aponta claramente para o desarmamento; a Assembleia da República certamente irá tomar uma posição de rejeição a este engenho de destruição maciça, tendo-se pronunciado já nesse sentido os deputados comunistas e muitos socialistas. O Povo português também saberá dizer não, quer em manifestações individuais quer através de Associações, Sindicatos e os mais variados organismos de massas.

Dirigente do ANC da África do Sul em Lisboa

«A PAZ E A LIBERTAÇÃO NUNCA FORAM OFERECIDAS A NENHUM POVO OPRIMIDO»

A minha visita a Portugal serviu para estreitar as relações entre as juventudes progressistas de ambos os países – declarou Thami Sindelo, membro do Secretariado da Juventude do ANC da África do Sul e Presidente do Movimento Pan-Africano de Juventude, no decorrer de uma conferência de Imprensa que concedeu no passado sábado na sede da UEC.

Thami Sindelo, que se deslocou ao nosso País na qualidade de membro do Conselho Nacional Africano da África do Sul, fê-lo a convite das organizações comunistas de juventude – UEC e UJC – e aproveitou esta oportunidade para desenvolver outros contactos, tendo-se nomeadamente encontrado com uma delegação do PCP, uma delegação do Conselho Português para a Paz e a Cooperação e com o Comité Executivo da Conferência Contra o "Apartheid".

Referindo-se à sua estadia no nosso País, Thami Sindelo declarou: **Visitei o Alentejo, onde vi os trabalhadores a trabalharem para si e não para um patrão. O exemplo dos trabalhadores alentejanos constitui para mim uma fonte de inspiração e reforçou a minha própria determinação. Além disso, mostrou-me que nada pode ser ganho sem sacrifícios.**

Prosseguindo as suas declarações aos órgãos de Informação, o representante da juventude combativa da África do Sul referiu-se demoradamente à situação colonial existente na África do Sul e à luta do povo da África do Sul contra o colonialismo, contra o regime ilegal de Vorster.

A nossa luta – disse, a determinado passo Thami Sindelo – **não é contra o "apartheid", não é pelos direitos ou pela igualdade; a nossa luta é por uma mudança radical na África do Sul, baseada na mudança radical do regime e a sua substituição por um regime democrático e popular. É muito importante que se diga que não se trata de uma luta racial, de uma luta de negros contra brancos. Trata-se, isso sim, da luta do povo da África do Sul contra a exploração do homem pelo homem.**

Definindo o regime ilegal de Pretória, Thami Sindelo classificou-o do seguinte modo: **Não há lei na África do Sul do racista Vorster. Há apenas o terrorismo da polícia. E o que é mais espantoso é que há países ocidentais que apoiam o regime racista da África do Sul, dando-lhe dinheiro, fornecendo-lhe armas e informações sobre tecnologia nuclear.**

Acusamos esses países, Grã-Bretanha, Alemanha Federal e França, além dos Estados Unidos, de cooperação com o regime de Vorster. Pedimos-lhes que acabem com o seu apoio ao regime racista. E lembramos-lhes que os amigos dos nossos inimigos nossos inimigos são – acrescentou o dirigente da juventude sul-africana.

Mais adiante e definindo o carácter da luta do seu povo contra a exploração e a opressão, Thami Sindelo acentuou: **Pensamos que a única maneira de alcançar os nossos objectivos reside na luta armada. O nosso povo decidiu pegar em armas para derrubar o regime de Vorster. Sabemos que isso não vai ser fácil; vai ser muito difícil, muito brutal, muito sangrento, mas não temos ilusões – a paz e a libertação nunca foram dadas a nenhum povo oprimido. Só o povo se pode libertar.**

Reforçando esta posição, o dirigente sul-africano referiu-se à recente vaga de prisões de patriotas, às detenções sem culpa formada, à intensificação da humilhação do povo, à proibição de inúmeras organizações e órgãos de imprensa, aos assassinatos diários.

Denunciando o simulacro de "eleições" recentemente montado por Vorster – afirmando nomeadamente que **eleições, na África do Sul, significa apenas eleições para os brancos** – Thami Sindelo salientou a importância da libertação de Angola e Moçambique para a luta do seu povo, referiu-se à intensificação da luta dos povos da Namíbia e do Zimbabwé e concluiu: **Todos estes factos demonstram que a luta dos povos oprimidos não é uma luta isolada, mas sim uma luta em que a solidariedade militante desempenha um importantíssimo papel.**

Finalmente, o dirigente do ANC da África do Sul disse: **O povo da África do Sul está unido e organizado para lutar pela libertação do nosso país. Sabemos que é difícil mas estamos determinados a vencer. Com a nossa determinação e a solidariedade activa dos povos progressistas de todo o mundo acabaremos por vencer.**

A MORTE DO CAMARADA KNUD JESPERSEN

Faleceu o camarada Knud Jespersen, presidente do Partido Comunista Dinamarquês desde 1968. Morreu vítima duma prolongada doença, que teve a sua origem nas torturas e maus tratos que sofreu às mãos da Gestapo, por quem foi preso por ser activo à resistente à ocupação nazi do país. O seu pai morreu num campo de concentração nazi.

Foi com a presidência do camarada Jespersen que o PCD conseguiu regressar ao Parlamento, onde detém 7 dos 179 lugares.

O Secretariado do CC do nosso Partido enviou ao CC do PCD o seguinte telegrama: Perante a notícia da morte do camarada Knud Jespersen, dirigente eminente da classe operária dinamarquesa, combatente destacado do Movimento Comunista Internacional, enviamo-vos as nossas mais sentidas condolências e os sentimentos da nossa fraternal solidariedade.

Presente no Laos a vitória do Socialismo

A República Democrática e Popular do Laos comemorou o seu 2.º aniversário no passado dia 2.

A fundação da RDPL, que se orientou pela via do socialismo sem passar pela etapa do capitalismo, tem registado êxitos consideráveis nos domínios da reestruturação social e económica, ao mesmo tempo que tem eliminado com firmeza as sequelas de uma longa guerra e de um passado colonial.

Hoje verificam-se assinaláveis progressos na Saúde Pública, alimentação e transportes, mas é na agricultura que se reconhecem as realizações mais espectaculares. Modificaram-se substancialmente as características do trabalho nos campos. Apareceram tractores e consegue-se já, em muitos casos, duas colheitas anuais. Mobilizadas pelo Partido Revolucionário do Laos, as massas camponesas aumentaram as superfícies cultiváveis e construíram obras de irrigação.

Internacionalmente a jovem República já foi reconhecida por 50 países, com quem estabeleceu relações diplomáticas, constituindo, com a República Socialista do Vietname, um bastião de paz no sueste asiático.

A República Democrática e Popular do Laos abriu ao seu povo amplas perspectivas de construir um país pacífico e independente e enriquecer o sistema socialista mundial com mais um elemento.

As Assembleias de cidade em Moçambique

Em Moçambique constituiram-se recentemente as assembleias das capitais provinciais de Tete, Zambézia, Sofala e Nampula, assim como da cidade de Maputo.

Estas assembleias foram nomeadas através de actos eleitorais, que decorreram nas respectivas Conferências Eleitorais realizadas em cada uma destas cidades. Todas

O povo participa na luta pela elevação geral da consciência política para a transformação revolucionária da sociedade

as Conferências contaram com a participação de várias centenas de delegados, os quais elegeram os deputados para as assembleias de cada cidade.

Todos os actos eleitorais agora realizados materializaram as orientações da FRELIMO no sentido duma cada vez maior participação popular nas esferas do Poder.

Por outro lado e ainda sob a perspectiva duma maior participação popular na vida política nacional realizou-se, também em Maputo, a I Conferência da Juventude Moçambicana, com a participação de 150 delegados de todas as províncias da República Popular de Moçambique, subordinada ao tema "organizar a Juventude é consolidar a Revolução".

Os EUA boicotam a Conferência de Belgrado

O chefe da delegação soviética à Conferência de Belgrado, Yuli Vorontsov, acusou os Estados Unidos de parecerem interessados no regresso à guerra fria, tal o modo provocatório como tem sido abordado o tema dos "Direitos do Homem nos países socialistas".

Advertindo que estas atitudes, aliás imitadas por outros países capitalistas, poderiam conduzir a Conferência de Belgrado ao malogro, Vorontsov perguntaria a certa altura qual era, afinal, o objectivo da Conferência, se ser palco para se atirar setas uns aos outros ou caminho onde se procure desenvolver o comércio e reduzir as armas nucleares.

Na origem desta advertência da delegação soviética, estiveram as intervenções efectuadas por "preocupados" representantes de alguns países capitalistas, que se mostraram muito apreensivos com o respeito pelas "liberdades fundamentais" nos países socialistas e esqueceram por completo o que se passa nas próprias "casas"... foi, nomeadamente, o caso da França, que "esqueceu" os milhares de emigrantes que se prepara para expulsar, da Inglaterra, que "não se lembrou" de contar como respeita os direitos humanos na Irlanda, e do Canadá, que parece "ignorar" por completo que possui uma percentagem de desemprego assustadora. No entanto estão todos muito atentos a não se sabe que "infracções" dos referidos direitos humanos nos países socialistas! Onde, acentue-se, se desconhecem por completo todas as vicissitudes e atropelos dos "paraísos" capitalistas.

Todavia esta manobra de Belgrado não é inocente; recorde-se que ali se trava renhida batalha em prol do desarmamento e do desanuviamento das tensões no mundo. A tentativa dos Estados Unidos e seus acólitos em acorrentar os trabalhos da Conferência à discussão dos "Direitos Humanos" não engana ninguém e só tem um nome: boicote. Boicote aos verdadeiros objectivos de Belgrado, que são o desarmamento efectivo, o desanuviamento e a paz no mundo, coisas que não interessam aos complexos de indústria bélica que regem a política dos países capitalistas.

Agitação laboral em Israel

O Plano de Reforma Económica do governo de Menahem Begin foi aprovado pelo Parlamento israelita, após uma moção de desconfiança do Partido Comunista de Israel ter sido derrotada pela maioria de 78 lugares que a "clique" governamental detém no Parlamento.

Este "Plano", que aumentou os preços e os impostos e desvalorizou a moeda nacional, provocou a resposta organizada de muitos milhares de trabalhadores, traduzida numa paralisação de 24 horas que desarticulou completamente toda a actividade industrial de Tel-Aviv.

Estas greves, que mobilizaram os trabalhadores dos aeroportos, portos e fábricas israelitas, foram a prova cabal de que o Povo israelita não está para suportar os encargos cada vez mais arrasadores que o Governo sionista lhes quer impor, para levar por diante a sua política de agressão ao povo palestiniano.

De facto, Gideon Ben-Israel, chefe do Comité Coordenador de Greve da federação sindical "Histadrut" (que conta com 1 milhão de membros) declarou que o Comité está sendo pressionado pelos trabalhadores para que se tomem medidas mais extremas que esta paralisação de 24 horas, o que levou este dirigente sindical a advertir que não havia qualquer receio em convocar uma paralisação geral, pois registava-se um impressionante despertar de consciência dos trabalhadores que garantia a mobilização necessária para uma medida desse género.

I Congresso do MPLA

ÚNICA VIA POSSÍVEL: O SOCIALISMO

Numa cidade de Luanda coberta de bandeiras vermelhas, cartazes e palavras de ordem («Somos independentes, seremos socialistas»), 21 anos após a sua fundação, dezasseis após o início da luta armada e vividos dois anos de independência conquistada e defendida duramente, o MPLA realiza o seu I Congresso.

Agostinho Neto falando recentemente à multidão em Benguela, no largo 1.º de Maio

Pelo nosso enviado especial
RUBEN DE CARVALHO

O velho Cinema Restauração foi completamente transformado por dezenas de operários que dele fizeram um Palácio dos Congressos digno de acolher durante uma semana os 255 delegados de toda a Angola e as três dezenas de delegações que reafirmam a solidariedade militante dos países socialistas e das forças progressistas de todo o mundo ao povo angolano e ao MPLA.

Para além de ser o primeiro congresso de um movimento com duas décadas de luta heróica e vitoriosa, para além de reflectir a importância política que a evolução da pátria angolana tem hoje no mundo, a reunião do órgão máximo do MPLA assume um significado muito especial sob o ponto de vista político e ideológico.

Toda a preparação do Congresso constituiu um enorme esforço de organização de um movimento até agora pressionado pelas tarefas imediatas da luta pela independência e pela sua defesa. As vicissitudes antes e depois do 11 de Novembro de 1975, as características específicas da terra e do povo de Angola fizeram do MPLA o instrumento de libertação que urge agora transformar num aparelho orgânica e ideologicamente firme, que assegure as tarefas da reconstrução de um país devastado pelo colonialismo e pelo imperialismo.

O levantamento dos militantes, a eleição democrática dos delegados, a discussão das teses propostas pelo CC constituíram elementos de extrema importância para uma reestruturação segura e operativa do Movimento.

Por outro lado, as próprias teses largamente divulgadas apontam para a projecção política e ideológica do Congresso. Tal como no capítulo organizativo, também sob o ponto de vista ideológico o povo angolano se encontra hoje perante a necessidade de clarificar e definir uma linha programática que complete criadoramente os princípios que orientaram durante vinte anos a luta e a rica experiência desta nascida.

ÚNICA VIA: O SOCIALISMO

O Relatório do Comité Central apresentado no primeiro dia dos trabalhos pelo camarada Agostinho Neto, presidente do MPLA e da República Popular de Angola, é um decisivo documento onde, para além de se historiar o heróico nascimento da pátria angolana, se assumem posições e se apontam métodos e objectivos de uma grande clareza e firmeza ideológica.

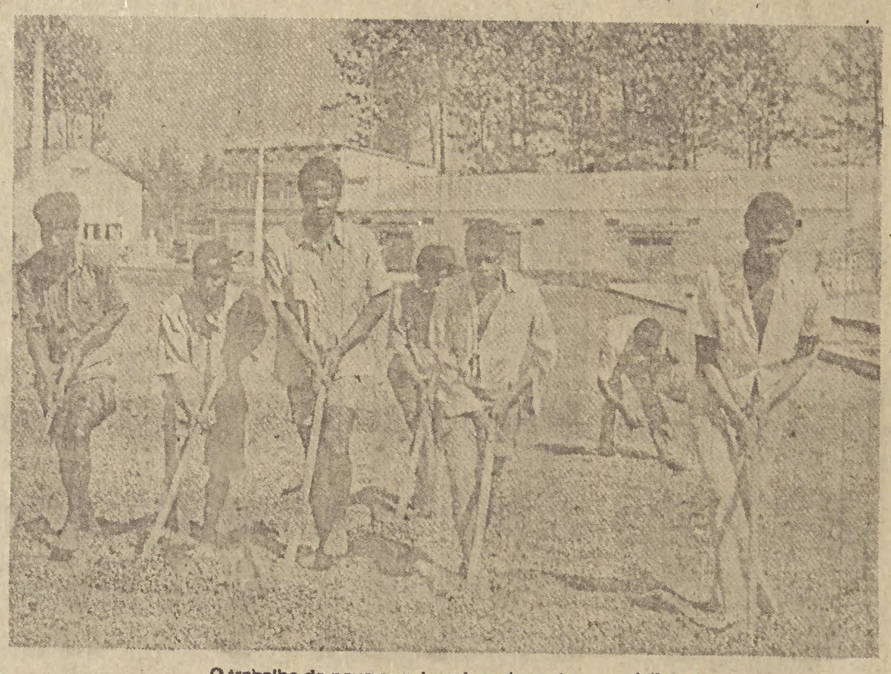
O MPLA afirma rigorosamente que a única via possível para a vida da terra de Angola é o socialismo e que este só poderá ser construído na base dos princípios marxistas-leninistas.

O MPLA corta decididamente com todos os equívocos e influências ideológicas contrárias ao rigor científico da teoria do proletariado. Afirma que o socialismo só poderá ser construído sob a direcção da classe operária organizada em partido de vanguarda exercendo o poder: para tanto, o MPLA constitui-se em partido, no quadro de uma análise evolutiva do movimento e de uma definição de objectivos para a própria constituição de um partido operário num país que sofreu duramente a exploração colonialista.

O exercício do poder e a defesa do Estado a caminho do socialismo são correctamente definidos na base dos princípios leninistas, e o Congresso é chamado à cuidada crítica do caminho percorrido até hoje: a lei do Poder Popular promulgada nos primeiros tempos da independência sofre no relatório apresentado pelo camarada Agostinho Neto uma severa crítica e é apontada a necessidade da sua revogação — ela reflecte influências ideológicas do radicalismo pequeno-burguês e não corresponde às necessidades da criação de um poder revolucionário que possa conduzir firmemente Angola ao socialismo.

A mesma clareza e a mesma determinação estão presentes no capítulo do enquadramento internacional da República Popular de Angola. Para além das desassombradas e fraternas posições face à grandiosa solidariedade que Angola recebeu da União Soviética, de Cuba e de outros países socialistas, o MPLA declara categoricamente o seu empenhamento ao lado dos povos que lutam pela paz, pela liberdade e pelo socialismo. O Congresso acolheu com emocionante calor as saudações dirigidas aos combatentes cubanos:

Algumas famílias cubanas ficaram sem os seus filhos, ou maridos, ou irmãos — diria o camarada Agostinho Neto. **E em Cuba esta solidariedade é vivida dia a dia, hora a hora, para que se consolide a revolução e independência em Angola e no mundo. As nossas bandeiras de combate inclinam-se diante dos camaradas cubanos caídos em terra engolana enfrentando, juntamente com o nosso povo, a invasão dos racistazs sul-africanos.**



O trabalho do povo angolano levará o país ao socialismo

As mulheres angolanas estão empenhadas na sua completa libertação e na luta pela reconstrução nacional

O PAPEL DA UNIÃO SOVIÉTICA

Acerca da União Soviética, afirma nomeadamente o relatório: **A Pátria de Lénine, que sempre apoiou a luta do povo angolano e do MPLA, fornece hoje uma ajuda considerável tanto no campo militar como civil. Tal como no passado, a União Soviética é e continuará a ser o bastião mais firme da luta dos povos pela sua emancipação e pelo progresso económico e social.**

No campo das relações externas, o MPLA define para a pátria angolana uma política de não alinhamento, enquadrada na solidariedade militante com todos os povos em luta pela sua liberdade e pelo fortalecimento das relações com os Estados socialistas, acerca dos quais se diz: **A força principal da comunidade dos estados socialistas é a poderosa União Soviética. Foram os operários e camponeses russos que, guiados pelo Partido de Lénine, pela primeira vez na história levaram a cabo vitoriosamente a Revolução Socialista. Pode afirmar-se que a União Soviética é o baluarte principal da humanidade na luta pela paz, pela democracia e o progresso social. Constitui uma realidade que sem a aliança com os países socialistas, os Estados independentes se encontram expostos às pressões política, económica e militar das potências imperialistas. E este é um dos factores que leva o imperialismo a envidar esforços para debilitar a aliança entre a comunidade socialista e o movimento de libertação nacional, no intuito de fazer vingar os seus objectivos neocolonialistas e poder continuar a exploração.**

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

De grande interesse são igualmente as porpostas programáticas no campo económico. O MPLA reconhece o papel básico da agricultura no campo do desenvolvimento de Angola, mas aponta o desenvolvimento industrial como único factor de progresso e a aliança planificada entre ambos como força motriz do desenvolvimento. O reconhecimento das necessidades imediatas e urgentes do povo, as linhas mestras de um desenvolvimento económico com olhos postos no futuro (e é de sublinhar a importância dada à necessidade do impulso à indústria pesada como factor indispensável à independência nacional) são o galvanizador, fruto de uma análise que pode constituir a base de uma harmoniosa evolução deste país. O MPLA não arranca contudo do zero. E o relatório aponta com justo e lúcido orgulho o fruto destes dois anos de trabalho do povo independente: a recuperação efectuada no meio de agressões e provocações, a braços com a fuga de técnicos e a destruição de meios de produção, das sabotagens do imperialismo, mas sempre com o esforço de, como escreve o «Jornal de Angola», **um povo pequeno mas firme nos princípios e certo da justeza do seu caminho e dos seus objectivos.**

O MPLA E O PCP

Na tribuna do Congresso, lado a lado com os dirigentes forjados em vinte anos de luta, sentaram-se também as delegações estrangeiras. Entre elas, a delegação do PCP composta pelos camaradas Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central e Jorge Araujo, do Secretariado do CC, do Partido que desde sempre, desde os além das armas e do sangue vertido sob a bandeira do internacionalismo proletário, o impressionante apoio material e técnico dado à reconstrução do país.

Nas ruas de Luanda, o apoio popular ao MPLA e ao Congresso

dias da clandestinidade, do fascismo e da guerra colonial levou ao povo angolano a mão fraterna da classe operária, dos trabalhadores portugueses que defrontavam em Portugal o mesmo inimigo combatido de Cabinda ao Cunene, do Maputo ao Rovuma, nas terras da Guiné, de Cabo Verde e S. Tomé.

Este povo que poderá ser pequeno no seu número, mas tão grande nos seus heróis e na sua luta, este povo angolano que forja hoje o seu partido de vanguarda que conduzirá a terra livre de Angola ao socialismo, desmente e destrói no seu dia a dia de pensamento e acção a sórdida herança que a reacção portuguesa pretende perpetuar. São todos os trabalhadores, são todos os antifascistas e patriotas portugueses, todos os que hoje se batem pela defesa das conquistas da Revolução de Abril que vivem as palavras do Relatório do Comité Central apresentado pelo camarada Agostinho Neto ao I Congresso do MPLA:

O início da luta política e da luta armada fez-se durante o período mais duro da luta antifascista em Portugal. E durante esse período, os patriotas angolanos e das outras ex-colónias identificaram-se politicamente com os portugueses democratas que lutaram pela conquista do seu direito à liberdade e à democracia.

Nas grandes lutas de apoio ao Apelo da Paz de Estocolmo, em 1951, nas lutas pelos direitos estudantis ou de outros camaradas, os jovens africanos deram uma contribuição solidária ao povo português, ao mesmo tempo que se definiam e se estruturavam as organizações nacionalistas.

O Partido Comunista Português muito contribuiu para temperar os militantes das então colónias portuguesas, e a energia, o heroísmo dos comunistas portugueses, a sua constância inspiraram e deram confiança àqueles que lutavam pela sua liberdade nas então colónias.

SAUDAÇÃO AO CONGRESSO

Queridos Camaradas:

É com alegria e emoção que o Comité Central do Partido Comunista Português dirige ao 1.º Congresso do MPLA, aos seus delegados e, por seu intermédio, aos militantes do MPLA, aos trabalhadores e a todo o povo da República Popular de Angola calorosas e fraternais saudações.

Neste momento histórico para o vosso povo e o vosso país, saudamos também os valentes combatentes do MPLA que, na heróica luta de libertação nacional contra o colonialismo português e contra o imperialismo, deram a vida pela independência e pelo progresso da sua pátria.

É com alto apreço que o Partido Comunista Português tem seguido as profundas transformações operadas na RPA nestes dois anos passados desde a proclamação da independência. Apesar do enorme atraso legado pelo regime colonial, da desorganização e sabotagem provocadas pelos colonizadores derrotados, das constantes dificuldades criadas pelo imperialismo e seus agentes, passos gigantescos foram dados pela jovem República angolana desde 11 de Novembro de 1975.

Essas profundas transformações são obra do povo de Angola, sob a direcção da sua vanguarda revolucionária, o MPLA, apoiado pelas forças progressistas do mundo inteiro, pelos países socialistas, o movimento operário dos países capitalistas e o movimento de libertação nacional.

Desde a primeira hora solidários com o MPLA, que sempre reconheceram como único legítimo representante do povo angolano, os comunistas portugueses reafirmam-vos a sua solidariedade nesta nova etapa da vossa luta, pela consolidação da independência e a reconstrução nacional, em direcção ao socialismo.

Queridos Camaradas:

Também em Portugal, com a Revolução iniciada em 25 de Abril de 1974, se operaram profundas transformações de carácter progressista.

As grandes conquistas alcançadas pela acção conjunta das massas populares e das Forças Armadas, nomeadamente as liberdades democráticas, as nacionalizações, a Reforma Agrária e o controlo operário, estão hoje consagradas na Constituição da República, que aponta para Portugal o caminho do socialismo.

Essas conquistas são no entanto alvo dos ataques conjugados das forças da reacção interna e do imperialismo internacional que tentam restaurar o poder económico e político dos monopólios e latifúndios.

Lutando incansavelmente pelo reforço da unidade da classe operária, dos trabalhadores, e pela mais ampla unidade de todos os democratas, o PCP combate firmemente a política de recuperação capitalista, agrária e imperialista seguida pelo Governo actual, apoiado nos partidos da direita reaccionária.

Face à profunda crise política, económica e social que Portugal atravessa e à vasta ofensiva reaccionária contra as conquistas da revolução, a classe operária, os trabalhadores e amplos sectores da população portuguesa estão cada vez mais determinados à firme defesa do regime democrático e da independência nacional.

O PCP não poupará esforços na luta por uma alternativa democrática e patriótica à actual política e ao actual Governo que tenha em conta os reais interesses dos trabalhadores e a necessidade urgente da recuperação económica do país, dentro do regime democrático consagrado na Constituição.

Queridos Camaradas:

No momento em que o MPLA se constitui em Partido guiado pela ideologia do proletariado, queremos assegurar-vos, uma vez mais, que podereis contar com a solidariedade e o apoio indefectíveis dos comunistas portugueses.

Desejamos os maiores sucessos aos trabalhos do vosso 1.º Congresso, que consagra vitórias de mais de vinte anos de luta por uma Angola independente, democrática e progressista. Estamos certos de que tal como até hoje, o povo angolano, guiado pelo MPLA, conseguirá vencer todos os obstáculos criados pelo inimigo imperialista, realizando plenamente esses objectivos.

É nossa firme convicção de que o atraso no desenvolvimento das relações entre os nossos dois países prejudica profundamente os interesses dos nossos dois povos. Combateremos firmemente quaisquer conspirações anti-angolanas que se desenvolvam a partir do território português e as campanhas de mentiras e calúnias dos inimigos do MPLA e da RPA que continuam a ter curso na imprensa reaccionária portuguesa e na própria imprensa estatizada. Continuaremos a lutar para que entre os nossos dois países se estabeleçam relações de cooperação e amizade, baseadas na igualdade, no interesse mútuo, no integral respeito da soberania nacional, na não ingerência nos assuntos internos.

Tudo faremos, queridos camaradas, para que os sólidos laços de amizade fraternal e de solidariedade recíproca forjados entre os nossos dois Partidos na luta contra o fascismo e o colonialismo continuem a desenvolver-se e a reforçar-se, no interesse da classe operária, dos trabalhadores e do povo de Portugal, no interesse da classe operária, dos trabalhadores e do povo da República Popular de Angola.

VIVA O 1.º CONGRESSO DO MPLA!
VIVA A AMIZADE ENTRE O PCP E MPLA, ENTRE O POVO PORTUGUÊS E O POVO ANGOLANO!
VIVA O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO!

O Comité Central do Partido Comunista Português